



Carlos Carvalhas em Alpiarça

« A luta de massas é a grande d direcção da nossa intervenção »



Págs. 4 e 5

SÁBADO - 15H
Restauradores

MANIFESTAÇÃO

*Por melhores salários
contra o desemprego
por uma nova política*

Pág. 7

PCP lança campanha

Pág. 3

CDU anuncia cabeças de lista

Págs. 4 e 12

Álvaro Cunhal em Serpa

Pág. 6

*

PCP analisa problemas da Saúde e da Educação

Págs. 3 e 10

*

Que país poderá nascer na terra de Mandela

Págs. 24 e 25

*

TV E a desinformação continua...

— artigo de Francisco Costa

Pág. 22

*

Mulheres: uma situação desigual

— artigo de Manuela Bernardino

Pág. 20



Avolumam-se as manifestações de protesto contra a política do Governo do PSD. Esta semana estiveram em destaque os agricultores (na foto, concentração em Leiria) e os estudantes

RESUMO

10 Quarta-feira

Com a condenação do principal réu a 13 anos de prisão, termina no Funchal o julgamento do padre Frederico Cunha ■ Os trabalhadores da Marconi iniciam, com 90 por cento de adesões, uma greve que se prolonga até domingo ■ Em Peniche, 12 réus são condenados por tráfico de narcóticos ■ Para discutir a posição portuguesa face à questão de Timor-Leste, reúne o Conselho de Estado ■ Inicia-se a reunião do Congresso dos Deputados do Povo da Rússia ■ Um ex-chanceler e dois ex-ministros austríacos começam a ser julgados em Viena por abuso de poder e venda ilegal de armas ao Irão em 1985 e 1986.

11 Quinta-feira

Os participantes no 3º Congresso dos Professores do Norte desfilam pelas ruas da Póvoa de Varzim, procurando assim sensibilizar a opinião pública para os problemas do ensino ■ Morre o escritor e poeta comunista Manuel da Fonseca ■ Carlos Carvalhas é entrevistado no programa «Conta Corrente», na SIC ■ O Grupo Parlamentar do PCP interpela o ministro da Educação sobre política educativa ■ António Borges demite-se de vice-governador do Banco de Portugal ■ Vasco Gonçalves profere uma palestra na Cooperativa Árvore ■ A Distrital de Lisboa do PSD confirma Macário Correia como candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa ■ Anabela vence o Festival da Canção da RTP ■ A actuação da Indonésia em Timor-Leste é condenada pela Comissão de Direitos do Homem das Nações Unidas; o Parlamento Europeu reafirma a total ilegitimidade do processo contra Xanana Gusmão e indica que não aceitará qualquer condenação ■ Com a mediação de François Mitterrand, reúnem em Paris o presidente sérvio e os dois co-presidentes da conferência de paz sobre a Bósnia.

12 Sexta-feira

Álvaro Cunhal inicia em Serpa uma visita ao Alentejo, que o leva amanhã a Beja e Mértola ■ CGTP e UGT debatem a realização de uma manifestação conjunta em Lisboa, a 2 de Abril, no âmbito de uma jornada de luta europeia convocada pela CES ■ A Comissão de Utentes da Linha de Sintra denuncia, em conferência de imprensa, os atrasos nas obras de renovação da via ■ É tornada pública a decisão do Governo de encerrar a Lisnave e transformar os 60 hectares dos estaleiros da Margueira numa urbanização de luxo, despedindo 1500 trabalhadores ■ EUA e França advertem a Unita de que considerarão muito grave qualquer ataque às instalações petrolíferas estrangeiras em Angola.

13 Sábado

Carlos Carvalhas participa na 4ª Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP ■ O PCP promove em Lisboa o

seminário «A educação, a escola e o poder local» ■ Cavaco Silva anuncia no Alentejo um programa de emergência para apoio aos desempregados por causa da seca ■ Termina o 8º Congresso dos Deputados do Povo da Rússia, que reforçou o controlo parlamentar sobre os poderes do presidente, anulou os poderes extraordinários conferidos há cerca de ano e meio e suspendeu o referendo marcado por Ieltsin para Abril ■ O Conselho de Segurança da ONU, por unanimidade, aprova uma resolução condenando a Unita por violar os acordos de paz em Angola.

14 Domingo

Agricultores do distrito de Leiria cortam a EN 1 em protesto contra a política agrícola ■ Direcções regionais do PCP e do PS reafirmam a necessidade de avançar com a criação da Região Administrativa do Algarve ■ Morre Franco Nogueira, que foi ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar ■ Após violentos combates, as forças armadas angolanas tomam o controlo do Soyo, cidade em poder da Unita desde Janeiro ■ Representantes dos sete países mais industrializados (G-7) reafirmam o apoio a Ieltsin, mas não anunciam nenhuma nova ajuda financeira à Rússia ■ A costa leste dos EUA é fustigada por ventos ciclónicos, chuvas torrenciais e fortes nevões; a tempestade atingiu também Cuba.

15 Segunda-feira

É concretizada a primeira fase da privatização da Socarmar ■ Mário Soares discursa nas «Grandes Conferências Católicas», em Bruxelas ■ Cavaco Silva reafirma total confiança em Miguel Beza como governador do Banco de Portugal ■ O «New York Times» revela que a administração Clinton propôs um plano de paz para Angola que foi já aceite pelas autoridades de Luanda ■ Inicia-se em Pequim a 8ª Assembleia Nacional Popular da China ■ Em Bruxelas, os ministros da Economia e Finanças dos doze debatem medidas para combater a recessão ■ É encontrado em Odivelas o cadáver esventrado de uma prostituta; é o sexto caso que em pouco mais de um ano se regista na Grande Lisboa.

16 Terça-feira

Morre, em Lisboa, a escritora Natália Correia autora de vasta obra literária ■ Comissão Europeia para a Agricultura admite possível atribuição de fundos comunitários aos agricultores afectados pela seca em Portugal ■ Boris Ieltsin admite proximidade de uma remodelação governamental na Rússia ■ As tropas concentradas ao longo da fronteira entre as duas Coreias encontram-se em estado de alerta ■ Renato Altissimo, secretário do Partido Liberal Italiano (PLI) demite-se das suas funções na sequência da abertura de um inquérito ligado aos casos de corrupção que têm abalado a Itália ■ Cemitério da Mafia é descoberto perto de Corleone.

EDITORIAL

A crise, a demagogia e a luta

De acordo com as piores previsões, a crise económico-social instalou-se e o Governo, apesar de todos os expedientes em contrário, não pode deixar de reconhecê-la. Ao fazê-lo, no entanto, o Governo foge a

assumir as suas responsabilidades e procura inventar bodes expiatórios sobre quem lançar as culpas todas.

É assim que o Primeiro-Ministro insiste em apresentar como causa única da crise a conjuntura externa, a tal que ele se esquecia de mencionar quando lhe proporcionava «os milagres» dos anos idos.

É assim que Braga de Macedo (seguramente aconselhado com Cavaco Silva) teve a ideia genial de apontar o Banco de Portugal à execução pública como um dos causadores da crise, o que como era de prever, provocou um inusitado acirramento da especulação contra o escudo, cuja sustentação está a custar ao país muitas dezenas de milhões de contos.

Este episódio do Banco de Portugal é um verdadeiro paradigma da desorientação e da irresponsabilidade com que o Governo se comporta perante o desenvolvimento da crise.

Pode dizer-se que não há um só comentador (desde que com alguma independência em relação ao Governo) que não se pronuncie neste mesmo sentido, acusando asperamente e apontando a perda de credibilidade da dupla Cavaco Silva-Braga de Macedo.

Este último, perante a acusação de que o seu discurso contra o Banco de Portugal é o responsável pela nova onda de ataques ao escudo, inventa, como um menino apanhado com a boca na botija, para justificar o recrudescimento daqueles ataques os motivos mais absurdos, como «as dificuldades políticas na Rússia e os calendários eleitorais de alguns estados membros» («Público 16/3/93»).

É a gente desta que está entregue o governo do país!

A outra manifestação significativa da irresponsabilidade governamental perante a crise reside na recusa a considerar com o mínimo de atenção as propostas e medidas para enfrentar a crise feitas por forças da oposição, como as 17 medidas imediatas apresentadas pelo PCP, em 9 de Março, ao mesmo tempo que o Governo prossegue cegamente a desastrosa política de direita e lança operações propagandísticas em torno de algumas importantes questões (habitação, seca, barragens), mas em que a nota dominante é a demagogia.

Como salientou Carlos Carvalhas perante a Assembleia da Organização Regional de Santarém, no passado sábado: «Não é com paleativos, nem com promessas demagógicas que se enfrenta a crise».

A «extinção das barracas» tornou-se há muitos anos o mote apeteçido de

todas as demagogias. Ainda no tempo da ditadura fascista houve várias campanhas com este mote. O próprio Abecasis «acabou» com as barracas não sei quantas vezes.

O total ceticismo com que os moradores das barracas, sem excepção, ouvidos pelas televisões, reagiram à operação mediática de Cavaco Silva é revelador de um certo cansaço do tema.

Seria muito bom que houvesse desta vez pelo menos uma considerável redução do número das barracas.

Seria muito bom, porque esse não é de maneira nenhuma o objectivo do Governo. O claro objectivo do Governo é suster, por golpes propagandísticos, o processo de impopularidade crescente que o está a atingir e ao mesmo tempo transferir para as autarquias a responsa-

A permanente clarificação perante o movimento de massas das posições das diferentes forças políticas em relação à crise que o país está a viver, às suas causas e às políticas alternativas para lhe fazer frente, reveste a máxima importância na presente situação

bilidade por uma das mais negras manchas sociais - causadora de muitas outras - que subsiste na nossa sociedade.

A operação ainda só agora foi anunciada e o Primeiro-Ministro logo começou por ameaçar as autarquias com penalizações e retaliações.

Especialmente chocante é a ligação evidente entre a operação do Governo e os interesses do PSD nas eleições autárquicas.

Não é só por isso, no entanto, que a campanha cavaquista para a «irradicação das barracas» não é uma operação séria.

Não o é, porque o Governo quer colher os louros da campanha, mas todo o esforço caberá às autarquias, incluindo em termos financeiros, nomeadamente através do endividamento, pois o Governo prepara-se para não despende um tostão no ano corrente. É um claro exemplo de transferência de novas obrigações para as autarquias locais sem serem acompanhadas dos necessários meios.

Não é também uma operação séria porque se trata de um programa para produzir efeitos políticos e por isso feito a correr, sem o necessário enquadramento financeiro e legislativo.

A demonstração de que assim é, de que este «programa para a irradicação das barracas» é oco e demagógico, vai ser feita na prática quando as autarquias quiserem passar à fase da sua execução.

A operação barracas, como as outras operações propagandísticas do Governo, não podem fazer esquecer as mais graves consequências da crise económico-social como o desemprego crescente, os despedimentos colectivos em preparação, os salários em atraso a subir em flecha, o aprofundamento das desigualdades e das manchas de miséria e de exclusão.

É precisamente a estas agudas questões sociais que respondem as 17 medidas imediatas do PCP.

É necessário também não perder de vista que o presente empenhamento do PS em torno de algumas consequências sociais da crise não pode cobrir as suas responsabilidades na política que as originou e nem eludir a falta de propostas concretas alternativas do PS que apontem para uma política realmente diferente.

A capitalização do descontentamento popular em período de aguda crise económico-social e em ano de eleições autárquicas, tornou-se para o PS a razão determinante da sua actualização.

Da mesma forma, é uma razão determinante da actualização do PS simpaticamente «compreendida» pela direita e largamente sustentada pela grande comunicação social, a de impedir por todos os meios que o descontentamento popular possa favorecer maciçamente o PCP, em novos apoios políticos e eleitorais, como é justo que aconteça pelo papel que o PCP desempenha na luta do nosso povo.

O monolitismo informativo nos ataques ao PCP, a pretexto do Congresso da CGTP, tendo embora outras motivações, teve nesta, de impedir o rápido crescimento da influência do PCP em ligação com o ascenso da movimentação de massas, a sua motivação essencial.

A permanente clarificação perante o movimento de massas das posições das diferentes forças políticas em relação à crise que o país está a viver, às suas causas e às políticas alternativas para lhe fazer frente, reveste a máxima importância na presente situação.

Desta clarificação dependerá, em larga medida, uma crescente transformação da oposição social à política da direita em oposição política e eleitoral ao PSD e em opção de voto a favor do PCP e da CDU.

Determinante de tudo isto é a intensificação da luta popular, o desenvolvimento da acção visando assegurar o maior êxito à jornada de luta do próximo dia 20 de Março, à marcha pela educação, a 26 de Março, às acções de 2 de Abril, às novas jornadas de luta camponesa e estudantil, ao 25 de Abril e ao 1º de Maio.

Determinante de tudo isto é o reforço do PCP no desenvolvimento da dinamização em curso em torno das comemorações do 72º aniversário, das Assembleias das Organizações e da preparação das eleições autárquicas.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 84

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis — 90, 7.ª A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 814 61 73

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1.ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilfões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7.ª-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.0-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 814 61 73

Composto e Impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

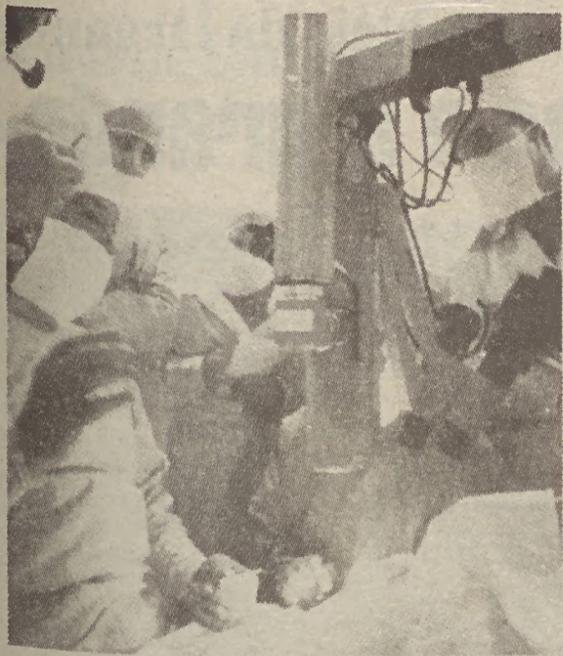
* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

«PCP - oposição firme para uma política diferente»

- até 4 de Abril,
uma campanha necessária e oportuna



Médicos comunistas analisam situação da saúde

O Secretariado da Comissão Nacional para as Questões da Saúde do PCP convocou para o próximo dia 27 de Março, no Centro de Trabalho Vitória, às 10 e 30, um Encontro Nacional de Médicos para análise da situação no sector da saúde.

Afirma-se nomeadamente na convocatória subscrita por aquele organismo:

«Os avanços científico-técnicos no campo da Medicina, e as mudanças substanciais que se verificaram na estrutura social da população portuguesa, introduziram profundas alterações no Sector da Saúde.

«A substituição gradual da velha medicina artesanal por instituições com grande concentração de meios humanos e técnicos, os elevados e crescentes custos da Saúde, o direito à Saúde constitucionalmente consagrado, os interesses e aspirações dos profissionais do Sector e a visão economicista do Governo PSD, tornam urgente uma rigorosa análise e compreensão dos diferentes factores em confronto.

«O Governo PSD encara o direito à Saúde como um qualquer bem de consumo, sujeito às leis da oferta e da procura, e a Saúde como um aliciante e rentável negócio, susceptível de atrair a cobiça dos grupos financeiros nacionais e estrangeiros.

«O Governo PSD legisla de modo a facilitar a transferência de verbas do OE para o sector privado, promovendo e legalizando uma autêntica paralisação do sector público pelo privado, conducente à ruptura financeira e inviabilização do SNS.

«O Governo PSD pretende aprofundar uma política de privatização desenfreada, de sistemas convencionados e de seguros-doença, medidas vivamente contestadas pelas suas desastrosas consequências na maioria dos países onde foram ensaiadas, medidas socialmente injustas e ineficazes, geradoras de instabilidade laboral, precariedade de emprego e repressão patronal.

«Dias difíceis se avizinhm para a Saúde em Portugal, caso se não verifique uma oposição decidida de tal política!

«Os médicos, como agentes fundamentais deste importante e sensível sector nacional, onde trabalham mais de 150 000 trabalhadores e técnicos, não podem, não devem demitir-se da discussão dos problemas que afectam a Saúde.

Os médicos comunistas não devem, não podem isolar-se desta luta, antes devendo contribuir, de modo organizado e competente, para o fortalecimento da acção do PCP, a todos os níveis, preconizando medidas tendentes a solucionar ou minorar os principais problemas com que a Saúde se defronta.

«Mas para isso é urgente o debate aberto e franco sobre os modelos de saúde possíveis, o papel do sector público (e sua defesa) e o papel do sector privado, sobre a planificação, organização, financiamento e gestão dos serviços, sobre as questões ligadas à formação profissional, carreiras, política de emprego e salarial, assim como sobre as implicações éticas e jurídicas da actividade profissional, e as formas de associação e defesa dos médicos e as tarefas que se colocam nesse plano.

«Assim, camarada, qualquer que seja a tua experiência como médico, local ou regime de trabalho (assalariado ou por conta própria), o PCP necessita do contributo da tua vivência, da tua opinião.

«É urgente reunirmo-nos, revermo-nos, conhecermo-nos.»

Iniciada com o tempo de antena transmitido na passada segunda-feira e prolongando-se até 4 de Abril, o PCP vai promover uma campanha de propaganda e de acções de contacto directo com a população tendo como principal objectivo contribuir para uma mais forte projecção pública e afirmação política do PCP na actual conjuntura da vida nacional.

Pelo seu conteúdo e objectivos, esta campanha de informação, esclarecimento e propaganda articula-se com a orientação e as linhas prioritárias da intervenção do Partido no sentido da responsabilização da política do Governo do PSD pelo profundo agravamento dos problemas nacionais, do

o PCP com os Trabalhadores

Por melhores salários
Por emprego seguro
Pelos direitos sociais



PCP  oposição firme para uma política diferente

CRISE

Cavaco Silva e o PSD estão a afundar o País.

HA OUTRO CAMINHO!

com o protesto e a luta de todos.

PCP 

oposição firme para uma política diferente

estímulo à ampliação do descontentamento popular e ao desenvolvimento do movimento de protesto e de luta e do avanço da exigência de uma nova política radicalmente diferente da que tem sido imposta ao País pelo PSD, beneficiando da cumplicidade do PS em questões e opções fundamentais.

A campanha «PCP - oposição firme para uma política diferente» tem entretanto como eixo fundamental a valorização e afirmação do Partido, do seu papel e das suas propostas e a ampliação da consciência da necessidade e importância de um reforço do apoio ao PCP por parte designadamente de vastos sectores sociais que estão sendo gravemente lesados pela política de direita.

Esta campanha constitui ainda uma resposta decidida e dinâmica do PCP face às insistentes linhas de diversão, silenciamento e discriminação que têm vindo a ser premeditadamente lançadas para, propagandeando uma inexistente bipolarização PSD-PS, tentar impedir um

significativo avanço da influência comunista numa situação de crescente descrédito do Governo do PSD e de patentes compromissos do PS com aspectos decisivos da política do PSD.

A campanha «PCP - oposição firme para uma política diferente» - que pode e deve ser articulada com a generalidade das iniciativas

já programadas pelas organizações do Partido - terá como suportes fundamentais a edição de um conjunto de três folhetos, (respectivamente sobre os problemas dos agricultores, a distribuir até 28/3; sobre os problemas dos trabalhadores e sobre as 17 medidas imediatas propostas pelo Partido, ambos com distribuição pública

prevista para o período entre 24/3 e 4/4, e na edição de dois cartazes e um MUPI que devem, de preferência, ser afixados de 24 a 28/3.

Seria muito importante que, a par da cuidada distribuição e afixação dos materiais editados centralmente e de activa concretização de múltiplos contactos com a população, as organizações do Partido promovam iniciativas políticas especiais que complementem regional e localmente a campanha, bem como seria adequado que neste período se verificasse uma intensificação das tomadas de posição públicas sobre os problemas mais sentidos em cada região.

Salientando a grande importância política desta campanha de afirmação do Partido, a Comissão Política apela a todas as organizações para a rápida adopção de medidas especiais de organização, planeamento e programação de acções que permitam assegurar o êxito e o impacto público deste iniciativa política.

o PCP com os Agricultores

Intervenção urgente no escoamento
Apoio financeiro especial
Ofensiva junto da GEE



PCP 

oposição firme para uma política diferente

PCP

«Reforçar o Partido para as Grandes Batalhas Políticas»

Os comunistas do distrito de Santarém realizaram no último sábado a sua IV Assembleia da Organização. Foi no amplo salão do centro de trabalho do Partido, em Alpiarça, local escolhido para acolher os 120 delegados e cerca de 180 convidados provenientes de todos os 21 concelhos do distrito.

Sob o lema "Reforçar o Partido para as Grandes Batalhas Políticas", esta IV Assembleia da Organização Regional de Santarém do PCP culminou um amplo trabalho preparatório iniciado em Janeiro, no decorrer do qual foi notório o esforço generalizado de envolvimento dos quadros no aprofundamento do debate sobre as grandes questões relativas à vida do Partido e aos problemas que afectam a região.

Isso mesmo ficou patente, de resto, ao longo da Assembleia, cujos trabalhos reflectiram de forma viva esse apuramento do debate em torno das principais matérias que estão na ordem do dia das preocupações da organização distrital do PCP.

Foi esse conhecimento profundo, estreitamente ligado ao quotidiano dos trabalhadores e das populações, que acabou por ser retratado nas mais de 25 intervenções produzidas durante todo o dia, interessadamente seguidas pelos presentes, versando praticamente todas as temáticas, desde o movimento sindical à acção nas autarquias, passando pelo trabalho na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, desde os problemas dos reformados, dos operários agrícolas, dos comerciantes e industriais ou da juventude, até às questões relativas à segurança social, às eleições autárquicas, às células de empresa ou ao balanço da actividade das organizações locais.

Reflectindo a própria atmosfera de confiança e entusiasmo que rodeou os trabalhos, a que assistiram os camaradas Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que interveio no final, e Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, pode por conseguinte dizer-se que esta IV Assembleia constituiu um importante acontecimento na vida partidária, capaz de impulsionar e dinamizar a actividade e a intervenção do Partido em todas as esferas da vida regional.

Em declarações prestadas ao "Avante!", no intervalo que antecedeu a sessão final, onde foi apresentada a nova direcção da DORSA, eleita por unanimidade e aclamação, António Orcinha, membro do Conselho Nacional e responsável distrital, confienciava-nos isso mesmo, expressando a sua satisfação pela forma

como decorreria a Assembleia, cujos objectivos, em sua opinião, tinham sido plenamente atingidos, pondo simultaneamente em relevo o largo consenso dos participantes relativamente às propostas da Resolução Política e ao conteúdo do relatório subscrito pela direcção cessante.

Pertenceu, aliás, a António Orcinha a intervenção de abertura durante a qual traçou um quadro bastante exaustivo da realidade económica e social, completado com as principais direcções e prioridades que se colocam ao trabalho partidário no futuro próximo.

Definindo a situação actual como de "profunda crise", o dirigente comunista chamou a atenção para a degradação da situação económica e social no distrito, cujos reflexos e consequências admitiu serem "imprevisíveis", lembrando a propósito a destruição do aparelho produtivo que está a provocar efeitos em vastos sectores da indústria e a arrastar consigo parte do comércio e das pequenas empresas de vários ramos e sectores.

De "grandes proporções", como referiu, é também a crise que atinge a agricultura no distrito, em consequência da política governamental, crise visível nas "dificuldades de escoamento da produção, nos elevados custos da terra, dos factores de produção, das máquinas e alfaias e do crédito agrícola", bem como no acesso aos meios financeiros comunitários.

Noutra parte do seu discurso, referindo-se às batalhas eleitorais, António Orcinha definiu as próximas eleições autárquicas como uma "tarefa prioritária", realçando a importância da dinamização de todo o trabalho e o empenhamento das organizações e dos quadros no sentido de levar por diante "as orientações gerais do Partido e as medidas avançadas no Projecto de Resolução Política".

Nessa perspectiva, anunciou o propósito de a CDU concorrer a todos os órgãos municipais e ao maior número de freguesias, reforçar as posições eleitorais em todo o distrito, confirmar as maiorias da Coligação nas câmaras e freguesias em que detém a presidência e apresentar-se como alternativa nalguns concelhos.

No que se refere ao PCP, António Orcinha sublinhou como linha de trabalho prioritária o estreitamento da ligação dos seus membros com as respectivas organizações, bem como entre o Partido e os trabalhadores, factores que considerou determinantes para a "dinamização da luta, para a resolução dos problemas e para aumentar a influência do Partido".

Carlos Carvalhas, na IV Assembleia da Organização "A luta de massas é a grande di da nossa intervenção"

No discurso que proferiu no encerramento dos trabalhos da IV Assembleia da Organização Regional de Santarém, o secretário-geral do PCP, camarada Carlos Carvalhas, sublinhou que a "crise do Banco de Portugal, e as dezenas de milhões de contos gastos na sustentação do escudo mostrou mais uma vez como é errada a política do Governo e como eram justas as advertências do PCP sobre a entrada precipitada do escudo, no Sistema Monetário Europeu".

Falando de improviso, perante uma assistência interessada que enchia por completo o amplo salão do centro de trabalho do PCP em Alpiarça, Carlos Carvalhas dava assim o tom a um discurso marcado no essencial pelas fortes críticas ao Governo, a quem acusou de estar na origem da actual degradação da democracia política, económica, social e cultural.

Incisivo, o secretário-geral do PCP recordou na sua intervenção que "não é com paleativos, nem com promessas demagógicas, que se enfrenta a crise", do mesmo modo que não se altera a situação económica "com o afunilamento das nossas relações económicas externas nem com o abandono dos nossos recursos".

Detendo-se a analisar as últimas iniciativas de Cavaco Silva no domínio da habitação, o líder comunista interpretou-as como um gesto tendente a "passar as responsabilidades do Governo para as autarquias", observando mesmo que "ao exigirem a comparticipação das Câmaras, as ditas medidas são um presente envenenado, sabido como é que as autarquias se encontram com graves problemas financeiros e que a Lei das Finanças Locais não tem sido cumprida."

Ao dirigente comunista não escapou ainda a afirmação feita pelo Governo de que com tais medidas se "vai acabar com as barracas nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto", considerando-a uma "pura demagogia", uma vez que, salientou, "enquanto não se combater a desertificação do interior, as migrações vão continuar para o litoral e para os grandes centros".

Não menos duras foram as palavras do secretário-geral do PCP relativamente às medidas agora anunciadas para o Alentejo, que considerou irem no mesmo sentido e apenas servirem para dizer que o Governo, depois de tantas insistências e denúncias, se preocupa com as questões sociais da seca.

"Trata-se no essencial de «fogueteiro político» acenando com alguns milhões, resolvendo aqui e ali algumas questões, sem combater minimamente as suas causas", referiu o orador, antes de acrescentar que "os que liquidaram a Reforma Agrária e promoveram a desertificação do Alentejo com uma política de crescimento centrado nos grandes centros, são os que agora, açoitados pelas denúncias e pelos protestos, correm a anunciar medidas em ano de eleições autárquicas."

Resolução Política Um Partido à altura das suas responsabilidades

Aprovada por unanimidade e aclamação, a Resolução Política da IV Assembleia da Organização Regional de Santarém constitui um documento-chave para a compreensão quer dos principais problemas com que se defronta o distrito, quer das linhas norteadoras que presidirão a curto e médio prazo à actividade dos militantes comunistas e das suas organizações.

Intitulada "Reforçar o Partido para as Grandes Batalhas Políticas", a Resolução condensa em cinco capítulos as matérias que acabaram por estar no centro das atenções ao longo dos trabalhos da Assembleia: a situação económica e social no distrito; os movimentos sociais de massas; o movimento operário e sindical; as eleições autárquicas de 1993; e o reforço e ligação do Partido aos trabalhadores e às populações.

No capítulo das próximas eleições autárquicas, entre os objectivos globais a atingir, importa destacar a confirmação das maiorias nos municípios onde a CDU detém a presidência (Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche e Golegã), a par da luta pela presidência de novos municípios onde a Coligação Democrática Unitária

constitui a verdadeira alternativa, como sejam Abrantes e Almeirim.

Atenção particular será igualmente prestada aos oito municípios onde existem vereadores eleitos pela CDU, bem como à recuperação de vereadores nos municípios de Alcanena e Vila Nova da Barquinha onde a Coligação de comunistas e outros democratas seus aliados já esteve representada.

Direcção fundamental de trabalho, de acordo com a Resolução aprovada, é ainda a confirmação das maiorias nas 34 freguesias de presidência CDU e a luta por novas presidências, e, bem assim, o reforço geral das posições e a conquista de mandatos em autarquias onde a CDU não está representada.

No que se refere ao seu capítulo final, centrado nas questões relativas ao Partido, o documento define as direcções de trabalho prioritárias em questões tão importantes como a direcção regional; o executivo e secretariado da DORSA; os organismos intermédios; a organização, quadros, fundos e património; os centros de trabalho; a informação e propaganda; e a imprensa do Partido.

Mas foi ainda em torno da incapacidade do Primeiro-Ministro para dar resposta às necessidades da economia e aos grandes problemas sociais que hoje perpassam a sociedade portuguesa que Carlos Carvalhas centraria a sua intervenção.

"O fundamentalismo monetarista, o combate à inflação pela importação crescente de bens alimentares e de produtos de consumo, substituindo a produção nacional, a recusa em ajustar o escudo no SME de modo a favorecer as nossas exportações e a política das altas taxas de juro - observou - são medidas que se inscrevem nos critérios da chamada convergência nominal de Maastricht, que estão a arruinar o tecido produtivo e que é necessário abandonar e com urgência."

Corroborando a análise feita pela Assembleia, Carlos Carvalhas considerou ainda que "o distrito de Santarém é uma amostra da situação geral do país: encerramento de empresas; crise na agricultura; salários em atraso; aumento do desemprego", deixando no ar a interrogação: "Para quando as medidas que relancem o investimento produtivo e a produção, para quando as medidas de emergência para a agricultura que dê resposta ao escoamento dos produtos e à asfixia financeira dos agricultores e seareiros, para quando a actualização do salário mínimo e a actualização intercalar das prestações sociais?"

Outro tema por si abordado foi "o clima de corrupção e de compadrio e as redes clientelares". Pondo o dedo na ferida, Carlos Carvalhas responsabilizou por esta situação "a política do «quero posso e mando», do abuso do poder por parte do PSD e do negociismo à volta dos fundos comunitários", assinalando a este respeito que está à vista de todos a "degradação da democracia política, social, económica e cultural".

Nota de realce, noutra plano, merecem ainda as afirmações de Carlos Carvalhas relativamente às questões da organização e do Partido. Chamou a atenção para a "importância do recrutamento de jovens e da sua promoção nos organismos dirigentes", bem como para a "necessidade de se voltar o Partido cada vez mais para fora, para o contacto com os trabalhadores, com as populações".



Benavente CDU anuncia

Praticamente coincidente com a realização da sua IV Assembleia foi o anúncio público feito pela DORSA relativamente aos nomes dos candidatos que encabeçam as respectivas listas da CDU às câmaras municipais de Constância, Benavente e Abrantes, três dos 21 municípios do distrito onde a Coligação se apresenta ao sufrágio.

No caso de Benavente, a divulgação do cabeça de lista foi feita na véspera da Assembleia e tratou-se de António José Ganhão, actual presidente, que assim se recandidata a um novo mandato pela Coligação Democrática Unitária.

Em Constância, onde a CDU detém maioria absoluta, o candidato à presidência da Câmara volta a ser o camarada António Manuel dos Santos Mendes, 43 anos, operário electricista e actual presidente. O anúncio da recandidatura, foi feito no último sábado, no próprio dia da IV Assembleia, num almoço (na foto) realizado na Sociedade da Portela, freguesia de Santa Margarida, a que estiveram presentes 120 pessoas, entre as quais Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que interveio no final.

Começando por chamar a atenção para a importância de se estar

Regional de Santarém: ecção



“Dar resposta aos seus problemas e anseios quando se enquadrarem dentro das atribuições autárquicas, organizar e dinamizar o protesto e a luta”, foram ainda linhas fundamentais de trabalho por si citadas, antes de pôr o enfoque na “luta de massas” que considerou “a grande direcção da nossa intervenção”.

Na opinião do dirigente comunista, são ainda de grande relevância “o valor da interligação pelo Partido, da crítica, da denúncia, da firme oposição e de luta contra a política do Governo e o estudo, a elaboração e defesa de orientações e propostas para a resolução dos problemas dos trabalhadores, do nosso povo e do país”, do mesmo modo que assume a maior importância a “orientação unitária tanto na aliança das forças sociais cujos interesses estão a ser feridos pela política de direita, como na acção convergente ou comum dos democratas, contra o Governo do PSD e para uma alternativa democrática”.

Destacados por Carlos Carvalhas foram também “a justa combinação entre esta actividade constante e perseverante em favor da unidade democrática e a crítica às posições capitulacionistas ou titubeantes de outras forças políticas democráticas”, importância que tornou extensiva à “intervenção directa do Partido nas mais variadas áreas e sectores (atenção ao associativismo, aos problemas ambientais, às camadas médias)” e à “firme reclamação do respeito pelo funcionamento regular das instituições, pelo funcionamento do regime democrático consagrado na Constituição e a defesa do pleno exercício dos direitos de cidadania.”

Constância e Abrantes Cabeças de lista

já a prestar contas às populações sobre a realização dos programas que foram apresentados nas anteriores campanhas eleitorais, Carlos Carvalhas sublinhou que se trata de “uma postura que marca a diferença do PCP e da CDU em relação às outras forças”, acrescentando que “também em Constância são mesmo os nossos adversários que reconhecem que a CDU na autarquia tem uma gestão positiva, que resolveu muitos e velhos problemas do concelho e que, em relação a autarquias geridas pelo PS e pelo PSD, vai à frente em todos os domínios em que tem responsabilidades: defesa do património, infra-estruturas, acessibilidades.”

Depois de referir que uma elevada percentagem dos candidatos da CDU são independentes, o que só por si atesta o carácter largo, aberto e unitário da Coligação, o secretário-geral do PCP referiu a importância de também se ter em atenção para a inclusão em lugares elegíveis de mais mulheres e jovens.

Não esquecidos por Carlos Carvalhas foram também o Partido Ecologista “Os Verdes”, a Intervenção Democrática e os democratas independentes que

fazem parte da CDU, a quem saudou, recordando em seguida o 8 de Março, evocação que aproveitou para pedir aos presentes uma saudação “à mulher trabalhadora, à mulher comunista, à mulher portuguesa na luta pela participação em igualdade”.

A anteceder a intervenção do secretário-geral do PCP, usaram ainda da palavra o presidente do município, que fez um desenvolvido balanço sobre a importante obra levada a cabo na sua gestão, e o presidente da assembleia municipal, Ernesto Varino, que apresentou um abaixo-assinado de apoio à recandidatura, que se encontra a circular e já foi subscrito por centenas de pessoas. Entre elas, registe-se, como nota curiosa, cujo nome é uma bandeira, a camarada “Liberdade da Pátria Livre” que nunca deixa de estar presente nas iniciativas do PCP e da CDU.

Já na terça-feira, em conferência de imprensa, foi também anunciado o nome que encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal de Abrantes. É o camarada Luís Peixoto, médico, actualmente deputado em exercício de mandato na Assembleia da República.

Faleceu Manuel da Fonseca

Faleceu, no passado dia 11 de Março, o escritor Manuel da Fonseca. O seu corpo esteve em câmara ardente, na Casa do Alentejo, onde se deslocou uma delegação do PCP, constituída por José Soeiro e por Álvaro Cunhal. O funeral realizou-se em Santiago do Cacém, sua terra natal.

No dia do falecimento, Álvaro Cunhal endereçou um telegrama de condolências à família do escritor onde se lia: «Acompanhando-vos na dor pela perda do vosso ente querido e pela perda do grande escritor, do cidadão, do amigo e do camarada, envio-vos as mais sentidas condolências.»

No telegrama enviado pelo secretariado do CC do PCP à família de Manuel da Fonseca lia-se: «Tomando conhecimento do falecimento do camarada Manuel da Fonseca, recordamos o escritor, a grande figura da vida cultural portuguesa, o amigo generoso e solidário, o lutador antifascista, o cidadão convicto dos seus ideais.

«Compartilhamos a vossa dor e tristeza, expressamos profundo pesar e sentidas condolências do Partido Comunista Português.»

No funeral realizado em Santiago do Cacém, esteve presente uma delegação do PCP, constituída por Carlos Carvalhas, José Soeiro e Carlos Aboim Inglês.

Na ocasião, o secretário-geral do PCP proferiu a seguinte alocução:

«Manuel da Fonseca - um amigo, um camarada, 81 anos de vida de cidadão, de escritor e emérito contador de histórias.

«Vimos aqui acompanhar um amigo certo, um camarada convicto, cujas palavras e maneira de estar tantas vezes nos prenderam, cativaram e emocionaram. Em cuja obra confirmamos que, num mundo crescentemente complexo, o que é simples, belo e verdadeiro podem comover e seduzir. São cultura, arma e enxada.

«Manuel da Fonseca é figura de relevo da cultura portuguesa. Hoje é uma homenagem do seu povo de quem foi narrador notável.

«Manuel da Fonseca foi um vulto do neo-realismo que adquiriu força na literatura através do vigor e beleza da sua poesia, dos versos da *Rosa dos Ventos* - escritos sob o impacto da guerra de Espanha e da repressão do fascismo salazarista -, dos poemas da *Planície* e nos contos da *Aldeia Nova*, no *Cerromaior*, publicados no fogo do combate dos democratas portugueses e da resistência na Europa à horda nazi. Da *Seara de Vento* que a PIDE apreendeu mas que o povo leu.

«Manuel da Fonseca deu voz, na sua prosa e poesia, aos deserdados da vida, do mundo das vastas planuras deste Alentejo que tanto amava.

Por um acto político e cultural, Manuel da Fonseca viria a ser preso quando do

encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965.

«Militante Comunista desde os anos 40 - atitude que assumiu fruto de uma experiência social e do convívio com outros intelectuais, como Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol -, esteve sempre com o seu Partido. Mesmo em tempos difíceis em que os ventos da História provocaram noutros vacilações e abandonos.

«Manuel da Fonseca amava a vida e detestava a hipocrisia. Gostou da vida que viveu.

«Foi directo, rebelde, alegre, correu Lisboa e outros lugares, fez e desfez profissões.

«Com os que nos legou, outros combatentes continuarão nas páginas da vida a sua luta para que seja melhor a vida das crianças, das mulheres e dos homens que enchem as páginas da sua obra.

«Manuel da Fonseca deixou o mundo dos vivos, mas com os vivos fica para sempre o seu exemplo, a sua obra, a sua juventude e o seu humanismo.

«Nesta hora de luto para a cultura portuguesa e para o país, apresentamos votos de sentidas condolências aos seus familiares, curvamos perante o homem, o escritor e cidadão, o combatente comunista.

«Podes estar certo, Manuel da Fonseca, que outros continuarão a tua luta e, no presente e para o futuro, darão a vida aos projectos, aos sonhos e às esperanças de dignidade, liberdade e beleza a que deste a tua voz, a tua sensibilidade e paixão, a tua arte.»

Solicitado por uma rádio de Lisboa, Álvaro Cunhal prestou o seguinte depoimento: «Manuel da Fonseca foi um dos grandes escritores do nosso século, extraordinário narrador de situações, enquadramentos sociais e paisagísticos, monumentos e caracteres típicos do povo português - nomeadamente do Alentejo;

- um intelectual visceralmente ligado ao povo ou (se se preferir dizer) um filho do povo cuja obra o fez um intelectual;

- um amigo de mais de meio século de verdadeira estima;

e - um camarada de ideal, de partido e de luta cuja serena convicção e confiança o acompanhou até aos últimos tempos de vida.

Por tudo isso se compreende a razão por que compartilho da dor que a sua morte provoca.»



Em 1942, publica *Planície* (poemas) e *Aldeia Nova* (contos). É um período de pujança do neo-realismo na literatura. Publica *Cerromaior*.

No final da guerra afastou-se temporariamente da literatura e retoma a vida a vida das tertúlias, dos cafés, dos bares de Lisboa. Participa então na Comissão Distrital de Lisboa do MUD. Volta, em 1953, a publicar *O Fogo e as Cinzas*, contos dispersos em jornais e revistas. Para em 1958 editar a *Seara de Vento* que viria a ser apreendida pela PIDE. *Poemas Completos* (reedição dos primeiros livros de poemas) e *Nortada* (contos).

Foi frequentador e animador de tertúlias de artistas em cafés de Lisboa nos anos 60. Como, por exemplo, no Leão d'Ouro com Redol, Manuel Ferreira, Mário Dionísio e Mário Ventura Henriques. Ou, quando viveu temporariamente na Parede, no Ribamar, de Algés, com Noronha Feio, Cardoso Pires, Armando Caldas e Arnaldo Pereira. Em 1965 foi preso na sequência da atribuição do Grande Prémio da Novelística, da Sociedade Portuguesa de Autores. Manuel da Fonseca fazia parte do Júri que contemplou *Luanda* de Luandino Vieira.

Em 1968 publicou *Um Anjo no Trapézio*, em 1969 e 1973 surgem os *Tempos de Solidão* que Adriano Correia de Oliveira viria a cantar em poemas como:

Tejo que lavas as águas
Correndo de par em par
Lava a cidade de mágoas
Leva as mágoas para o mar

Leva-nos água às grades
De aço e silêncio forjadas
Deixa soltar-se a verdade
das bocas amordaçadas.

Depois do 25 de Abril a sua obra viria a ser mais divulgada. Luís Filipe Rocha fez um filme baseado em *Cerromaior*, também adaptado à Rádio e *Seara de Vento* foi levada à cena por Artur Ramos, no Teatro Maria Matos. E o *Fogo e as Cinzas* tornou-se livro de leitura obrigatória no Ensino Secundário.

Manuel da Fonseca percorre, desde então, até à sua morte, o país com as suas apaixonadas conversas, participa na actividade política legal, em múltiplas circunstâncias.

Enquanto os seus livros foram reeditados nas *Obras Completas*, da Caminho, Manuel da Fonseca viria, em 1984, a seleccionar e prefaciar a *Antologia de Fialho de Almeida*. Em 1983 foi candidato da CDU por Setúbal nas eleições legislativas desse ano.

As suas obras foram traduzidas em sete países e figuram em antologias portuguesas, brasileiras, alemãs, italianas, inglesas e búlgaras e em revistas inglesas, holandesas e alemãs.»

PCP

Álvaro Cunhal no distrito de Beja

A obra está à vista nas autarquias CDU

Álvaro Cunhal, presidente do Conselho Nacional do PCP, deslocou-se, sexta-feira e sábado, ao distrito de Beja onde visitou algumas das muitas realizações das autarquias

A jornada começou na sexta-feira, no concelho de Serpa. Aí foi recebido pelo executivo camarário com quem trocou algumas impressões e a que se seguiu uma visita à freguesia de Vila Nova de S. Bento, onde foi recebido por muitas dezenas de pessoas que o aguardavam frente ao edifício da Junta.

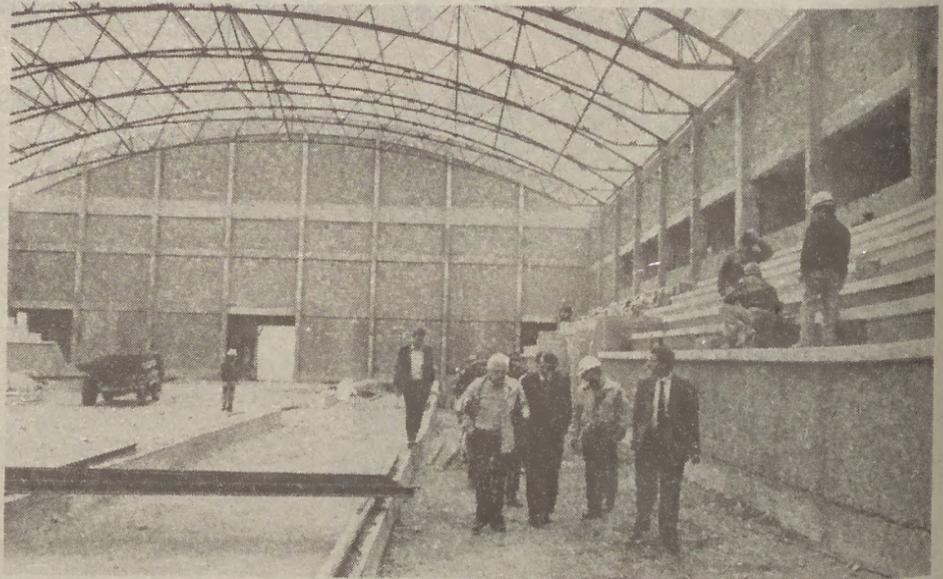
Nas breves palavras que dirigiu aos presentes, Álvaro Cunhal realçou o trabalho dos autarcas, tecendo fortes críticas ao Governo, cuja política é responsável pela ausência de desenvolvimento económico e pela desertificação da margem esquerda do Guadiana. Nesta freguesia o dirigente comunista teve ainda oportunidade de

conhecer o magnífico Teatro Municipal Maria Lamas.

De volta à bela vila de Serpa, Álvaro Cunhal passou em revista o excelente trabalho que a autarquia tem vindo a realizar e apoiar em várias áreas. A Cooperativa de Habitação/Cruz Nova e o parque desportivo que integra campos de futebol e de ténis e uma pista de patinagem seriam exemplos suficientes para convencer o mais céptico, mas vimos muito mais. Serpa dispõe hoje de uma piscina municipal, com dimensões olímpicas, situada perto do agradável parque de campismo. Em construção, e com inauguração prevista para Junho próximo, está um imponente Pavilhão de

Desportos, e a ser aberto ainda este ano, pelo menos parcialmente, está o centro cultural que albergará, entre outras infra-estruturas, um cine-teatro e uma sala de conferências.

Já no final do dia, Álvaro Cunhal encontrou-se com os trabalhadores da Câmara Municipal, nas instalações da nova cantina. As palavras que proferiu de improviso focaram a grande contradição do dia: «por um lado, o grande trabalho das autarquias que abre grandes perspectivas de crescimento da região, por outro lado a desertificação progressiva da região, a emigração de gerações novas que vão para as cidades e para o estrangeiro em busca do trabalho que aqui



Pavilhão de Desportos de Serpa em construção

não encontram». Esta ideia foi ainda desenvolvida no jantar de aniversário do PCP, promovido pela Comissão Concelhia de Serpa, na Casa do Povo.

No sábado, em Beja, o Presidente do Conselho Nacional começou por conceder uma entrevista à Rádio «Voz da Planície», após o que visitou o recente museu visigótico de Beja. Acompanhado pelo presidente da Câmara, vereadores e dirigentes locais do Partido, Álvaro Cunhal percorreu as ruas da cidade, detendo-se com frequência para cumprimentar pessoas que se lhe dirigiam. À vista de todos estava o excelente trabalho da Câmara na preservação da traça original da cidade, na recuperação criteriosa do bairro urbano das Portas de Mértola. Visitámos ainda as instalações da sede do MURPI, centro de convívio para idosos, num espaço recuperado e cedido pela Câmara. Entretanto, a conversa fluía sobre o que o Poder Local tem feito por aquele que era em 1974 um dos concelhos mais atrasados do País.

A Biblioteca Municipal foi o passo seguinte - um edifício de três pisos amplo e luminoso de que a autarquia justamente se pode orgulhar. A ser inaugurada dia 30 de Abril, a Biblioteca disporá de 40 mil títulos, para além de uma videoteca, discoteca e uma secção para publicações periódicas. A concepção inovadora previu, para além do espaço normal de leitura, uma sala de literatura infantil e outra com livros em Braille.

Dos muitos problemas que o concelho enfrenta ficámos a saber pela intervenção de Vítor Silva, durante o almoço de aniversário do PCP, que falou em nome do secretário da Comissão Concelhia do PCP de Beja. A crise na agricultura, segundo disse, «reflete-se em todos os sectores da actividade económica. Os agricultores e os trabalhadores agrícolas encontram-se numa situação de desespero para a qual não vêem saída, uma vez que não há da parte do Governo uma definição clara do que pretende que seja a agricultura e o mundo rural nos próximos anos». Como afirmou, «o Ministério que subsidiou há dois anos é o mesmo que hoje subsidia o abandono das terras». As dificuldades neste sector alastraram ao pequeno comércio e pequena indústria

resultando na falência e encerramento de empresas. Vítor Silva criticou igualmente a retirada de importantes serviços como a delegação do Banco de Portugal, o Departamento do Vale de Beja e a Circunscrição Florestal de Beja. A agravar ainda mais a situação social da região, referiu, «está a situação precária de mais de 200 trabalhadores da base aérea nº 11, que com a saída dos alemães poderão ir para o desemprego; a aplicação da lei dos disponíveis em vários serviços do Estado e os

Alqueva. Álvaro Cunhal partiu depois para a justamente chamada Mértola - Vila Museu. Esperava-o o Presidente da Câmara e os vereadores nos paços do concelho. Após algumas palavras de saudação descermos aos fundos do edifício, não para ver qualquer depósito de ferramentas, mas para percorrer um interessante museu romano. O cicrone foi Cláudio Torres, o arqueólogo cujo valiosíssimo trabalho desenvolvido no concelho em colaboração com a autarquia lhe valeu, ainda recentemente, o

Um Partido de pé, confiante e unido

Na sua deslocação ao distrito de Beja, Álvaro Cunhal participou ainda em iniciativas comemorativas do 72º aniversário do PCP. Em Serpa, a organização local promoveu um jantar na Casa do Povo, que reuniu perto de 250 pessoas; em Beja, foram mais de três centenas a participar no almoço, realizado no sábado, e por fim, no jantar de Mértola, que teve lugar no novo centro de trabalho do PCP, cerca de uma centena de militantes e amigos do Partido, assinalaram o aniversário do PCP.

Em todas estas iniciativas discursaram dirigentes locais, que focaram os principais problemas da região.

Nas breves referências que fez à história do Partido, Álvaro Cunhal, lembrou a criação do PCP ainda na República instaurada em 1910. Decorridos cinco anos de actividade legal, em que o Partido se começou a organizar, instalase a ditadura, que obrigou os comunistas a desenvolver a sua actividade nas condições da clandestinidade, durante 48 anos. Com o 25 de Abril, foi mais uma vez determinante o papel dos comunistas na instauração do regime democrático e na consagração dos direitos dos trabalhadores, continuando hoje a sua luta na defesa das conquistas e liberdades alcançadas pelo povo português. Ao longo de todos estes anos e até ao presente «gerações de comunistas lutaram pelos grandes valores que estiveram na base do PCP - a liberdade, a democracia, os interesses dos trabalhadores e a independência nacional e pelo projecto político da construção de uma sociedade socialista». Na luta pela liberdade e democracia, como afirmou Álvaro Cunhal, «o nosso Partido tem um património de luta que nenhum outro partido em Portugal tem».

Mais adiante considerou que «por muitas razões mantém-se a validade da nossa existência como partido comunista, dos nossos princípios essenciais, do nosso património de luta, do nosso projecto de construção de uma sociedade nova e das características essenciais do nosso Partido(...) É por isso que chegamos a este 72º aniversário com confiança, de pé, firmes, unidos, olhando o nosso povo olhos nos olhos, com a consciência política tranquila, porque não temos na nossa memória nada que nos envergonhe».

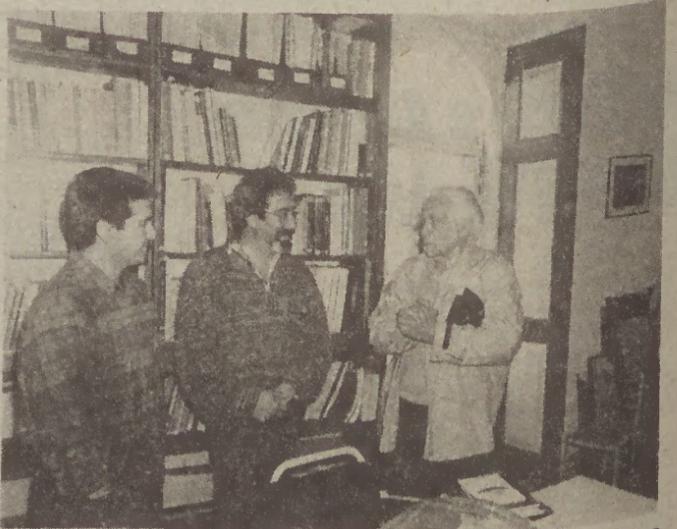
Para Álvaro Cunhal caminha-se hoje perigosamente para «um regime de cariz autoritário», que poderá tomar forma através da criação de um sistema eleitoral e de poder em que se perpetue à frente dos destinos do País o mesmo partido - «o PSD, governamentalizando as instituições, revendo as leis eleitorais, poderá criar grandes dificuldades à oposição em ascender ao poder».

Sobre a visita, Álvaro Cunhal, atribuiu grande importância às obras municipais que teve oportunidade de visitar, quer em Serpa, Beja ou Mértola, mas não deixou de manifestar profundas preocupações pela situação real do Alentejo. Como disse, «não são os mesmos os responsáveis por uma coisa e por outra: a obra realizada é por homens e mulheres, eleitos da CDU, comunistas e outros democratas que trabalham com dedicação e com honestidade para resolver os problemas, enquanto a situação grave do aparelho produtivo, a falta de emprego e de capacidade económica das regiões é responsabilidade do poder central». Por isso, disse, «numa visita destas podem-se tomar duas atitudes contrárias: uma é de satisfação e de certa forma um louvor àqueles que trabalham e realizam; outra é a crítica e condenação ao Governo Central que é responsável pelo agravamento da situação económica e social e pela perspectiva sombria para as populações desta região».

Referindo-se às próximas eleições autárquicas, realçou a sua grande importância no actual quadro político e manifestou confiança sublinhando que «há todas as condições para se confirmar o êxito da CDU e reforçar as suas posições nas autarquias alentejanas».



Biblioteca Municipal de Beja prestes a ser inaugurada



Álvaro Cunhal no Centro de Estudos Medievais e Islâmicos de Mértola. Ao centro, na foto, Cláudio Torres, cujo trabalho mereceu o Prémio «Fernando Pessoa» e a condecoração pelo Presidente da República

despedimentos previstos na Telecom de Portugal e nos Correios de Portugal». Por tudo isto, a população de Beja tem razões para estar inquieta - «a situação no Alentejo está a tornar-se insustentável», disse Vítor Silva que responsabilizou o Governo pelo atraso de anos na construção do Alqueva, cujo desbloqueamento considerou ser «uma vitória das autarquias, dos sindicatos, das associações locais e das populações», sublinhando que o PCP foi a única força política que sempre defendeu consequentemente a realização do

prémio «Fernando Pessoa» e uma condecoração entregue pelo Presidente da República. Dito isto, pouco mais resta acrescentar - a não ser talvez que vale a pena ver para crer. Esta pequena vila é de facto um exemplo de dedicação e gosto pela história que nos pertence.

Não se trata apenas de um museu, mas de vários, e o trabalho prossegue, as escavações não param, envolvendo dezenas de pessoas, a maioria das quais jovens que realizam um trabalho espantoso sem paralelo em Portugal.



Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP, em Beja

TRABALHADORES

Barracas

As medidas anunciadas por Cavaco Silva para combater as barracas constituem a confissão do fracasso da política do Governo para esta área

Sob o título «Cavaco reconheceu fracasso da sua política habitacional», a CGTP distribuiu a semana passada o seguinte comunicado:

«As medidas anunciadas por Cavaco Silva para combater as barracas nas zonas de Lisboa e Porto constituem, bem vistas as coisas, a confissão do fracasso da política do Governo para esta área.

«Com efeito, os problemas da habitação são, de há muito, dos maiores problemas de índole social com que Portugal se debate.

«A questão da habitação em Portugal atingiu proporções tão alarmantes que levou a que vários intervenientes na sociedade e técnicos se unissem ao longo de meses e fizessem o «Livro Branco sobre a Política da Habitação» e se tivesse realizado o Encontro Nacional de Habitação, em 11 e 12 de Fevereiro último, de cuja comissão organizadora a CGTP-IN fazia parte, e no qual é

denunciada a grave situação da habitação em Portugal e se faz um conjunto de propostas ao Governo para debelar a situação.

«O Governo primou pela ausência em todo este processo.

«Segundo o referido «Livro Branco sobre a Política da Habitação», o défice habitacional é de cerca de 500 mil fogos, respeitante a famílias que não dispõem de uma habitação adequada, ou seja, os que vivem em barracas e outros alojamentos precários, e de mais de 270 mil fogos que necessitam de obras urgentes e de vulto para poderem ter condições de habitabilidade.

«De há muito que a CGTP-IN vem alertando e apresentando propostas para a resolução destes problemas.

«O Governo afirma ter como objectivos eliminar as barracas em Lisboa e no Porto.

«Antes de mais esquece-se de dizer em quanto

tempo: 1, 5, 10, 20, 30, 40 anos»

«Por outro lado, volta a transferir para as autarquias responsabilidades que competem ao Governo central.

«O problema está em saber se o Governo também transfere os meios necessários e não apenas os problemas, como tem sido hábito.

«Mas os problemas de habitação não se confinam apenas à eliminação das barracas de Lisboa e Porto, embora este seja um problema urgente para resolver.

«Hoje, os preços das rendas de casa e de construção tornam incomportável para a maioria dos trabalhadores e das camadas mais jovens o acesso à habitação.

«Urge encontrar medidas que permitam encontrar casas para alugar, que facilitem a actividade das cooperativas — matéria sobre a qual nem uma palavra o Governo disse — bem como implementar uma política de solos e de habitação».



Por uma grande manifestação sábado, em Lisboa

Com concentração às 15 horas na Praça dos Restauradores, está marcada para o próximo sábado, em Lisboa, uma manifestação que se pretende seja uma vigorosa acção de protesto e luta contra a política do Governo PSD/Cavaco Silva, por melhores salários, contra o desemprego e por uma nova política.

Convocada pela CGTP-IN, pelas Uniões dos Sindicatos dos Distritos de Lisboa e Setúbal e pela CIL (Cintura Industrial de Lisboa), a manifestação abrange os concelhos

da Grande Lisboa e inclui Setúbal. Da tribuna do 7.º Congresso da CGTP-IN foi proferido um apelo ao empenho da organização e dos sindicalistas na mobilização dos trabalhadores e da população nesta acção de luta.

Para 2 de Abril, a realizar em todos os países da Europa, está marcada uma Jornada Europeia de Acção.

Também no Congresso da CGTP se apelou ao empenhamento activo para garantir o êxito dessa Jornada em Portugal.



Paralisa o Tribunal de Contas

Hoje, no período da tarde, os trabalhadores do Tribunal de Contas largam o trabalho para, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, «se manifestarem frente à Assembleia da República pelas 15 horas, após o que se deslocarão para as galerias».

A greve e a manifestação devem-se ao facto de há cerca de quatro anos os trabalhadores da Direcção-Geral do Tribunal de Contas aguardarem sem resultado que o Governo regulamente a respectiva lei orgânica.

De acordo com o STFPISA, «a omissão governamental tem lesado profundamente estes trabalhadores, e impede o próprio Tribunal de exercer cabalmente as res-

pectivas atribuições» Pergunta o Sindicato: «Será que o Governo tem algum receio de que o Tribunal de Contas fiscalize eficazmente a forma como é gasto o dinheiro dos contribuintes?»

Os trabalhadores deslocar-se-ão para as galerias, porque serão discutidos hoje na Assembleia da República «diversos projectos de lei sobre essa matéria».

Com estas formas de luta — já houve uma greve no ano passado pelo mesmo motivo —, os trabalhadores pretendem mostrar o seu descontentamento pela posição do Governo e, segundo o STFPISA, «sensibilizar quer a opinião pública quer os deputados para esta situação».

Professores manifestam-se

O descontentamento de todos os intervenientes no processo educativo, assinala o Secretariado Nacional da FENPROF, foi um dos motivos da marcação de um desfile em Lisboa para 26 do corrente. A «marcha pela educação», que o Conselho Nacional daquela organização de professores decidiu na sua reunião de 18 e 19 do mês passado, resulta da «evidente crise do sector», da «ne-

cessidade de uma escola de qualidade» e da «constatação de que a educação é um bem social que deve envolver e empenhar toda a sociedade».

Quinta-feira passada, meio milhar de professores manifestavam-se na Póvoa de Varzim onde se encontravam a participar no 3.º Congresso do Sindicato dos Professores do Norte, filiado na FENPROF, que decorreu sob o

lema «Por uma nova escola — uma nova política educativa».

Fonte do Sindicato disse à Lusa que a manifestação teve em vista «chamar a atenção da população portuguesa para os problemas sociais do ensino e da educação, em particular o cumprimento da escolaridade obrigatória e o abandono precoce da escola e o novo sistema de avaliação dos alunos».

«Limpeza» na Sanjo

Uma greve de duas horas com uma adesão de 96 por cento assinalou quinta-feira o protesto dos trabalhadores da Sanjo contra os salários em atraso. O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte caracteriza o que se passa na empresa «como uma das mais maquiavélicas operações de limpeza de postos de trabalho». O STIQN recorda que «este processo está

inserido numa estratégia implementada pela empresa imobiliária Engil e pela Oliva, que, depois de subtraírem todo o património imobiliário, apostam agora no encerramento da empresa, deixando os trabalhadores no desemprego sem qualquer indemnização».

O Ministério do Emprego e Segurança Social é solicitado pela direcção do STIQN a intervir no caso,

«uma vez que tudo indica estarmos em presença de um processo de falência fraudulenta».

Os trabalhadores tencionam voltar à greve amanhã, concentrando-se novamente junto às instalações da delegação do Ministério do Emprego, para exigirem a sua intervenção.

Segundo o Sindicato, recorrer-se-á também ao Ministério Público.

TRABALHADORES

A CP não aceita os 5 por cento e vai para a greve

Uma paralisação de 24 horas foi anunciada quinta-feira passada para 22 do corrente, entre as zero e as 24 horas na CP. A Federação dos Sindicatos dos

Trabalhadores Ferroviários, «como uma das organizações promotoras da greve», afirma que a mesma se deve ao facto de o conselho de gerência ter

encerrado uniliteralmente as negociações do acordo de empresa (AE) com uma actualização de 5 por cento na tabela salarial. A FSTFP considera esse facto uma

«violação flagrante e potente do direito à negociação efectiva das condições de trabalho» e responsabiliza inteiramente o conselho de gerência e o Governo por «todos os prejuízos e transtornos resultantes deste conflito».

A Federação FSTFP insurge-se contra a «tentativa de imposição de tectos salariais administrativos» e acusa o CG e o Governo de recusarem o diálogo com as organizações sindicais, «como foi o caso do pedido de audiência ao secretário de Estado dos Transportes» que, efectuado em meados de Fevereiro, não obteve resposta.

Em causa está também o regulamento de carreiras. O «processo negocial foi de igual modo encerrado, logo após ter obtido a assinatura de organizações representativas de uma minoria dos ferroviários, deixando de fora as que representam a esmagadora maioria dos efectivos da empresa», acrescenta a FSTFP.

Como uma das organizações promotoras da greve de 22 do corrente, aquela Federação exige expressamente «a continuação das negociações do AE (acordo de empresa); a reabertura do processo negocial do RC (regulamento de carreiras); a redução do horário de trabalho para o máximo de 40 horas semanais/8 horas diárias; a redução da idade legal de reforma; o fim da redução de efectivos e da colocação de trabalhadores na situação de «excedentários»; e a melhoria das condições de trabalho».



Sugerida sindicância às contas da CP

A comissão executiva da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses (FSTFP), ao comentar a declaração de greve, afirmava em 11 do corrente:

«Há oito anos, quando o Estado assumiu todas as dívidas da CP, foi propagandado que os prejuízos resultavam do excesso de efectivos e da existência de linhas de exploração ruinosas.

«Volvidos estes anos e após haver uma redução dos salários reais dos ferroviários, após se reduzirem milhares de postos de trabalho, após se encerrarem linhas e estações, após se criarem empresas dentro da CP, etc., o que se verificou foi o agravamento da situação.

«Os prejuízos que em 1985 eram de 5 milhões de contos cresceram para 35 milhões em 1992, sendo neste momento de 170 milhões de contos a dívida acumulada. As populações ficaram sem o comboio e os ferroviários sem trabalho.

«E nem se pode dizer que os preços não tenham aumentado, pois o que se verifica é precisamente o contrário. Em dez anos os preços dos passes sociais subiram a um ritmo superior ao da inflação, tornando-se por isso mesmo um forte factor da mesma.

«Basta ver o que acontece este ano: o Governo e o CG aumentam os preços dos transportes em cerca de 10,3 por cento e querem impor aos ferroviários um aumento salarial de 5 por cento.

«Não são os salários dos ferroviários que estão na origem dos grandes prejuízos da CP, mas sim a gestão ruinososa que tem sido imposta à empresa nos últimos anos. A falta de transparência desta gestão bem justificava, aliás, uma sindicância às contas desta empresa pública, mas uma sindicância idónea e não como os inqueritos mandados efectuar pelo Governo, sem que tenham sido publicadas as respectivas conclusões».

Salários em atraso nos Estaleiros S. Jacinto

Numa nota de 9 do corrente, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Distrito de Aveiro revelou que a administração dos Estaleiros São Jacinto ainda não tinha pago naquela data os salários de Fevereiro.

O STIMMDA acrescenta que, «como se isso não bastasse, a administração da ESJ, em nota interna difundida aos trabalhadores, não garante o dia do pagamento do referido salário».

Depois de comentar o que de «muito grave» a situação representa, o Sindicato adianta que «este é um dos resultados da «política de sucesso» do Governo de Cavaco Silva, que não tem em conta os reais interesses dos trabalhadores e as suas legítimas aspirações».

A direcção do STIMMDA «exorta os trabalhadores a manterem-se atentos e unidos por forma a poderem dar a resposta adequada no momento certo».

Greves no SEE

Além da greve na semana passada na Marconi, outras formas de luta, também com paralisações, foram anunciadas quinta-feira, 11, durante uma reunião de representantes das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE). A indústria naval tem uma greve anunciada para hoje, a Siderurgia para amanhã, a CP e a TAP para 22 do corrente, a UIC e Rodoviária do Tejo (ambas ex-RN), em greve todas as quartas-feiras das 17 às 18 horas e a Solipor, com decisão de luta já tomada naquela ocasião. A Portucel reúne hoje, 18, as organizações representati-

vas dos trabalhadores. A reunião, em que participaram a CGTP-IN, a Cintura Industrial de Lisboa (CIL) e a Comissão Coordenada das CTs da Banca, analisou «a situação da ofensiva privatizadora e os seus reflexos na economia nacional e nos direitos e interesses dos trabalhadores e da população em geral».

Entre outras conclusões, «responsabilizou-se o Governo pelas lutas já anunciadas nas várias empresas do SEE, face à tentativa de retirar direitos, pôr em causa os postos de trabalho e reduzir os salários reais».

Momentos difíceis

A pesca vive momentos difíceis. A Federação dos Sindicatos do Sector, que marcou para 16 do corrente uma conferência de imprensa, afirma que a crise se caracteriza por «uma acentuada diminuição das capturas», pelo abandono da actividade por parte de «numerosos pescadores e armadores, que não são substituídos por novos profissionais, por uma quebra abrupta nos rendimentos» de quem ainda trabalha na pesca e por «uma acentuada dificuldade no escoamento de pescado a preços razoáveis». Assim, multiplicam-se as manifestações de descontentamento, um pouco por todo o País, acentua a Federação. Essas manifestações e lutas tendem a agravar-se no ano corrente (foto de arquivo).



STAL volta à rua

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local decidiu a semana passada retomar as acções de protesto junto à sede do Conselho de Ministros em Lisboa. Numa nota de 10 do corrente, o STAL acusa o Governo de usar «estratagemas» para adiar a resolução das «justas reivindicações» defendidas pelo Sindicato e pelos trabalhadores.

Passados dez dias sobre «uma reunião pouco conclusiva» que «nada fez avançar de concreto», o STAL voltou a convocar, quinta-feira passada, «as acções de protesto». Nesse dia estava prevista a presença de dirigentes e delegados sindicais das regiões de Coimbra, Aveiro, Leiria e Porto.

TRABALHADORES

O 7.º Congresso da CGTP em discurso directo

Foi do que menos se falou na generalidade da comunicação social. Foram as palavras que certamente menos se ouviram fora da FIL. Mas, afinal, foi de centena e meia de intervenções que o 7º Congresso da CGTP-IN foi feito. Sabendo que um acontecimento deste porte é sempre mais rico do que aquilo que se possa escrever sobre ele (a não ser, talvez, quando se dá largas à imaginação e, em vez de um relato, se opta pela ficção sem limites), deixamos aqui algumas palavras de congressistas, quer ouvidas pelos repórteres do «Avante!», quer retiradas das intervenções escritas que foram distribuídas a toda a comunicação social que cobriu o congresso.

A maior organização social do País

«A CGTP-IN é a maior organização social do País, profundamente implantada nos locais de trabalho, nos sectores e nas regiões. Representando praticamente todos os sindicatos operários e a maioria dos sindicatos de serviços, a CGTP-IN organiza as suas fileiras cerca de um milhão de trabalhadores e mobiliza, em torno das suas propostas e objectivos, a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses e amplas camadas da população.»

Toda esta implantação e influência da CGTP-IN só são possíveis pela justeza dos seus princípios, propostas e orientações, e porque a sua actividade assenta numa organização sólida, articulada nos diferentes níveis da estrutura e assegurada por quadros dedicados, combativos e profundamente empenhados na luta. (...)

A prática dos últimos anos demonstra que a unidade se constrói, fundamentalmente, a partir dos locais de trabalho, na base dos interesses de classe dos trabalhadores, com a participação destes nas decisões e no respeito pela autonomia e independência do movimento sindical.»

(João Paulo, na intervenção sobre organização sindical feita em nome do Conselho Nacional)

Campanha natural

«A CGTP-IN é, por mérito próprio, a maior organização social do País e é aquela, a única, que de forma determinada e consequente se opõe à ofensiva patronal e governamental e tem um projecto transformador da sociedade. Por isso, é natural que esteja debaixo do fogo dos seus inimigos e adversários, e em torno do nosso Congresso se tenha desenvolvido, e continue a desenvolver, uma portentosa campanha de intoxicação, difamação, pressão e até de chantagem.»

Esta campanha faz sentido, tem lógica, porque, se assim não fosse, tal significaria que a CGTP tinha abandonado o seu projecto, tinha abandonado os seus princípios de classe, em suma, tinha capitulado, e não capitulou.»

(Luís Pereira Garra, na intervenção após a apresentação da lista para o novo Conselho Nacional)

Profundamente representativa

«É uma lista profundamente representativa da realidade da CGTP em todas as suas vertentes, porque consegue aprofundar a presença permanente na direcção da central, através de dirigentes eleitos para o CN, de inúmeras organizações.»

Do ponto de vista qualitativo, não temos dúvidas de a considerar evolutiva, há um conjunto de quadros que entram neste CN que são quadros com excepcionais provas dadas como sindicalistas e que podem dar um grande contributo à direcção da CGTP.»

É uma lista que garante todo o carácter unitário que tem marcado a vida da nossa central e, em alguns aspectos, aprofunda-o.»

É uma lista que garante à CGTP e a toda a sua estrutura a certeza da continuação deste projecto e a certeza de uma direcção activa e interveniente, capaz de responder aos inúmeros anseios dos trabalhadores neste momento.»

(Manuel Carvalho da Silva, na conferência de imprensa para apresentação da lista para o novo Conselho Nacional da CGTP)

Direcção reforçada

«A direcção da central sai reforçada com a composição que tem nestes 127 dirigentes. Sai reforçada e aprofundada a sua característica unitária, nomeadamente. São dirigentes dedicados à causa dos trabalhadores, muitos daqueles que todos os dias andam a resolver problemas, a fazer face aos despedimentos, a lutar pelos cadernos reivindicativos, directamente ligados aos trabalhadores no dia-a-dia.»

Entram 26 novos coordenadores ou presidentes de sindicatos, para além dos que já faziam parte do Conselho Nacional. Entram 4 novos coordenadores de uniões distritais e, pela primeira vez, também de Bragança e da Horta, as únicas que antes

não tinham elementos na direcção da central.

E acontece uma coisa que penso que é extremamente importante do ponto de vista do reforço da CGTP na área dos serviços, correspondendo a uma realidade que evoluiu bastante nos últimos 4 anos: a administração pública, em sentido lato (função pública, médicos, professores, enfermeiros, administração local...), onde os sindicatos têm crescido e têm desenvolvido uma grande capacidade de movimentação, incluindo movimentações de massas, em torno das suas reivindicações, aumenta o número de dirigentes no Conselho Nacional: mais 6 da função pública, os enfermeiros tinham a Maria Augusta e passam para 4 (tornaram-se no maior sindicato profissional português), o STAL (que está numa situação de pré-filiação na central) passa de 1 para 3 (e outro ainda eleito pela Interjovem), os professores que tinham o Salvado Sampaio passam para 4 dirigentes.

Destes 127 dirigentes, 42 são operários, 58 empregados, 16 quadros técnicos e 11 intelectuais e artistas. Pode haver ainda alguma imprecisão nestes números, mas eles mostram a realidade que é a CGTP e a sua afirmação no movimento sindical.»

(Américo Nunes, na conferência de imprensa para apresentação da lista para o novo Conselho Nacional da CGTP)

Não é um problema de números

«Estarmos a resumir estas questões a um mero problema numérico é estar de facto a esquecer aquilo que é importante na central, e que já foi aqui dito, face à grave crise económica e social que se avizinha e é preciso um movimento sindical forte para bem de toda a população portuguesa. O compromisso face a propostas quanto ao funcionamento futuro da CGTP foi assumido. Como em qualquer acordo, nem todos se vêem nele totalmente, mas o importante é que todos se revejam na maior parte dos pontos desse acordo, que para nós é plenamente satisfatório. Neste momento, a relação numérica não é o mais importante na vida da CGTP. (...)



Todos conhecem as minhas posições e as minhas interpretações, que foram expressas oportunamente e em lugar próprio. Todos nós devemos respeitar a legalidade e, quando não estamos de acordo com a legalidade, devemos usar os meios ao nosso alcance (institucionais, reivindicativos...). Dentro da CGTP tenho que respeitar a legalidade, os Estatutos. Os Estatutos da CGTP dizem, e eu queria que ficasse bem claro, que é reconhecido o direito de tendência, mas dizem também que a organização das tendências é exterior ao movimento sindical.»

(Fernando Loureiro, na conferência de imprensa para apresentação da lista para o novo Conselho Nacional da CGTP)

Ninguém saiu por razões exteriores à CGTP

«Não temos nenhum afastamento por razões exteriores ao comportamento sindical. É uma coisa curiosa, porque há organizações que se afirmam muito democráticas e que os registam. O que aconteceu é que há um mandato que termina e há um congresso que é o órgão soberano que tem que definir a futura direcção. No final desse mandato, há todo o direito do órgão máximo se pronunciar sobre os seus dirigentes. O Conselho Nacional cessante, ao formular a composição de uma lista, tem que procurar ter em conta a sensibilidade da estrutura, aquilo que vai ser o congresso, para ter uma solução equilibrada. É significativo que tenhamos casos diversos na CGTP de pessoas que mudaram de filiação partidária e que mantiveram integralmente as suas funções. Podia citar o caso do Kalidás Barreto, podia citar outros se fosse necessário, mesmo o caso do José Luís Judas. Houve da parte dele uma conhecida desvinculação do PCP, não foi retirada nenhuma responsabilidade dentro da CGTP.»



Estou a ver sorrisos, mas gostava de confrontar: há imensas organizações que optam por fazer substituições no decorrer de mandatos por razões internas ou exteriores, o que não é o nosso caso, nunca. Agora não digam que um congresso não é soberano e não pode assumir... Podem é considerar, e os senhores jornalistas têm direito de considerar, que o congresso tomou uma má opção.

É o congresso que decide a composição. Se o congresso decidir não votar na lista, esta lista não é eleita. É o Conselho Nacional que a apresenta, e mal seria um proponente que não fizesse uma lista a pensar nos equilíbrios que no Congresso necessita para ser eleita.

Até há organizações - que nos mandaram saudações que nós com muita solidariedade vamos digerir - que têm atitudes desse tipo. Uma ainda recentemente substituiu o secretário-geral e outros dirigentes. E é conhecido que há poucas semanas o secretário das relações internacionais da DGB alemã demitiu-se das suas funções por discordância de orientação da direcção, e não é um terramoto.

A CGTP jamais faz a substituição de um dirigente ou nomeação por quaisquer razões exteriores à apreciação interna da vida sindical.»

(Manuel Carvalho da Silva, na conferência de imprensa para apresentação da lista para o novo Conselho Nacional da CGTP)

Também os jornalistas

«Muitos dos problemas com que os jornalistas se confrontam têm paralelo em variadíssimos outros sectores da sociedade portuguesa e são consequência da aplicação de uma política obstinadamente voltada contra os interesses de quem trabalha. (...)

O patronato da comunicação social continua a encher os olhos com as vantagens das privatizações, as delícias das novas tecnologias, as virtudes da livre concorrência e a superioridade do liberalismo, e a encher a barriga com o proteccionismo do Estado, os subsídios da Comunidade Europeia, as benesses do Governo e a exploração de quem faz os jornais, as rádios e as televisões. (...)

De então [extinção do Conselho de Imprensa e criação da Alta Autoridade para a Comunicação Social] para cá foi o que se sabe: jornalistas condenados em tribunal, com base em sentenças que não se conformam com a lei; outros intimados a revelar as suas fontes, por gente que, se pudesse, poria, não uma vírgula, mas um ponto final na Lei de Imprensa; projectos de Código Penal e de legislação sobre o segredo de Estado que, a fazerem vencimento, colocariam a Administração sob o império do segredo... Não é de hoje: sentar a comunicação social no banco dos réus foi sempre a via escolhida por quem precisa de encontrar bodes expiatórios para os seus fracassos políticos, económicos, sociais e, até, pessoais.

(...) A unidade dos trabalhadores e do movimento sindical não pode ser um mero slogan, antes implica uma prática quotidiana de submissão de quaisquer outros interesses aos anseios das classes que representamos. A recusa do sectarismo, dos dogmas, do burocratismo e da intolerância é, na nossa perspectiva, um traço essencial, aferidor dessa prática; tão essencial como a capacidade de diálogo com quem tem opiniões diferentes das nossas, a promoção do debate de ideias, a descentralização e o aproveitamento dos melhores quadros, independentemente das convicções extra-sindicais de cada um.»

(João Mesquita, na saudação em nome do Sindicato dos Jornalistas)

Intervir pelo ambiente

«Quatro anos passados desde a criação do Grupo Sindical para o Ambiente, durante o 6º Congresso, podemos dizer que a decisão foi correcta, que valeu a pena e que o balanço é positivo. (...)

Vão ser necessárias novas e variadas formas de intervenção, exigindo uma criatividade cada vez maior.

Intervir através do Grupo Sindical para o Ambiente, que importa reforçar, mas também a nível regional e local, com o aumento da capacidade de intervenção das uniões sindicais.

Dinamizar acções visando uma crescente consciencialização da interdependência ambiente e desenvolvimento, a partir dos problemas existentes; participar a todos os níveis - local, regional, nacional e internacional - para imprimir dinâmicas de aplicação de políticas ambientais já consagradas em instrumentos legislativos para que deixem de ser meras declarações de princípio; participar para reforçar estratégias nacionais e internacionais na preservação e defesa do ambiente em geral, designadamente as preconizadas pelas instâncias da ONU e da Comunidade Europeia, entre outras.»

(Emídio Martins, na intervenção «Pelo ambiente e pela vida»)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP ao Governo comprova Ensino mercantilista e classista lança o caos no sistema educativo

Não se saiu bem o ministro Couto dos Santos da interpelação sobre política educativa realizada faz hoje uma semana por iniciativa do PCP. Não surpreende e poderá mesmo dizer-se que dificilmente seria de esperar outra coisa, por melhor que fosse a sua prestação - o que não foi o caso -, tal a dimensão e gravidade dos problemas com que se debate o sector, actualmente a "atravessar uma tempestade" em consequência do "rotundo falhanço" da política seguida pelo PSD, como oportunamente observou o deputado comunista António Filipe.

A este coube, aliás, a intervenção de abertura, uma extensa e exaustiva análise que acabaria por marcar decisivamente todo o debate. Os argumentos eram de peso e a evidência dos factos acabou por se impor, pondo a nu, por um lado, a falência total de treze anos de gestão PSD à frente dos destinos da pasta da educação, e fazendo emergir, por outro, a

importância de uma política alternativa que - foi Octávio Teixeira a lembrá-lo - "assuma a educação, a ciência e a cultura como sectores estratégicos para o desenvolvimento integrado do País e da sociedade portuguesa".

O mesmo é dizer uma política radicalmente distinta daquela que tem pautado nas suas grandes linhas de orientação o ministro da Educação, uma actuação que a bancada comunista não hesitou em classificar como "mediocre", plena de malfetorias cujo elevado preço virá a ser pago pelas gerações futuras.

E de nada valeu ao ministro, num discurso que Ana Bettencourt (PS) apelidou de "patético", referir que a sua aposta é hoje a da "qualidade", aproveitando para anunciar como prioridade das prioridades no futuro próximo o ensino politécnico e garantir empenho idêntico para o ensino pré-escolar.

E de pouco valeu pela razão simples de que discursos similares, pronunciados com igual pompa, assinalando

outras tantas prioridades, tiveram os resultados que estão hoje à vista de todos: alienação de responsabilidades do Estado em relação ao ensino público e sua desvalorização, limitações no acesso ao ensino e ao sucesso escolar por parte das camadas mais desfavorecidas, irresponsabilidade e autoritarismo no desencadear de uma pseudo-reforma educativa, manutenção da distância entre Portugal e os seus parceiros europeus no que se refere aos principais indicadores educativos.

Traços que no seu conjunto são, afinal, aquilo que de distintivo caracteriza a política educativa do Governo PSD e que, como assinalaram no debate os deputados comunistas (Octávio Teixeira, António Filipe e José Calçada), "comprometem gravemente as possibilidades de desenvolvimento nacional e penalizam severamente os jovens portugueses".

Todas as expectativas e objectivos enunciados à partida pela bancada comunista foram assim, estamos em crer, cumpridos. Com efeito, como demonstrou a interpelação, se por um lado são "includíveis as responsabilidades" do Executivo por uma política que é alvo de massiva contestação, não é menos verdade, por outro, que estas orientações constituem em si mesmo um paradigma das concepções reinantes, onde avulta, como acentuou Octávio Teixeira, a "ofensiva governamental contra os princípios da democratização e da autonomia das instituições, o economicismo, o neoliberalismo, o negociamento e o individualismo desenfreado que predominam na orientação política do Governo e do PSD".

Acresce a tudo isto a notória "incapacidade política do Governo - as palavras são ainda do líder da bancada comunista -, a sua crescente desorientação e o não menos perigoso avolumar das manifestações concretas do seu autoritarismo congénito".

A este respeito, indo ao fundo da questão, José Calçada, em nome da formação comunista, sublinhou a dado passo que na verdade "o que está em causa não é um ministro, não é sequer um Ministério - é sim uma política governamental para um sector determinado, a Educação, e o seu principal responsável, o senhor Primeiro-Ministro. Trata-se, em rigor, de uma questão cultural, ou seja: trata-se da falta de cultura democrática deste Governo, com tudo o que isso implica.

Confirmados no decorrer do debate, nenhum destes aspectos, porém, constituiu novidade. O trabalho preparatório da interpelação, nos múltiplos contactos estabelecidos pelo PCP junto dos intervenientes no processo educativo (estudantes, professores e pais), revelou com precisão a opinião destes a respeito da política educativa.

"Deparamos com o descontentamento generalizado - recordou Octávio Teixeira - com protestos pela degradação de estruturas e do sistema, constatações à política do Governo, manifestações de indignação e repúdio pela ausência de diálogo e prepotência do Ministério da Educação, preocupação profunda com os rumos actuais do sistema educativo e das suas pesadas consequências para o futuro do País".

Ora foram exactamente as causas que determinam este descontentamento que os deputados apontaram, com numerosos exemplos, traçando um diagnóstico onde avulta no seu conjunto a "indisfarçável degradação do sistema de ensino".

Causas que radicam numa "política de desresponsabilização" do Governo que entronca "na sua estratégia de mercantilização do saber e de transformação do ensino num mercado regido pelas regras e lógica do lucro".

Foi contra esta política que os deputados comunistas voltaram a opor-se, reafirmando no debate que a sua posição, por contraponto ao neoliberalismo e ao negociamento do Governo, vai no sentido do respeito pelos "princípios constitucionais de garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, da inalienável incumbência do Estado de garantir a todos os cidadãos o acesso aos mais elevados graus de ensino e da gratuidade progressiva do ensino a todos os níveis".



O amplo trabalho preparatório que precedeu a interpelação foi dado a conhecer em conferência de imprensa

Postura construtiva com propostas e soluções

A interpelação ao Governo sobre política educativa não é um acontecimento isolado na acção do Grupo Parlamentar do PCP sobre as questões da Educação e do Ensino. Surge na sequência de um conjunto de iniciativas legislativas e parlamentares que demonstram que o PCP, para além de criticar fundamentadamente a política educativa do PSD, apresenta propostas concretas para uma política realmente alternativa.

Na Legislatura em curso, o Grupo Parlamentar Comunista apresentou já as seguintes iniciativas:

- Projecto de Lei que extingue a PGA e cria um novo regime de acesso ao ensino superior.

- Projecto de Lei sobre gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

- Projecto de Lei que alarga o âmbito de aplicação e assegura o cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante.

- Projecto de Lei sobre avaliação e acompanhamento do ensino superior.

- Projecto de Lei Quadro da acção social escolar no ensino superior.

- Projecto de Deliberação sobre o acompanhamento, análise e avaliação pela Assembleia da República das condições em que se está a efectuar a generalização da reforma curricular e a aplicação do novo regime de avaliação dos alunos do ensino básico.

- Projecto de Lei que revoga a lei das propinas.

No próprio dia em que realizou a interpelação ao Governo, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta dois novos Projectos de Lei:

- Projecto de Lei que aprova medidas para o desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar.

- Projecto de Lei que garante aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos.

Amanhã, em debate Direitos dos cidadãos perante a Administração

O debate de dois projectos de lei da iniciativa do PCP e do PS sobre a instituição de uma carta de garantias dos direitos dos cidadãos perante a Administração Pública ocorrerá na sua totalidade a agenda da sessão plenária de amanhã. Trata-se, no essencial, de estabelecer mecanismos que impulsionem a criação e aplicação de novas garantias de direitos cujo exercício seja relevante para a defesa dos cidadãos e para o bom funcionamento da Administração, contribuindo simultaneamente para a pública divulgação e afirmação prática dos direitos fundamentais dos cidadãos no seu relacionamento com a Administração central, regional e local.

Estes são, de resto, objectivos claramente expressos pela bancada comunista no preâmbulo do seu projecto, todo ele orientado no sentido de garantir um núcleo de direitos fundamentais, como sejam os direitos de atendimento, de informação, de participação dos cidadãos na gestão efectiva da Administração Pública, o direito de fiscalização cívica e popular, o direito à justa decisão, o direito de oposição, o direito à indemnização, o direito de participação criminal, o direito à reserva e ao sigilo.

Para hoje estão entretanto agendados projectos de lei do PS, PCP e PSD sobre a reforma do Tribunal de Contas. No caso da

formação comunista, a tomada de decisão que levou à elaboração do seu diploma decorre da consideração de que existe um "gritante défice de meios à disposição do Tribunal de Contas", situação que no seu entender está a criar "sérias dificuldades à sua acção e à fiscalização da actividade financeira do Estado".

A experiência da aplicação de Lei em vigor, por outro lado, tem mostrado a necessidade do seu aperfeiçoamento, designadamente no que se refere ao alargamento às empresas públicas e sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos das entidades sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas.

Do ponto de vista da bancada comunista, a experiência da execução da Lei aconselha ainda a um reforço da autonomia deste órgão de soberania, bem como à criação de condições orgânicas e humanas que permitam ao Tribunal exercer com eficácia e em plenitude a sua necessária acção fiscalizadora.

"A uniformização dos critérios a utilizar na instrução dos processos com vista à emissão do visto prévio ou da declaração de conformidade", como se pode ler na exposição de motivos do seu projecto de lei, é outra razão que justifica, no entender do Grupo Parlamentar do PCP, o reforço das competências e autonomia do Tribunal de Contas.

Alternativa

Contrapomos ao neoliberalismo e ao negociamento do Governo a firme exigência do respeito pelos princípios constitucionais da garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar, da inalienável incumbência do Estado de garantir a todos os cidadãos o acesso aos mais elevados graus de ensino e da gratuidade progressiva do ensino a todos os níveis. Assumimos a democratização do ensino público como questão nodal da política educativa nacional.

(Octávio Teixeira)

Crise

A situação da Educação é de crise generalizada. Todos o reconhecem. A demagogia dos membros do Governo, cada vez mais isolados e desacreditados, já não é capaz de esconder perante os olhos dos portugueses a situação caótica que, a todos os níveis, caracteriza o sistema educativo nacional.

(António Filipe)

A fraude

O novo modelo de avaliação que está a ser implementado no Ensino Básico é, ele também, um exemplo de despudor. Trata-se de um normativo legal de tal modo desadaptado das realidades educativas e sociais do país que das duas uma: ou é fruto de uma absoluta ignorância, ou é a expressão de uma demagogia sem freio... O novo modelo de avaliação para o Ensino Básico é uma fraude pedagógica, o que já seria grave, e uma fraude social e política, o que é bem pior.

(José Calçada)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fraudês e irregularidades PSD recusa apuramento da verdade?

Fundo Social Europeu

A maioria parlamentar do PSD manifestou o seu propósito de imobilizar a realização pela Assembleia da República de um inquérito parlamentar destinado a averiguar a responsabilidade governamental na manutenção e promoção a elevados cargos da Administração Pública de elementos indiciariamente pertencentes a associação criminosa envolvida no desvio de verbas do Fundo Social Europeu e as garantias de defesa da credibilidade do Estado Português.

A proposta de realização deste Inquérito foi suscitada na sequência da exoneração do Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, após a sua pronúncia definitiva como arguido num processo por participação em associação criminosa tendo em vista a apropriação fraudulenta de verbas do Fundo Social Europeu. Registe-se ainda que, de entre, os dez arguidos neste processo, oito estão directamente ligados ao Ministério do Emprego.

Ao intervir em nome do Grupo Parlamentar do PCP, o deputado António Filipe salientou a «má consciência» que o PSD revela ao votar contra a realização do Inquérito Parlamentar, agindo aliás em conformidade com a atitude que o PSD havido tomado em 1989, obstaculizando a conclusão do Inquérito ao escândalo do Fundo Social Europeu.

Escândalo que parece não ter fim. De facto, quando da realização do Inquérito Parlamentar ao FSE em 1989 (imposto pelos Partidos da Oposição), o PSD opôs-se à recolha de depoimentos e deu cobertura à sonegação pelo Governo de documentos fundamentais para o apuramento de responsabilidades. Posteriormente, veio a nomear um relator do PSD, que se encarregou de fabricar conclusões ilibatórias das responsabilidades do Governo.

Tal não impediu evidentemente que novos contornos do escândalo viessem a ser tornados públicos, nem conseguiu ocultar as responsabilidades

óbvias do Governo na criação de condições para a ocorrência de desvios de fundos comunitários em montantes avultados.

No momento em que novos escândalos vão sendo conhecidos, envolvendo figuras gradas do PSD e da Administração Pública no desvio de fundos comunitários destinados a acções de formação profissional, a maioria volta a opor-se ao apuramento de responsabilidades políticas.

Estrangeiros maltratados

Idêntica posição de recusa tomou o PSD relativamente ao pedido de inquérito parlamentar proposto pelo PCP sobre as «circunstâncias e responsabilidades dos casos e do tratamento dado na fronteira a cidadãos estrangeiros, particularmente do Brasil e dos países africanos de língua oficial portuguesa».

A situação dos brasileiros retidos quatro dias no aeroporto da Portela e depois repatriados foi recordada pelo deputa-

do comunista Miguel Urbano Rodrigues que a propósito do caso denunciou os «factos chocantes e as situações quase inimagináveis numa sociedade civilizada, algumas atentatórias dos direitos humanos».

Considerando claramente insatisfatórias as explicações prestadas pelo Governo sobre o caso, Miguel Urbano Rodrigues citou vários exemplos que do seu ponto de vista revelam como «foram feridos princípios e valores permanentes que integram a tecitura das relações entre os povos e que se situam acima das relações entre governos».

Referidos pelo deputado comunista foram ainda «os comportamentos de alguns funcionários» nos aeroportos nacionais, atitudes que em sua opinião «deixam transparecer sentimentos racistas decorrentes de uma formação inadequada e de experiências pessoais traumatizantes».

Razões de sobra, concluiu, para que o inquérito seja uma «necessidade resultante da cadeia de indesculpáveis erros cometidos».

Fraudes na agricultura

Um pedido de inquérito parlamentar subscrito pelo PS para averiguar as «irregularidades na gestão de subsídios para a agricultura» esteve ainda em debate na última sexta-feira, preenchendo juntamente com os anteriores a ordem do dia da agenda parlamentar. Em causa está, designadamente, o «tráfico de influências e burla» com dinheiros comunitários para a agricultura, envolvendo o Executivo e a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP).

Para bancada comunista, conforme explicou Lino de Carvalho, a questão central nesta matéria tem a ver com o «sistema permissivo criado pelo Governo que permite e estimula todas as formas de irregularidades, ilegalidades e fraudes», esquema esse de subsídios criado sobretudo para amortecer os efeitos nefastos de uma política que está a conduzir a agricultura nacional à ruína.

Depois de considerar as fraudes vindas a público como sendo apenas a «ponta de um enorme iceberg», Lino de Carvalho defendeu a ideia de que existem razões que justificam o inquérito parlamentar, sustentando ainda a necessidade de «apurar as irregularidades em que a CAP, os seus dirigentes e algumas das suas estruturas estão atolados».

«O Governo tem de prestar contas ao País da aplicação deste elevado volume de recursos financeiros e das consequências do processo de integração da agricultura nacional na PAC nas condições em que foi feita e na forma como tem sido conduzida», concluiu Lino de Carvalho.

O PSD admitiu entretanto, em conferência de imprensa, 3.^a feira, já depois do fecho da nossa Redacção, a possibilidade de viabilizar os pedidos de inquérito às verbas do Fundo Social Europeu e à aplicação das verbas para modernização da agricultura, fazendo, no entanto, depender a sua posição final de um acordo com o PS quanto à reformulação dos textos.

Casa do Douro Contestação ao esvaziar de funções

O Grupo Parlamentar do PCP requereu há dias ao Presidente da Comissão de Agricultura e Mar a realização urgente de uma reunião para analisar o projecto de alteração dos estatutos da Casa do Douro, aprovado recentemente pelo secretário de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar.

Na origem deste pedido subscrito pelos deputados Lino de Carvalho e José Calçada está a consideração de que esta alteração proposta pelo Instituto do Vinho do Porto, a solicitação do Governo, tem em vista esvaziar esta importante instituição da vitivinicultura duriense das suas funções e competências.

Com efeito, o fim anunciado das funções de organização da Casa do Douro, designadamente do seu papel na distribuição do benefício, na disciplina do plantio, na elaboração do cadastro, no controlo da produção e na regularização do mercado, é interpretado como uma nova tentativa orientada no sentido de desmantelar uma estrutura que, sem prejuízo dos erros que têm pontuado a actuação dos seus órgãos dirigentes, é aquela que, no quadro actual, melhor defende os produtores e o vinho do Porto e melhor equilibra os diversos interesses em presença.



Concentração em Vagos

Agricultores em luta

A grave situação da agricultura e a falta de resposta do Governo às exigências que lhe são apresentadas trazem para a rua milhares de agricultores descontentes.

No passado domingo, uma acção convocada pela Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria, que terminou com uma concentração na Batalha e uma evocação da defesa da soberania nacional no campo de S. Jorge (onde se travou a Batalha de Aljubarrota), teve como ponto alto o corte da Estrada Nacional nº 1, durante quase uma hora, depois de uma concentração e um desfile em Leiria, com a participação de centenas de pessoas e cerca de 200 tractores e camionetas, apesar da chuva que caiu na região durante quase todo o dia. Falando aos manifestantes e à comunicação social, Joaquim Casimiro, dirigente da CNA, responsabilizou a CAP e o Governo pela crise da agricultura; António Ferraria, presidente da federação distrital, realçou a importância das lutas de agricultores que se multiplicam em todo o País.

Segunda-feira teve lugar em Coimbra uma concentração junto à Direcção Regional da Agricultura. Depois de queimarem a PAC (Política Agrícola Comum, simbolizada num boneco) e de entornarem vinho em protesto contra a falta de escoamento, os agricultores conseguiram que uma delegação fosse recebida pelo director regional da Agricultura e pelo governador civil, a quem foi entregue um caderno reivindicativo. Os manifestantes declararam-se dispostos a interromper a circulação em estradas nacionais se o Governo lhes não der uma resposta positiva no prazo de dez dias.

Na sexta-feira, iriam deslocar-se ao Governo Civil de Aveiro delegações de agricultores de várias localidades do distrito, para exporem os seus problemas e reclamações. Na véspera, algumas centenas de pessoas participaram numa acção de protesto em Vagos, convocada pela ALDA (Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro) e pela CNA, e onde foi aprovada uma «carta de protesto e reclamação» entregue pelos manifestantes na Câmara Municipal. Outra concentração tinha sido realizada poucos dias antes na Palhaça (Oliveira do Bairro).

Também na quinta-feira, concentraram-se em Silves algumas dezenas de produtores de laranja do concelho, para entregarem ao governador civil de Faro (que ali se deslocava no âmbito da sua «governadoria aberta») um caderno reivindicativo para a defesa dos citrinos no Algarve.

A Associação Distrital de Agricultores da Guarda reafirmou as exigências feitas na carta reclamativa entregue a Cavaco Silva no dia 28 de Fevereiro, em Trancoso. Os agricultores protestam contra a falta de escoamento da batata e contra a situação de crise que afecta toda a lavoura. Para 30 de Março está marcada uma concentração de protesto na capital do distrito. A situação da agricultura é abordada hoje numa conferência de imprensa da CNA, em Lisboa, onde esta confederação também anunciará próximas iniciativas e acções de protesto de agricultores e de associações.

Contra «organismo» feito a martelo CNA defende Casa do Douro

O projecto do Ministério da Agricultura e do Instituto do Vinho do Porto para criação de um «organismo interprofissional» para o vinho do Douro é um verdadeiro golpe de mão nas actuais competências da Casa do Douro, afirma a Direcção da Confederação Nacional da Agricultura.

Numa nota divulgada segunda-feira à comunicação social, a CNA considera que aquele projecto, «feito a martelo», tem por objectivo «sugar as actuais competências da Casa do Douro, para as transferir, a curto ou médio prazo, para os agentes dos grandes exportadores».

A CNA reafirma que a Casa do Douro é «uma grande conquista dos lavradores durienses e continua sendo a sua grande defesa contra a ganância dos grandes comerciantes e das multinacionais do Vinho do Porto», alertando de seguida que o projecto do Governo e do IVP «põe em risco os interesses dos vitivinicultores e da região duriense no seu todo; não garante nem a valorização dos stocks, nem os preços dos vinhos ao lavrador; não defende o

património das cooperativas e da região duriense».

A CNA lança «um forte apelo aos vitivinicultores durienses e às suas organizações representativas para que se unam em torno da defesa das actuais competências da Casa do Douro e da reclamação, ao Governo, do apoio imediato ao saneamento financeiro das cooperativas durienses e ao financiamento das stockagens dos vinhos». No mesmo documento a confederação reclama o seu direito a participar nos grupos de trabalho, criados pelo Governo recentemente, para consulta e gestão do projecto do Alqueva e para estudar formas de escoamento da produção hortofrutícola nacional. Recordando que «a CNA, em conjunto com as suas filiais, tem organizado e dirigido o forte movimento de protesto dos agricultores», a direcção da confederação afirma que «caso o Governo discrimine a CNA destes grupos de trabalho, está a criar condições para que continuem as fraudes e os compadrios derivados dos privilégios ilegítimos concedidos à CAP».

PODER LOCAL



Queluz e Sintra precisam da CDU

O Encontro da CDU-Queluz, realizado no passado domingo na Associação dos Bombeiros Voluntários de Queluz, com a presença de 134 pessoas, analisou a situação da Freguesia e os problemas com que se debate a sua população, tendo igualmente sondado os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Sintra, louvando o seu trabalho na defesa dos interesses do Concelho e das suas populações.

Após um vivo debate, que se prolongou por cerca de quatro horas, os participantes aprovaram as conclusões do Encontro, que contemplaram diversas questões, nomeadamente ambientais, sobre a cidade de Queluz, segurança, etc.

Foi particularmente realçada a acção do presidente e da Junta de Freguesia CDU de Queluz, de cujas «denúncias e procura de soluções para os gravíssimos problemas de higiene e limpeza, resultou já uma tomada de consciência colectiva que empurrou a Câmara PSD/CDS para a desejada descentralização

para a Junta de Freguesia dos Serviços de Limpeza. Entretanto, o Encontro, «certo de que esta medida irá proporcionar, quando concretizada, a almejada limpeza da freguesia de Queluz, repudia a adiamento da execução da transferência já decidida, o que aprova mais uma vez o profundo desprezo da Câmara PSD/CDS pelos interesses das populações da Freguesia de Queluz.»

O Encontro considerou também que é urgente «inverter as directrizes da actual política de urbanismo, e pôr instrumentos de gestão urbanística ao serviço da população e da melhoria das suas condições de vida, bem-estar e lazer, o que só pode ser conseguido com o reforço das posições da CDU na Freguesia e a vitória da CDU para a Câmara Municipal de Sintra.»

Finalmente, o Encontro aprovou a constituição de uma Comissão Coordenadora da CDU-Queluz, com vista à preparação e dinamização do trabalho eleitoral.

Encontro CDU na Moita recandidata presidente

No passado domingo, realizou-se na Moita um Encontro Concelhio da CDU, promovendo a aproximação dos autarcas e da população «no âmbito dos problemas e desafios que se impõem ao Concelho nestes princípios dos anos 90». Foi igualmente anunciada a recandidatura, às próximas eleições autárquicas, do actual presidente da CDU da Câmara Municipal da Moita e membro do PCP, José Luís Pereira.

No Encontro sublinhou-se que «a realidade da vida e o desenvolvimento integrado no Concelho são preocupações essenciais da CDU e objectivos que presidem à sua acção», tendo estas preocupações sido amplamente debatidas nos vários painéis de discussão, dedicados, nomeadamente, a temas como as Finanças Locais, os fundos comunitários, as relações internacionais, o ambiente, a cultura e o desporto.

Como já referimos, durante o almoço deste Encontro concelhio da CDU foi anunciada a recandidatura do

actual presidente da Câmara Municipal da Moita, José Luís Pereira, «o homem — como foi dito na ocasião — que fez convergir na CDU militantes comunistas, ecologistas, renovadores-democráticos, membros da UDP e independentes, todos eles empenhados no desenvolvimento equilibrado do Concelho».

Para a Junta de Freguesia de Vale da Amoreira, a única do Concelho onde a CDU não

detém a maioria, a Coligação decidiu candidatar Armando Castro, «um democrata independente que, sempre ligado ao associativismo, muito tem feito para desenvolver esta área do Concelho».

Foi igualmente considerado no Encontro que «no actual mandato a Câmara Municipal da Moita vem desenvolvendo um intenso trabalho, com várias obras de grande dimensão e bem à vista de todos.»



CDU avança com candidaturas

A CDU continua a preparar atempadamente a sua intervenção nas próximas eleições autárquicas, desenvolvendo por todo o País um conjunto de iniciativas para análise do trabalho realizado tanto pelos eleitos da Coligação como pelas outras forças políticas, definindo, a partir daí, as estratégias eleitorais a seguir e apresentando as suas candidaturas. Eis algumas delas, chegadas esta semana à nossa Redacção.

Ourique

Realizou-se recentemente no restaurante «Palma», em Vila de Ourique, um almoço-convívio com os objectivos de comemorar o 72.º Aniversário do PCP e da apresentação o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Ourique, José Filipe Nogueira Esteves. A iniciativa contou com a participação dos camaradas José Soeiro, membro da Comissão Política do Comité Central, e de António João, membro do Secretariado da DORBE do PCP.

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Ourique, José Filipe Nogueira Esteves, de 36 anos, é natural de Ourique, Vila Verde de Ficalho — Serpa, residente em Ourique e professor do Ensino Básico.

Exerceu actividades de delegado sindical do Sindicato dos Professores da Zona Sul de 1976 a 1979, foi membro do Secretariado da 1.ª Direcção do SPZS, eleito na Assembleia Municipal de Ourique de 79 a 82 e vereador de 83 a 89. É presidente da Câmara Municipal de Ourique, eleito em 1990, membro da Unidade de Gestão do PO «Entre Mira e Guadiana», do Concelho Regional da CCRA pelo GAT de Castro Verde e da Comissão Concelhia de Ourique e da DORBE do PCP.

Redondo

Alfredo Barroso, presidente da Câmara Municipal do Redondo, no Distrito de Évora, desde 1983, é de novo cabeça de lista da CDU às próximas eleições autárquicas. Tem 44 anos, é engenheiro de profissão e membro do PCP. Neste momento, preside à Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) e exerce as funções de vice-presidente da região de

Turismo de Évora, além de pertencer ao Concelho Regional da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (CCRA).

Benavente

António José Ganhão é o candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Benavente nas próximas eleições autárquicas. A decisão foi tomada no passado dia 10, na reunião plenária da Comissão Coordenadora da CDU do Concelho de Benavente.

António José Ganhão é membro do PCP e presidente da Câmara Municipal de Benavente desde 1979. Integra ainda o Conselho Directivo da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e é presidente da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo.

Arruda dos Vinhos

Em conferência de Imprensa realizada num restaurante local, a CDU apresentou as suas candidaturas aos órgãos autárquicos do Concelho de Arruda dos Vinhos. Abel Maria Simões Ribeiro, de 35 anos, com o Mestrado em Sociologia da Educação, encabeça a lista para a presidência do município, enquanto Rogério Quirino da Silva Correia, de 39 anos, técnico de meios audiovisuais, membro do PCP e já por duas vezes eleito autárquico pela CDU (uma como presidente da Junta de Freguesia de Cardosas, outra como vereador da Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos), encabeça a lista à Assembleia Municipal. Joaquim Porfírio Correia Matos, 47 anos, empregado de comércio, militante do PCP e membro da Assembleia Municipal desde 1982, é o candidato da CDU à presidência da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos, e Estevão Manuel Bugarim Ferreira, de 38 anos, comerciante e também membro da Assembleia Municipal, é o candidato da CDU à presidência da Junta de Freguesia de Arranhó.

Sobral de Monte Agraço

«Prometendo muito trabalho, honestidade e competência assentes na experiência e profundo conhecimento do que era, é e queremos que seja o Concelho de Sobral de Monte Agraço, estamos certos e confiantes no futuro.»

Foi assim que António Bogalho, presidente comunista da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço desde 1979, finalizou a sua intervenção na iniciativa onde se anunciou a sua recandidatura pela CDU nas próximas eleições autárquicas. António Bogalho, que na sua primeira eleição foi o mais jovem presidente de Câmara do País, tem actualmente 35 anos. Egídio Augusto Quitéria Ribeiro, de 43 anos, membro do PCP e presidente da Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço desde meados do mandato de 1979/82, é também de novo cabeça de lista da CDU a este órgão autárquico.

Águeda

A Comissão Coordenadora do Concelho de Águeda da CDU — Coligação Democrática Unitária — reuniu para fazer o balanço ao trabalho preparatório das próximas eleições autárquicas e para definir os objectivos eleitorais da CDU para estas eleições.

Desta análise ressaltou que «a CDU parte para as eleições autárquicas deste ano com grande confiança, por um lado devido ao bom trabalho desenvolvido pelos seus eleitos nos órgãos autárquicos do concelho em que participaram, por outro lado pela adesão de democratas prestigiados e com provas dadas de dedicação aos interesses do concelho, a fazerem parte das listas da CDU».

Deste modo são objectivos da CDU:

- concorrer aos órgãos Municipais e procurar concorrer a todas as Assembleias de Freguesia do Concelho de Águeda;
- eleger um vereador da CDU para a CM;
- reforçar o número de eleitos CDU na AM e nas Assembleias de Freguesia onde já está representada;
- eleger candidatos da CDU para as restantes Assembleias de Freguesia.

A Comissão Coordenadora da CDU decidiu realizar em Maio um Encontro Concelhio da Coligação, tendo em vista fazer o balanço ao trabalho entretanto desenvolvido, e programar as principais linhas da campanha eleitoral.

Espinho

A Comissão Coordenadora de Espinho da CDU — Coligação Democrática Unitária — reuniu na sexta-feira, dia 5 de Março, tendo como objectivos o de proceder a um balanço da actividade dos eleitos pela Coligação e o de aprofundar a discussão sobre as eleições autárquicas, nomeadamente sobre os candidatos a apresentar.

Sobre o trabalho desenvolvido pelos eleitos da CDU, a Comissão Coordenadora conclui que, no geral, «ele se tem pautado por elevada qualidade das suas propostas, pela firmeza nas questões essenciais, pela fidelidade aos valores da solidariedade e do progresso social. A intervenção da CDU tem correspondido aos interesses da maioria da população do concelho e à confiança de todos quanto lhe deram o seu voto». E prossegue a CDU:

«Em resultado da sua actividade positiva — que tem impedido que o descabro da gestão municipal do PSD seja ainda maior — a CDU apresenta-se à população do Concelho sem temer o seu julgamento. Com mãos limpas e consciência tranquila. Com mais experiência e maior determinação.»

Entretanto, «da troca de opiniões ocorrida e das conclusões retiradas, é possível divulgar já que os cabeças de lista da CDU às autarquias de Espinho deverão ser levados ao conhecimento do público após reunião geral concelhia de activistas da CDU, a realizar no próximo mês de Abril».

Caminho tortuoso para a eleição do PE

Na quarta-feira, 10 de Março, o PE votou o relatório do deputado liberal belga De Gutch, Grupo LDR (o mesmo em que está o PSD), sobre o projecto de processo eleitoral uniforme para a eleição dos membros do Parlamento Europeu.

Recordamos que este polémico relatório subiu ao plenário pela terceira vez e já lhe tínhamos feito uma referência no "Avante!" de 4/2/93.

Apesar de o Regimento do PE permitir que os relatórios já debatidos possam a qualquer momento ser incluídos nos períodos de votação, o certo é que o relatório De Gutch, que não figurava na Ordem de Trabalhos para ser votado, acabou por ser "metido a martelo" e à frente de vários outros que nela figuravam, apanhando de surpresa a maioria dos grupos políticos e dos deputados. Tal facto deu origem a um dos mais animados e vivos debates em sessão plenária.

Qual a razão de todo o charivar? Entrando no conteúdo do relatório, que propunha um sistema eleitoral proporcional e tema eleitoral uniforme em toda a comunidade nas eleições para o PE em 1994 visando, numa primeira fase e transitoriamente, aproximar as legislações nacionais na matéria de forma a diminuir as discrepâncias existentes e tornar mais justas e representativas as eleições (por exemplo, na Grã-Bretanha não existe a proporcionalidade nem o método de Hondt), o mesmo fixava em 5 por cento dos votos expressos o limite a partir do qual um partido pudesse eleger deputados para o PE.

A filosofia que sustenta esta e outras propostas recentemente aprovadas no PE ou em fase de elaboração baseia-se na tese de que a "Europa" é só uma, um espaço sem fronteiras e daí que o PE, legítimo representante dos povos europeus, tem o dever e a autoridade que a si próprio se arroga de meter o bedelho em tudo e mais alguma coisa. Assistimos hoje, invocando Maastricht, a uma forte ofensiva do PE nas questões institucionais para que a futura

conferência intergovernamental prevista para 1996 com o objectivo de rever os Tratados se encontre perante propostas concretas e tanto quanto possível "sufragadas" pelas eleições de 1994.

Calar as minorias

Aparentemente, a proposta parece ter preocupações louváveis ao querer acabar com as diferenças existente e proporcionar uma situação que permita que em 1994 os deputados sejam eleitos em condições semelhantes em todos os Estados-membros. Porém, ao introduzir conscientemente a barra dos 5 por cento, está a dar o dito

dade uma proposta antidemocrática.

Para melhor se compreender o que afirmamos vamos exemplificar com os resultados das eleições de 1989 para o PE. Caso nesse ano existisse a barra dos 5 por cento em todos os Estados-membros, teria havido mais de dez milhões de votos que não teriam eleito deputados.

Nesse ano, 30 organizações políticas que tiveram menos de 5 por cento dos votos obtiveram no total 10 674 512 votos (7,73 por cento dos votos expressos), elegendo 32 deputados.

Não será necessária uma grande explicação para se perceber quem teria ganho esses

com 14,52 por cento e 3 629 497 votos, não elegeram ninguém.

Assim, teríamos em 1989 um total de cerca de vinte milhões de votos (15 por cento dos votos expressos), sem qualquer deputado. Acrescentamos que a abstenção nessas eleições ultrapassou os 50 por cento e mesmo os 60 por cento em vários países e, no geral, andou na casa dos 45 por cento.

Tudo isto foi dito e denunciado na sessão plenária. Após negociações entre deputados socialistas e da direita, foi finalmente votado e aprovado que "os Estados-membros têm a possibilidade de fixar a atribuição de lugares entre 3 e 5 por cento dos votos expressos".

Pior a emenda do que o soneto. Com tal decisão, o PE propõe a arbitrariedade e agrava a situação existente com percentagens à la carte que muitos não deixarão certamente de aproveitar.

O camarada Rogério Brito - cuja declaração de voto publicamos em separado - denunciou firmemente tal facto na sua intervenção na sessão plenária.

Antes da votação, um deputado grego do Grupo Coligação de Esquerda (comunista) pediu que o relatório fosse reenviado à comissão institucional para ser revisto, o que foi recusado em votação.

Mais difícil de compreender foi a posição dos Verdes, que denunciaram o objectivo de tal relatório mas apelaram à sua aprovação. O resultado desta foi de 207 votos a favor, 79 contra (todo o grupo comunista votou contra) e 19 abstenções. As palmas de satisfação que ecoaram nas bancadas da direita e em parte da bancada socialista não deixaram de ser significativas.

Curiosamente, os deputados do PSD não participaram na votação do relatório de um deputado do seu grupo político, sendo Lucas Pires e Beiroco (ex-CDS), Cravinho e Luís Marinho, socialistas, os deputados portugueses que votaram favoravelmente o relatório De Gutch.

Declaração de voto de Rogério Brito

A proporcionalidade, seja ela entendida do ponto de vista matemático ou político-constitucional, é um conceito preciso. Ao pretender aplicar ou admitir um limite mínimo dos votos expressos para a atribuição de lugares, o relator, senhor De Gutch, está pondo em causa a regra básica da proporcionalidade.

Com efeito, a proporcionalidade não admite outros limites para a eleição dos candidatos que não sejam a conformidade proporcional à distribuição dos votos e o número de votos necessários para a eleição de cada um em função do número de votos válidos e de candidatos a ser eleitos.

A ter acolhimento futuro a proposta contida no relatório, de estabelecer um limite mínimo, variável entre os 3 e os 5 por cento, para a atribuição de lugares, não só não seriam corrigidas as injustiças e desigualdades hoje existentes na Comunidade, mesmo admitindo a melhoria do sistema maioritário uninominal simples no Reino Unido, como seriam introduzidos novos elementos de distorção, criando problemas constitucionais por desrespeito pelas regras de proporcionalidade já consagradas em vários Estados-membros e sobretudo gerando um injustificável desequilíbrio, com situações que poderiam viciar a expressão da vontade do eleitorado nos Estados-membros e entre estes, por desconformidade de soluções e da expressão do voto nos eleitos.

por não dito e a negar às minorias o direito de se serem representadas no PE, a calar vozes incómodas, a eliminar a grande diversidade e riqueza da representatividade popular, a consolidar o bipartidarismo no PE, sufocando o debate e empobrecendo a democracia. É na ver-

deputados não eleitos então pelas organizações referidas.

Recordamos também que muitas outras organizações, apesar de terem obtido mais de oito milhões de votos, não elegeram deputados. Entre estas não podemos deixar de referir o caso dos Verdes britânicos que,

Comunistas pedem apoio para a Marinha Grande

Os eurodeputados comunistas no Parlamento Europeu questionaram a semana passada a Comissão Europeia sobre as possibilidades de um financiamento urgente de um estudo aprofundado da situação socioeconómica da Marinha Grande, bem como a adopção de medidas imediatas de prevenção, em concerto com o Governo português.

A iniciativa, associada com a apresentação no plenário do PE de uma proposta de resolução no mesmo sentido, visa procurar soluções para a dramática situação que se vive no concelho da Marinha Grande, a braços com uma crise económica que ameaça lançar no desemprego milhares de trabalhadores. O documento recorda à Comissão que aquele concelho tem seculares tradições industriais, nomeadamente no vidro, continuadas com um sector de ponta, o dos moldes, que juntamente com os de plásticos e de aços e limas têm uma importância decisiva na vida social do concelho e do próprio distrito de Leiria.

Para os deputados comunistas, a crise e/ou sinais de crise iminente naqueles sectores, particularmente no vidro, devem-se à "ausência de uma política industrial e de mecanismos de

protecção face à verdadeira invasão vinda de países do Leste europeu, da Turquia, do México, países que, além do dumping social, terão mecanismos de incentivos, nacionais e outros, de que Portugal abdicou, inclusive por efeito da política cambial".

Como se faz notar à Comissão, após o encerramento da Fábrica-Escola Irmãos Stephens - que os eurodeputados consideram um verdadeiro atentado a um património histórico-cultural - e das lamentáveis peripécias do seu leilão, corre-se hoje o risco de "encerramento de importantes unidades, actualmente com mil trabalhadores no activo" e que já sobrevivem "não pagando à segurança social e começando a ter salários em atraso".

Considerando que a evolução previsível desta situação terá efeitos económicos e sociais desastrosos na região, os deputados comunistas defendem a adopção imediata de medidas de prevenção, bem como o estudo da situação, de forma a que se encare a hipótese de o concelho vir a beneficiar das verbas a consagrar no Quadro Comunitário de Apoio (QCA) a Portugal no período de 1994 a 1999.

A Educação a Escola e o Poder Local

«A Educação, a Escola e o Poder Local» foi o tema geral que serviu de base ao seminário promovido pelo PCP, no passado sábado, em Lisboa.

A iniciativa, em que participou o camarada Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP, começou por uma análise da situação e problemas do sistema educativo e da reforma, bem como das questões que se colocam à gestão escolar, professores, estudantes, pais, outros trabalhadores das escolas e autarquias.

No actual contexto, ganharam particular relevo os debates sobre a delimitação de competências entre os diferentes níveis de Administração (local, regional, central); gestão do sistema educativo, designadamente ao nível da rede de recursos; e possibilidades e limitações da intervenção das autarquias.

Um segundo painel dominou as atenções na parte da tarde. Em foco esteve a caracterização da intervenção, dos meios e possibilidades de acção do Poder Local na educação, em particular no respeitante à alfabetização, ensino pré-escolar e ensino básico. Ainda neste âmbito, mereceu atenção as iniciativas a desenvolver para uma mais eficaz ligação das autarquias ao meio e à escola, condição essencial para a potencialização dos recursos disponíveis e garantia de melhores resultados.

Os trabalhos analisaram ainda as áreas a privilegiar na acção das autarquias, bem como as linhas de actuação para futuros mandatos.

O debate, como sublinhou no final o camarada Edgar Correia, levantou um conjunto de questões que coloca problemas de orientação que importa apurar a curto prazo e a necessidade de se adoptarem diversas medidas de ordem prática. Entre estas, destacou "a questão do desenvolvimento da luta por uma delimitação mais precisa das competências entre o poder central e o poder local na área educativa"; a "reivindicação junto do poder central do aumento de transferências financeiras para as autarquias, em correspondência com as competências exercidas de facto pelas autarquias" nesta área, para além daquelas por que são responsáveis, ou de outras que venham a assumir; a questão "de uma maior intervenção do poder local no sistema educativo, numa perspectiva de descentralização e de territorialização do sistema, em si positivas", que devem no entanto ser consideradas com particular atenção, quer para "não ser facilitada a desresponsabilização do Governo em relação ao ensino público", quer com a preocupação de não alimentar ilusões, ao nível das autarquias, "quanto à capacidade das autarquias suportarem responsabilidades sem conta que não são suas e para as quais não lhes são disponibilizados meios".

Segundo Edgar Correia, do debate ressaltou ainda a necessidade de "uma acção comum ou convergente de todos os intervenientes no espaço educativo", numa linha reivindicativa dirigida ao poder central.

Por outro lado, no encontro ficou clara a defesa do ensino público, no quadro de uma política educativa democrática, o que é tanto mais importante quanto "a política do Governo tem, como filosofia inspiradora fundamental, a mercantilização do ensino e a sua subordinação a critérios e lógicas lucrativistas".

Não menos importante é a defesa da gestão democrática das escolas, cuja luta se considerou indispensável prosseguir, e que, na opinião dos participantes, "apresenta tantas mais condições de sair vitoriosa quanto a 'experiência' de aplicação do novo e antidemocrático modelo de gestão em 25 Áreas-Escolas e Escolas no presente ano lectivo se tem saldado para o Ministério da Educação por um embaraçante insucesso".

A terminar a sua intervenção, Edgar Correia lembrou o ministro Couto dos Santos que, na resposta à interpelação do PCP ao Governo sobre política educativa, citou um texto de Aristóteles, com dois mil anos, em que se afirma que "a educação actual não deixa de provocar embaraços". A citação, como é óbvio, só serve para dizer que o próprio Couto dos Santos está muito embaraçado, como referiu o nosso camarada, de modo no ar uma interrogação legítima: "Por que não tira o ministro da Educação, até ao fim, as conclusões políticas desse reconhecimento?"

Rectificação

Na última edição, produzimos uma afirmação inexacta na notícia sobre o falecimento de Diamantino de Oliveira Henriques que queremos corrigir, com o pedido de desculpas aos nossos leitores. De facto, foi o Dr. Manuel Rodrigues quem no funeral falou em nome da DORV do PCP e não o Dr. Almeida Henriques como erradamente publicámos.

África do Sul

Prepara-se transição para sistema democrático

Nelson Mandela deverá assumir a presidência da África do Sul em Maio de 1994 - esta a previsão de Frederik Van Slabbert, director do Instituto para a Democracia Alternativa na África do Sul, que assim antecipava com optimismo o horizonte previsto de realização das primeiras eleições multi-raciais no país até Abril de 1994.

Estas previsões inserem-se no novo quadro político resultante da plataforma de acordo entretanto alcançada entre as diferentes forças políticas. Segundo a plataforma de acordo, as negociações multipartidárias constitucionais na África do Sul serão retomadas nos dias 1 e 2 de Abril sob uma nova estrutura permanente de quatro níveis.

A nova estrutura, que deverá ser ratificada a 18 de Março pelo plenário do Comité encarregado de organizar as negociações, permite ultrapassar as reticências dos movimentos de esquerda, como o PAC, e da direita, como o partido Conservador, quanto ao modelo da Convenção para uma África do Sul Democrática, CODESA.

A nova estrutura deverá iniciar os seus trabalhos, em termos permanentes, a partir de 3 de Abril, imediatamente após a retomada de negociações multipartidárias constitucionais, em conferência agendada para 1 e 2 de Abril, pondo fim a oito meses de crise política desencadeada pelos massacres de que foram vítimas militantes do ANC.

O novo modelo preconiza a negociação de questões essenciais a um primeiro nível, identificado como plenário, onde têm assento os líderes partidários, apoiado num segundo nível, por um "foro negocial", onde serão coadjuvados por equipas de três delegados e três conselheiros.

O actual comité promotor consubstanciará o terceiro nível da nova estrutura, identificado como conselho negocial, integrando um delegado e um conselheiro de cada força interessada, representadas pelo menos ao nível de vice-presidente ou secretário-geral.

A completar a estrutura, a um quarto nível, integrar-se-á o actual comité de agenda - autor deste novo modelo - que passará a chamar-se comité de planeamento, envolvendo 10 membros seleccionados entre as diversas delegações.

Com a missão de quebrar eventuais impasses é ainda proposto um comité técnico, onde têm assento o antigo segundo vice-presidente do PAC, Dikgang Moseneke, Joe Matthews, do Inkatha, Mac Maharaj, do ANC, e Fanie Van Merwe, dos serviços de desenvolvimento constitucional.

Entretanto, está a ser desenvolvido particular esforço, nomeadamente por parte do ANC, para pôr cobro à violência que grassa no país.

Com esse objectivo, realizaram-se três dias de visitas e

contactos de Nelson Mandela com as populações do Natal - um dos principais focos de tensão - que incluíram a deslocação a sete cidades negras e contactos com comités de resolução de disputas e líderes empresariais locais.

Integrados nestas visitas estiveram observadores da Organização de Unidade Africana (OUA), da ONU e da Comunidade Económica Europeia.

Economia e lutas

Países em desenvolvimento fracas perspectivas

Os países mais pobres do mundo estão confrontados, também este ano, com fracas perspectivas de melhoria da situação económica, indica o relatório Anual da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

O grupo dos 47 países em vias de desenvolvimento deverá registar em 1993 o quarto ano consecutivo de declínio económico. Em 1991, o último ano com resultados finais disponíveis, o produto destes países decresceu dois por cento. Em 1992 esta percentagem deverá ter registado nova quebra, acompanhada por um aumento de população.

Pelo menos 14 países africanos enfrentam necessidades alimentares de emergência, nomeadamente devido à seca, em 1992, acrescidas por guerras civis em Moçambique, Etiópia, Somália e Libéria.

Segundo a UNCTAD, apenas alguns países registaram um aumento no valor das suas exportações: Burna, Malawi, Mauritânia, Nepal e Uganda, enquanto em três Estados - Afeganistão, Djibuti e Haiti - se verificou uma quebra nas exportações superior a 10 por cento.

Greves em Marrocos

A greve de dia 10 na província marroquina de Meknes, convocada pela central sindical socialista CDT, arrasta outras paralisações em vários sectores económicos, designadamente saúde, correios e caminhos-de-ferro.

A greve de Meknes surgiu na sequência da interdição da actividade sindical em duas empresas da região e prenuncia o alastramento a outros sectores, devido ao impasse no diálogo entre o patronato e as centrais sindicais.

Os advogados marroquinos levaram a cabo uma paralisação de duas horas, em protesto contra as restrições impostas ao seu trabalho nos tribunais. Terça e quarta-feira estiveram em greve os funcionários do sector da saúde. Duas centrais sindicais da oposição convocaram para hoje, dia 19, uma greve à escala nacional do sector dos correios e das telecomunicações, que exige aumentos de salários e a readmissão de trabalhadores suspensos.

Crise económica mundial

O primeiro-ministro francês, Pierre Berégovoy, afirmou em conferência de imprensa que se assiste actualmente a um agravamento da crise económica e defendeu a realização, o mais rapidamente possível, da cimeira do grupo dos sete países mais industrializados (G-7), considerando que «não se pode continuar a gerir a economia mundial da forma como se tem feito nos últimos anos».

Na opinião de Berégovoy, «o presidente Clinton está consciente disto e não é um adepto do liberalismo selvagem».

Para o chefe de Estado francês, «é preciso enfrentar hoje a crise económica mundial e uma situação muito difícil na Europa de Leste».

Indústria de armamento

A indústria de armamento deverá sofrer uma redução de cerca de 25% a nível mundial nos próximos cinco anos - afirma-se em relatório elaborado pelo Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo.

As maiores reduções deverão ocorrer na antiga União Soviética, ainda que os Estados Unidos e a Europa Ocidental procedam também a profundos cortes.

Segundo fontes russas citadas pelo relatório, a produção de armas está a ser reduzida entre 50 a 60 por cento, sendo entretanto notória a falta de recursos de investimento para se proceder à necessária reconversão, que custaria o equivalente a 150 mil milhões de dólares.

Nos Estados Unidos, de 3,36 milhões de postos de trabalho neste sector em 1987, foram perdidos 600 mil em 1992 e deverão ser feitos mais 1,4 milhões de despedimentos até 1995.

Entretanto, enquanto na Europa Ocidental se segue uma tendência para reduzir a produção armamentista, a China aumentou substancialmente os seus gastos militares desde 1988. No Japão, muitas das grandes empresas estão empenhadas em projectos de produção de armas, parcialmente em cooperação com companhias dos Estados Unidos.

Segundo o relatório do Instituto Internacional de Estocolmo, perto de 15 milhões de pessoas trabalham em empresas de armamento em todo o mundo e serão feitos entre 3 e 4 milhões de despedimentos de reconversão.

Alemanha

«Estamos fartos»

Mais de 15 000 pessoas manifestaram-se segunda-feira à noite em Leipzig contra a forma como o chanceler Helmut Kohl está a orientar a reconstrução económica da ex-RDA.

«Estamos fartos» - é o lema desta manifestação, organizada por dirigentes sindicais e religiosos.

O pastor luterano Christien Fuehrer, personalidade que se destacou no movimento de oposição política na antiga RDA, apelou aos manifestantes para pressionarem o governo no sentido de salvar os postos de trabalho no Leste da Alemanha, afirmando: «nada acontece neste país sem pressão de baixo.»

15 000 manifestam-se em Leipzig

Só a cidade de Leipzig já perdeu mais de 60 000 postos de trabalho desde a unificação. Neste momento, o número de desempregados na cidade eleva-se a 5 mil, dois terços dos quais são mulheres. Na região, extinguiram-se, nos últimos três anos, 75% dos postos de trabalho, dando origem a uma situação social verdadeiramente dramática.

Manifestações idênticas à de Leipzig - reflectindo situações igualmente difíceis - realizaram-se em Dresden, capital da região e em Frankfurt (Oder), junto à fronteira leste-alemã com a Polónia.

A nova vaga de manifestações em Leipzig visa protestar contra a política de emprego e de salários do governo alemão federal e a consequente precarização da situação económica e social que marca a vida de toda a ex-RDA.

Os organizadores da manifestação de Leipzig disseram que uma nova concentração de protesto se realizaria na próxima segunda-feira à noite.

Solidariedade com a Coreia

A Associação de Amizade Portugal-Coreia, o Comité Português para a Reunificação Pacífica e Independente da Coreia e o Comité Português de Estudo do Kimilsunismo divulgaram, em comunicado distribuído à imprensa, "o seu protesto e a sua apreensão em relação aos acontecimentos na Península da Coreia."

No comunicado constata-se "uma nova ofensiva em relação à República Popular Democrática da Coreia".

"De um lado, o governo dos Estados Unidos e o governo da Coreia do Sul persistem na realização de manobras militares denominadas de "Team Spirit", as quais constituem uma grave provocação e ameaça, que são incompatíveis com o espírito que deveria prevalecer em quaisquer negociações

visando a reunificação da Coreia" - afirma-se.

Os subscritores do comunicado consideram ainda que "não é menos ameaçador e constituiu também uma provocação grave a pretensão dos Estados Unidos da América, através da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), de procederem a inspeções especiais que excedem, manifestamente, os limites da sua competência e se traduzem numa ingerência inadmissível na política interna e na vida da República Popular Democrática da Coreia".

Por último, sublinha-se no comunicado que "a permanência de tropas americanas na Coreia do Sul, aliás com armas nucleares, representa, por si, uma ameaça e perigo de guerra naquela zona, pelo que deve ser exigida a sua retirada imediata".

CPPC

Reunião alargada

Realizou-se no passado sábado, dia 13 de Março, uma reunião conjunta da presidência e activistas do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

O encontro começou por fazer uma abordagem geral da actual situação política internacional, merecendo particular destaque os seguintes temas:

- os antecedentes da actual situação internacional, relacionados com o rápido desmembramento da situação de bipolarização existente aquando do derrube do muro de Berlim;

- o fracasso das expectativas então abertas de criação de uma nova ordem mundial que permitisse resolver os grandes problemas que a humanidade enfrenta;

- a emergência de novos problemas.

O CPPC definiu, como elementos essenciais para uma melhoria da situação internacional: garantir a paz, já que em guerra não é possível respeitar os valores humanos na sua plenitude; aprofundar o desarmamento e controlar e reduzir o negócio de armas; implementar maiores níveis de educação do indivíduo.

INTERNACIONAL

ZAIRE

A Comissão dos Direitos Humanos da ONU condenou publicamente pela primeira vez o Zaire pelos "graves atentados aos direitos humanos e às liberdades fundamentais" no país.

Numa resolução adoptada por consenso, os 53 Estados-membros lamentam nomeadamente a tortura de detidos, as condições penitenciárias desumanas, os "desaparecimentos", "as execuções sumárias de pessoas que exerceram o seu direito à liberdade de opinião e o não respeito pelo direito a processos iguais".

A Comissão condena ainda o regime do presidente Mobutu Sese Seko pelo recurso sistemático à força contra as manifestações pacíficas e acusa as autoridades zairenses de serem as principais responsáveis pelo "renascimento de tensões étnicas no Shaba" (ex-Catanga), que estão na origem do deslocamento forçado de 20 000 pessoas.

O delego zairense na comissão dos Direitos Humanos, Jean-Joseph Mukendi, acusou o presidente do Zaire de bloquear as tentativas para a instauração da democracia e de encorajar as atrocidades cometidas no país.

AFEGANISTÃO

Um acordo entre os líderes das oito facções beligerantes afegãs foi assinado na localidade saudita de Meca.

As conversações de Meca incidiram sobre os poderes do primeiro-ministro, o controlo do futuro Conselho de Defesa, a composição de uma comissão encarregada de distribuir ajuda financeira estrangeira e a participação no poder de milícias.

Desde a instauração do regime islâmico no Afeganistão, após o derrube do presidente Najibullah, em Abril de 1992, a guerra sofreu um acentuado agravamento, multiplicando-se os combates entre o partido fundamentalista radical Hezb-e-Islami e as forças de uma instável coligação governamental. Uma guerra em que as populações civis, em particular na capital, Cabul, têm sido sistemática e gravemente atingidas.

SOMÁLIA

Os dirigentes das 14 facções somalis estão reunidos em Adis Abeba, para uma Conferência Nacional de Reconciliação - um encontro alargado a representantes da sociedade civil - com o objectivo de tentar consolidar o frágil diálogo iniciado há cerca de dois meses na capital da Etiópia.

Todos concordaram formalmente numa plataforma negocial de 16 pontos, desde a aplicação do acordo de cessar-fogo e de desarmamento, assinado no dia 15 de Janeiro, ao princípio de autonomia das regiões, passando pela assistência humanitária e a constituição de mecanismos de transição.

O acordo de cessar-fogo, assinado em meados de Janeiro, foi rapidamente violado por uma das facções.

EUA

O presidente norte-americano Bill Clinton anunciou um plano de 20 mil milhões de dólares para a reconversão da indústria de defesa, que deverá ser reduzida em função do novo orçamento do Pentágono.

A administração norte-americana vai consagrar, a partir deste ano, 1,7 mil milhões de dólares a este programa. Gene Sperling, assessor económico do presidente, disse que a esta verba deverão juntar-se 1,4 mil milhões de dólares já desbloqueados pelo Congresso o ano passado para reconversão do sector e que não foram gastos pela anterior administração.

O custo total do programa, entre 1993 e 1997, deverá atingir 20 mil milhões de dólares, precisou Sterling, que disse ainda que dois milhões de pessoas serão afectadas nos seus postos de trabalho com a redução dos gastos com a defesa.

O plano de Clinton compreende quatro linhas de acção: formação profissional do pessoal civil e militar em vias de ser dispensado, ajuda a localidades afectadas pelo encerramento de bases militares, incentivo ao desenvolvimento de tecnologias utilizáveis para fins civis ou militares e investimentos para a reconversão de tecnologias militares para fins civis.

CAMBODJA

Pelo menos 26 civis, na sua maioria de origem vietnamita, foram mortos, e mais de três dezenas ficaram feridos, num ataque a uma aldeia do nordeste do Cambodja.

Fontes da ONU denunciam o movimento dos khmeres vermelhos como autor do massacre.

Os khmeres vermelhos - responsáveis de um verdadeiro genocídio da população cambodjana até 1978, data em que foram expulsos do poder com ajuda vietnamita - têm boicotado o plano de pacificação das Nações Unidas.

VENEZUELA

O procurador-geral da Venezuela pediu ao Supremo Tribunal que se pronuncie sobre se há motivos para julgar o presidente venezuelano, Carlos Andres Perez, por desvio de fundos públicos.

Em causa a forma como foram gastos 17 milhões de dólares, destinados a despesas de segurança e defesa, e que segundo os deputados teriam sido usados para fins especulativos.

O presidente Andres Perez tem vindo igualmente a ser contestado em protestos populares. Desde a semana passada que o país tem sido palco de múltiplas manifestações estudantis. Na capital, Caracas, mas também nos estados de Yaracuy, Merida, Tachira e Aragua. Há pelo menos quatro jovens mortos nos confrontos com a policia e fontes não oficiais falam de dezenas de feridos e um número indeterminado de detenções.

Os estudantes exigem a demissão do presidente Andres Perez, as ajudas prometidas à educação, a não privatização do sistema de ensino e a manutenção dos subsídios aos transportes públicos.

Angola

Guerra continua

Unita condenada na ONU

A cidade de Soyo, no Noroeste de Angola, controlada pela Unita desde 20 de Janeiro - e implantada na segunda zona de exploração petrolífera do país - está de novo em poder das forças do governo. Este um dos desenvolvimentos, nos últimos dias, de uma guerra imposta pelo movimento liderado por Savimbi ao povo angolano, e que já fez muitos milhares de vítimas.

Entretanto, o governo angolano reafirmou, uma vez mais, estar pronto a reatar, sem demora, negociações com a Unita "em território africano", como afirmou nestes dias, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura.

Em declarações à agência noticiosa francesa "APF", Venâncio de Moura sublinhou: "Queríamos discutir em Angola, mas já aceitamos ir a Addis Abeba em finais de Janeiro. Regressámos ali em finais de Fevereiro, mas a Unita não foi. Hoje, recusamo-nos a ir a Genebra. Porque Genebra e porque não Addis Abeba? Estamos prontos a ir a Addis Abeba ou a outro país africano, porque os assuntos de Angola devem ser resolvidos em África".

Por outro lado, o ministro angolano lamentou que a comunidade internacional "tente conceder um novo prazo à Unita", pois tal lhe dará a possibilidade de "consolidar as suas posições militares no terreno".

Nestes mesmos dias o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução em que afirma uma "forte condenação às persistentes violações da Unita" e lança um apelo a um cessar-fogo imediato.

A resolução exige o cessar-fogo imediato em todo o território angolano, de forma a permitir a entrega de ajuda humanitária às populações civis, e o restabelecimento "sem demoras" de um diálogo "contínuo e proveitoso", que permita estabelecer um calendário para a conclusão da aplicação dos acordos de Bicesse.

O documento condena "fortemente as persistentes violações por parte da Unita das principais disposições" dos acordos de Bicesse, em particular a rejeição dos resultados

das eleições, a não participação nas instituições políticas, a ausência nas negociações, o abandono das Forças Armadas angolanas, a tomada pela força de capitais de província e de municípios e o retomar das hostilidades.

Apela-se ainda a todos os Estados-membros para concederem a ajuda económica, material e técnica "necessária para a reconstrução e desenvolvimento" de Angola.

A resolução sobre Angola nota igualmente, "com particular preocupação, que uma tragédia humana de graves proporções se está a desenvolver" no país.

O prosseguimento da guerra, e as proporções assumidas pela ofensiva da Unita, estão entretanto ligados ao continuado apoio a este movimento, nomeadamente de proveniência sul-africana.

"O governo acaba de obter a confirmação, através de fontes localizadas na África do Sul, de que a operação de apoio logístico que tem vindo a ser prestado à Unita há alguns meses é feita através de Pretória por um cidadão de nome Gerd De Klerk, que utiliza para o efeito uma empresa de que é proprietário" - afirma-se em nota recente do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Segundo as FAA, esta empresa possui várias aeronaves, que têm realizado voos nocturnos diários para o interior de Angola, a partir de um aeroporto

dos arredores de Pretória. Após denúncias públicas, a empresa começou a operar a partir de uma pista privada.

"Testemunhas oculares confirmam o carregamento de alimentação, medicamentos, armas e munições durante estes últimos cinco meses com destino à Unita", acrescenta o comunicado, que refere ainda as ligações entre esta empresa com o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, e com o ex-ministro da Defesa, Magnus Malan.

Uma situação que, segundo o comunicado das FAA, já levou o presidente De Klerk a ordenar a instauração de um inquérito rigoroso.



Os apoios à Unita também passam pelo Zaire, onde Mobutu se agarra a um poder que ocupa desde 1965

Moçambique

Regresso dos refugiados

A maior operação de repatriação de refugiados de guerra pelas Nações Unidas será feita em Moçambique, com 1,3 milhões de pessoas regressando ao longo de três anos de cinco países vizinhos depois do advento da paz.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Ministério moçambicano dos Negócios Estrangeiros anunciaram que a operação de repatriação começará no próximo mês. Espera-se o regresso de meio milhão de pessoas durante este ano, com um programa de acolhimento orçando 30 milhões

de dólares. O programa de repatriação deverá estender-se por três anos e o ACNUR lançará no próximo mês um apelo a doadores, para recolha de fundos para os meios de transporte e apoio inicial à reintegração dos refugiados.

O ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, Pascoal Mocumbi, congratulou-se porque os refugiados moçambicanos «podem regressar após anos de exílio». Uma boa operação de repatriação, disse, reforçará o processo de paz e incitará a comunidade internacional a prover a ajuda necessária. A alta comissária, Sadako

Ogata, realçou por seu lado que essa operação «será a maior realizada» pelo ACNUR.

A assinatura dos acordos de Paz de Roma entre o governo moçambicano e a guerrilha da resistência nacional moçambicana (Renamo), em 4 de Outubro do ano passado, conjugou-se com o termo de um período de dois anos de seca, favorecendo o regresso de populações.

Os moçambicanos refugiaram-se sobretudo no Malawi, onde há 1,1 milhões de pessoas, no Zimbabué, 140 mil, na Suazilândia e Zâmbia, com 25 mil pessoas

cada, e na Tanzânia, com 15 mil pessoas.

A operação terá «como principais problemas a falta de infra-estruturas para recepção dos refugiados, além da proliferação de minas pelo país. Calcula-se que haverá dois milhões de minas antipessoal e anticarro espalhadas pelas vias de circulação em Moçambique».

O ACNUR está a prestar assistência aos refugiados que começaram a regressar a Moçambique e às operações de desminagem. Calcula-se em cem mil os retornados desde a assinatura dos acordos de paz.

Novo Centro de Trabalho em Famalicão

Uma casa para o futuro

Dois cartazes vermelhos anunciando o próximo Congresso da Juventude Comunista Portuguesa estão ainda colados nas árvores do Largo da Feira. Sobreviveram ao formigar do mercado de quarta-feira, em Famalicão. No vasto largo, uma novidade, desde o sábado anterior — a bandeira vermelha do Partido, flutuando no segundo andar do n.º 200, por sobre a placa assinalando o novo Centro de Trabalho que foi então inaugurado pelo camarada Álvaro Cunhal. Dois sinais de que muito mudou neste concelho do distrito de Braga.

Foi na quinta-feira passada que visitámos o novo Centro de Trabalho de Vila Nova de Famalicão. O que fomos encontrar não era uma surpresa, e o «Avante!» já dera uma breve nota sobre a inauguração. Mas o facto merecia visita mais demorada, uma conversa com os camaradas que, neste fim de tarde, mostraram com algum orgulho o novo Centro, recordaram os tempos de antes, adiaram perspectivas sobre a campanha de fundos em curso.

O sol fizera o favor de emprestar bastante luz a esta visita. Brilhava nas madeiras claras da sala, sobre a mesa de reuniões, alargava-se sobre as paredes. Numa delas lá estavam as referências ao aniversário do Partido e do «Avante!» e um placard com a «toto-rifa», uma das iniciativas da campanha de fundos. A decoração ainda não está completa, disseram-nos, mostrando uma tapeçaria com as figuras clássicas do marxismo — Marx, Engels, Lênine —, oferta da Direcção Regional. Outras prendas alinhavam-se em prateleiras, a recordar a recente inauguração. Um aparelho de televisão, também oferta, vai certamente esta noite acender-se e os militantes vão assistir à entrevista do Secretário-Geral do Partido a um programa conhecido.

Acompanham-nos os camaradas Jorge Matos, do CC e da DORBraga, Raul Sampaio e José Joaquim Faria, ambos da Comissão Concelhia de Famalicão e da Comissão de Fundos da Campanha. Visitamos a biblioteca, com uma bela mobília e já bastantes livros. «Também dá para reuniões», diz Joaquim Faria. «Tudo isto foi oferecido», esclarece Raul Sampaio. Outras salas terão outro destino — para execução de tarefas técnicas, para gabinetes de trabalho. Na cozinha, uma máquina de café está prometida.

Uma breve viagem ao passado recente

Ainda tivemos tempo para, antes de uma conversa mais alargada, ir espreitar o edifício do antigo Centro de Trabalho, palco, em 1975, de um dos vários cercos aos comunistas nesse Verão quente. As memórias dos militantes estão ligadas àquele casarão. Raul Sampaio foi mesmo funcionário do antigo colégio «Camilo Castelo Branco» que ali funcionou há muitos anos. E Joaquim Faria relembra os trabalhos que fez. «Ainda pintei aquelas paredes»...

O jardim à volta está agora uma «pequena selva», e o prédio em muito mau estado. Mas agora é um prédio que passou à história. Ninguém no entanto o esquece. daquelas janelas os reacçãoários deitaram fora mobília e papéis, conduzidos pela cacagem local de então.

É sobre esse tempo que, mais tarde, reunidos à mesa do novo Centro, o camarada Manuel Barbosa, coordenador da Comissão Concelhia, diz algumas palavras. Estão presentes os camaradas que nos acompanharam e ainda outros — Domingos Costa, da Concelhia, director do jornal «A Voz de Famalicão», e José Monteiro, um jovem operário e estudante, também da Comissão Concelhia.

«A organização do Partido implantou-se a seguir ao 25 de Abril, com

onde estivemos dois meses. Foi ali que começámos a desenvolver as actividades do PCP, a venda do «Avante!»

Os camaradas destacam a participação activa de Lino Lima ao conseguir-se arrendar o velho Centro que visitáramos. Foi aí que, desde Janeiro de 1975, a organização do Partido começa a crescer. Para se desembocar na onda reacçãoária de 75. Em 31 de Julho.

«Fomos cercados então por caciques reacçãoários da região que enquadravam os marginais. Uma centena de camaradas resistiu ali às pressões e só veio a sair por decisão do Partido, no dia seguinte. Mais tarde, em 19 de Setembro, retomámos as instalações. A reacção estava tão convencida de que os comunistas jamais voltaríamos, que tinha feito pregar lá uma placa a dizer «Casa para Retornados». Essa placa veio a aparecer à porta do PPD. E havia quem dissesse que tinha sido devolvida ao legítimo proprietário...»

Os tempos seguintes não foram fáceis, mas a organização refaz-se. E aquele Centro ficou nas memórias como testemunho da firmeza dos comunistas na defesa do seu património. Os camaradas sublinham as expressões de solidariedade então recebidas de todo o país — as dos camaradas de Corroios, as excursões do Porto...

reuniões em casa do camarada Lino Lima», recorda Manuel Barbosa. «Nessas reuniões, uma questão que se punha era a de uma casa para o Partido se desenvolver localmente. Conseguimos, em Outubro/Novembro de 1974, uma casa pequena,

Uma casa nossa

Raul Sampaio refere-se depois às obras de restauro que foi necessário fazer no prédio que sofrera bastante com as agressões. Anseio velho era já dotar o Partido com uma casa própria. Quando surgiu a ideia? Manuel Barbosa responde: «Em 80/81, quando iniciámos a campanha para o restauro, a questão pôs-se. Havia camaradas que defendiam a compra desse mesmo imóvel. Outros pretendiam instalações



À mesa de trabalho, no novo CT de Famalicão, em conversa com o «Avante!», os camaradas (da esquerda para a direita) Manuel Barbosa, José Monteiro, Jorge Matos, Joaquim Faria, Domingos Costa e Raul Sampaio

melhores. A Comissão Concelhia, na altura, não estava ainda ganha para a ideia da compra».

Quisemos saber quando essa ideia começa a ganhar corpo.

«Foi a partir do momento em que um democrata, muito amigo nosso, o Dr. Joaquim Malvar Ramos, fez, em 1987, a doação ao Partido de um terreno que possuía no lugar de Pinheiral, Antas. Esta doação tinha algumas contrapartidas — a construção de habitações sociais, a promoção de uma fundação de carácter cultural; parte dessa doação seria destinada à compra de um Centro de Trabalho para o PCP.

«O valor desse terreno, vendido entretanto ao município, atinge cerca de 35 mil contos, com o pagamento diferido no tempo. A compra do Centro dá-se quando um brasileiro

Guimarães também vai ter novo Centro de Trabalho do PCP

Guimarães vai ter novo Centro de Trabalho. Casa já há. É um velho prédio adquirido, bem ali no centro histórico da cidade-berço da nacionalidade como Guimarães se orgulha de ser. Estão previstas obras de restauro. E em andamento, uma campanha de fundos de 15 mil contos. Na noite do passado sábado, tínhamos encontro marcado no velho CT para falarmos disso tudo. Mas acabámos em casa de um dos camaradas, deixando a conversa para depois da entrevista televisada de Carlos Carvalhas. E para depois dos comentários inevitáveis ao modo como a entrevista fora conduzida e às intervenções surpreendentes do convidado-surpresa. Mas estávamos ali para falar de trabalho e de projectos...

O camarada Manuel Veloso, da Comissão Concelhia, falou com entusiasmo de se haver conseguido uma aspiração antiga dos militantes do concelho — a compra de um Centro de Trabalho. Tratava-se de uma velha casa devoluta, adquirida por 8 mil contos, estimando-se em cerca de 7 mil as despesas na sua recuperação. Por isso a Campanha de 15 mil contos em curso.

Em torno da conversa, mais três camaradas — Cândido Capela, vereador comunista de Guimarães, Adão Martins, ambos da Comissão Concelhia, e o jovem Miguel Cunha, da Concelhia da JCP.

«O arranque da Campanha foi em Novembro, e prevê-se que dure um ano», diz ainda Manuel Veloso. «Temos um sistema de mensalidades — 12 títulos — para contribuições na organização do Partido. E há as abordagens, para recolher outras contribuições fora do Partido também. Pensamos ter, por outro lado, um stand próprio na área do distrito de Braga, na Festa do «Avante!», para angariação de fundos para a campanha. E outras iniciativas surgirão. Já fizemos dois convívios, embora saibamos que este género de iniciativas seja mais importante do ponto de vista político do que propriamente do ponto de vista das receitas.»

Um Partido necessário

«O balanço é positivo», diz Manuel Veloso, considerando o que já se fez e as condições actuais. «Ultrapassá-

mos os dois mil contos. Claro que é possível fazer melhor. Há possibilidades disso. No plano da organização ainda há muito a fazer. Mas os compromissos já assumidos dão-nos uma boa base — cinco a seis mil contos. O que é preciso é dinamizar a campanha».

O camarada Cândido Capela intervém por sua vez:

«No fundo, com as características deste concelho, muito disperso, e com a organização a reflectir isso mesmo, equivale a dizer que a campanha tem apenas três meses. Podemos dizer que entrou apenas até Janeiro. Fevereiro e Março ainda não começaram a entrar.»

E afirma:

«A campanha tem condições para ser um sucesso. Por aquilo que conhecemos de campanhas tão longas, vai ter de haver um esforço para estimular não só os militantes mas também os amigos. E até gente de outros partidos.»

«Tendo em conta que vivemos num concelho em crise — com o têxtil, com o calçado — tendo em conta esse facto e o andamento da campanha, podemos dizer que ela já é politicamente um êxito. E revela que também no aspecto económico e social o Partido está ligado aos trabalhadores do Vale do Ave e Guimarães. Que os trabalhadores sentem a necessidade do Partido.»

Os camaradas falam da simpatia que cresce em torno do Partido, mesmo entre gente do PS, de independentes, entre gente de esquerda e até do PSD. O que é motivo de satisfação. E contam: «Sentem que este Partido Comunista, em Guimarães como no país, faz falta à democracia. Há quem diga — eu dou porque penso que o PC é necessário, mas não tenho nada a ver convosco»...



É bem no centro histórico de Guimarães. A casa da esquerda, toda granito, vai ser recuperada. Não tarda, os comunistas terão ali um novo Centro de Trabalho



A partir deste momento, Famalicão tinha novo Centro de Trabalho do PCP

aborda o Partido propondo-se comprar ao proprietário o antigo CT. Como contrapartida da saída, o Partido, depois de negociações, recebeu 9 mil contos.

«Isto foi em Maio do ano passado. Vimos para aqui em meados do mês seguinte, pois era condição sairmos em 15 dias. Logo adquirimos estes dois andares — aquele em que funciona o CT e o andar de cima, que é dedicado à Fundação,

para cumprir a vontade expressa do amigo que fez a doação.»

E porquê a inauguração tanto tempo depois? É ainda o camarada Barbosa que explica:

«Tratava-se de um andar de habitação. Foi necessária a autorização da Câmara Municipal e a respectiva inscrição na Conservatória. Ultrapassada essa fase, a inauguração foi prevista há cerca de um mês e veio a concretizar-se no sábado passado».

O futuro

«Estamos contentes», diz Manuel Barbosa. «E sobretudo esperanças de que estas instalações venham a atrair a actividade de camaradas menos ligados ao Partido.»

A conversa alargou-se aos outros camaradas, quando se falou da inauguração que assinalou igualmente o 72.º aniversário do PCP e de que demos breve notícia a propósito da

visita do camarada Álvaro Cunhal. Mesmo assim não deixamos de relembrar alguns dos aspectos da jornada, de que os camaradas falaram com entusiasmo: uma festa. Com os zé-pereiras a percorrerem as ruas centrais da cidade, logo a partir das 10 da manhã, com a bandeira vermelha levada por jovens, à frente dos tambores.

Cerca das 16 horas, chegava Álvaro Cunhal, com muita gente a aguardá-lo cá fora, efusivamente cumprimentado. Numa sala apinhada de gente falaram então Manuel Barbosa e Margarida Malvar, militante do Partido e sobrinha de Joaquim Malvar Ramos, que lembrou a figura do tio, já falecido, e que, não sendo militante comunista, soube compreender a importância do Partido e tornou realidade um sonho dos comunistas de Famalicão. Depois das breves palavras de Álvaro Cunhal, usaram ainda da palavra alguns presentes, em improvisos emocionados. Entre eles, o presidente da Junta de Freguesia de Santiago d'Antas, trabalhador e socialista, que se referiu à importância e ao papel do PCP.

O descer da placa assinalando a inauguração do Centro de Trabalho, foi sublinhado por doze morteiros, à boa maneira do Minho. E cantou-se: o «Avante, Camarada», a Internacional, o Hino Nacional. Cá fora, uma merenda oferecida pela Comissão Concelhia. E cantares, pelo grupo



Um velho prédio, onde ficam a morar as memórias de um passado recente de lutas e de resistência

«Pedra d'Água» e por um cantor famalicense, Vítor Rui. E os camaradas sublinharam-nos a importância da inscrição de três novos militantes.

Agora é continuar a campanha de fundos. «A imaginação dos camaradas vai começar a ser posta à prova», dizem-nos. «A campanha arrancou com quatro prémios sorteados em Janeiro. Conseguiu-se realizar já cerca de um milhar de contos. Um dos prémios, uma câmara de vídeo, foi entregue; dois outros não foram reclamados; um outro reverterá para a compra de uma máquina de café»...

Paralelamente à «toto-rifa», há outras iniciativas previstas — um almoço em que se prevê vender-se cartões de contribuição. Raul Sampaio lembra que se vai avançar com novo sorteio. O primeiro foi bem recebido.

Entretanto, há muito trabalho a fazer. Mas o novo Centro, a casa do Partido, aí está, pronta para servir o futuro.

Um projecto em andamento

Falamos depois das obras previstas. É de novo Cândido Capela quem toma a palavra:

«A casa é bem no centro histórico. Nós, os comunistas vimaranenses, gostamos muito dele e as obras vão não só corresponder àquilo que foi a casa centro, mas ter a funcionalidade necessária ao trabalho partidário. Esperamos conjugar esses dois interesses com os técnicos do projecto, que está já bastante adiantado».

Manuel Veloso explica como vai ser:

«No rés-do-chão vai haver uma área aberta, com uma livraria, e outra área destinada ao convívio dos militantes. O prédio tem dois andares e umas águas-furtadas. É a parte destinada às salas de reuniões e aos gabinetes de trabalho».

E a anterior sede?

«Pensamos mantê-la. Não só enquanto as obras durarem, mas também depois, tendo em conta as necessidades do trabalho político e a pujança que o Partido virá a assumir em Guimarães. Há condições para isso. E há também a gente nova, a JCP, que melhora o seu trabalho com a sua influência na juventude».

O camarada Miguel Cunha seguia com interesse esta parte da conversa. E confirma:

«Estamos a crescer. Em trabalho, em número, em influência. E a tentar alargar em todos os campos. A JCP gostava de ter uma sede própria... Se ficar aquela...»

Fala da influência da JCP em Guimarães:

«Recuperámos no Secundário; ganhámos influência nas universidades, juntos com os de Braga. Agora, o mais forte é a juventude trabalhadora. Tudo gente muito nova, a mostrar peito para trabalhar durante uns anos...»

Os camaradas pensam arrancar com as obras do novo Centro no fim do mês. E esperam inaugurar em finais de Outubro, utilizar o novo Centro de Trabalho na batalha política das autárquicas.

Cândido Capela sublinha:

«Nesta situação, meter ombros a uma iniciativa destas, que exige dinheiro, supõe que estamos convencidos de ganhar esta batalha. Se a mensagem do Partido não voltasse a ser de novo aceite, como é, isto não seria possível. A vida demonstra o contrário. Estamos a melhorar a nossa capacidade e a nossa influência. Não é um Partido a decair que se mete numa obra destas. Estamos convencidos de que vamos crescer. E que estamos para durar!»

Gente da CDU

Aproveitámos o facto de encontrarmos o camarada Cândido Capela, que é vereador comunista em Guimarães, para recolhemos um breve depoimento sobre o andamento dos trabalhos preparatórios para as autárquicas no concelho.

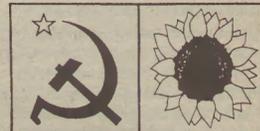
«Estamos a desenvolver um trabalho aprofundado, embora não espectacular, de contactos individuais, directos, no sentido da formação de listas para os vários órgãos autárquicos», disse-nos o camarada. «Listas que reproduzam as características da CDU — a honestidade, a transparência, a competência —, com gente disponível para se dedicar à defesa dos interesses das populações, candidatos que, neste ou naquele lugar, aos vários níveis, se mostrem sérios e capazes de trabalhar em equipa.»

«Precisamos de renovar as listas», disse ainda, «reflectindo a dinâmica de crescimento da JCP nesta zona do país, que é das mais jovens, em que a juventude tem um peso dominante, e aumentando também o número de mulheres.»

«Os nossos contactos têm extravasado a área tradicional da CDU, com gente de outros partidos, gente séria, que estaria bem nas nossas listas. É gente com provas dadas a nível da honestidade, da capacidade de diálogo, que funciona colectivamente, contrariando a tendência da gestão personalizada e concentrada nas primeiras figuras.»

«Estes contactos têm sido positivos. Se nem toda a gente está disposta a aceitar integrar-se na CDU, nota-se uma grande vontade de mudar em Guimarães, um grande descontentamento face à actual gestão do PS e em relação às anteriores, do PSD, que já lá estiveram e se desacreditaram; uma vontade de que venha gente nova.»

«Estamos a trabalhar no sentido de criar condições para o crescimento da CDU, para concorrer a um grande número de órgãos autárquicos. Em relação à Câmara e à Assembleia Municipal, pretendemos formar equipas que reflectam a ideia de que, eleitas, são capazes de trabalhar para o desenvolvimento de Guimarães.»



O que são hoje os intelectuais em Portugal (II)

(algumas notas para um trabalho necessário)

Na primeira parte deste artigo, foi anotada a importância partidária do estudo do problema, sublinhada a necessidade de aprofundamento de conceitos e foram registadas de forma muito sumária, algumas tendências do desenvolvimento da intelectualidade na sociedade portuguesa. Completam-se hoje as notas iniciadas no "Avante!" da semana passada.

O sector do ensino superior

Um aspecto para o qual importa chamar vivamente a atenção diz respeito à evolução do ensino superior em Portugal, quer em relação ao número de alunos, quer de docentes e para as suas profundas consequências.

Começando pelos professores do ensino superior, importa destacar que em 1960 eles pouco ultrapassavam os 1500, em 1974 já ascendiam a 3800 e no ano lectivo de 89/90 o seu número atingia os 13 200 no ensino público e um número estimado de 2.500 no privado.

Tem igualmente um significado importante (embora os números de base sejam pouco significativos) a evolução registada ao nível das pós-graduações e em particular o significativo crescimento do número de doutoramentos na última década, quer os obtidos em Portugal, quer os obtidos no estrangeiro e que tiveram equivalência.

No que respeita ao número de alunos do ensino superior a sua evolução apresenta um duplo interesse: enquanto principal "origem" dos futuros trabalhadores intelectuais; e eles próprios, no presente, constituindo já um importante sector da intelectualidade, caracterizado pelo seu particular sentido inovador e vitalidade.

O crescimento do número de alunos matriculados no ensino superior tem sido, como se sabe, acelerado: 24 mil em 1960, 49 mil em 1970, 84 mil em 1980, 157 mil em 1990 e, segundo estimativas oficiais, já terá ultrapassado os 200 mil em 1992.

Em relação a esta expansão do ensino superior, importa fazer três observações.

A primeira, para referir o facto da taxa de frequência do ensino superior no nosso país, apesar do crescimento verificado, ainda continuar a ser baixa e estar distante dos níveis existentes noutros países da CEE.

Em segundo lugar, interessa referir que a expansão do ensino superior que se verificou desde 1985 aparece ligada, em alto grau, à política do Governo de fomento do ensino privado, na maior parte dos casos sem qualquer qualidade. Repare-se que o número de vagas no ensino privado ultrapassou, em 1991, o número de vagas no ensino público e que esta tendência, a manter-se, significará que dentro de 3 ou 4 anos o ensino superior será maioritariamente privado no nosso país. Situação que determina, naturalmente, linhas de influência na área intelectual e problemas cuja complexidade não pode ser subestimada.

Por último, o desenvolvimento em termos regionais dos dados relativos à expansão do ensino superior evidencia, a par dos pólos tradicionais (Lisboa, Coimbra e Porto), o desenvolvimento nas últimas duas décadas de outros importantes centros do ensino superior que estão a alterar significativamente a paisagem intelectual do país.

Se a estes dados sumários sobre os alunos e sobre os docentes se acrescentar a rápida evolução que tem vindo a registar-se no que respeita à frequência de cursos de pós-graduação; se anotarmos, também, o crescente peso da investigação (e do número de investigadores) nas instituições de ensino superior; e se tivermos em conta a crescente importância da formação contínua para várias profissões intelectuais e o papel que os estabelecimentos de ensino superior são chamados a desempenhar nessa formação; se, noutra perspectiva, observarmos a evolução verificada em muitos cursos e os reais progressos registados em vários domínios (como, por exemplo, o das ciências sociais e humanas, particularmente mutiladas durante o regime fascista), - não parece difícil de demonstrar a crescente influência que o ensino superior, e em particular o universitário, está a exercer e vai exercer na vida intelectual do nosso país.

Dito isto e reconhecidos os (grandes) atrasos acumulados, compreender-se-á por que os comunistas necessitam de prestar uma atenção muito particular em relação a esta realidade.

Analisar as estratificações

O reconhecimento da heterogeneidade social e classista dos intelectuais impõe que, na análise do que são hoje os intelectuais em Portugal seja indispensável examinar o problema de um outro ângulo muito importante e mesmo fundamental para a nossa intervenção em termos

sociais e políticos - é a questão do estudo das estratificações existentes no seio das várias profissões intelectuais.

É certo que as estatísticas (mesmo pouco actualizadas e fiáveis como aquelas de que dispomos) nos permitem alguma visibilidade em relação aos intelectuais que são trabalhadores por conta de outrem, ou isolados (profissionais liberais) ou patrões.

Mas a questão acaba por ser muito mais complexa.

Porque, por um lado, há intelectuais referenciados como "patrões" e também como "isolados", em que essa referência encobre afinal situações de dependência em relação a grandes empresas, de pluriactividade de precarização do trabalho e, objectivamente, de intensificação da exploração. E importaria averiguar até que ponto a tendência para a redução (ainda que ligeira) da taxa de assalariamento dos quadros verificada na última década tem a ver com esses fenómenos. Por outro lado, aparecem intelectuais classificados estatisticamente como "trabalhadores por conta de outrem" que se encontram em situações completamente diferenciadas e que importa distinguir: desde autênticos "assalariados", compartilhando do destino e da luta dos restantes trabalhadores, nuns casos; até autênticos "empresários", noutros casos; e entre essas situações extremas, o aparecimento de todo um conjunto de situações intermédias, com expressão em termos de carreiras, leques salariais e regalias, com situações mistas ("assalariados e "isolados" e "assalariados" e "patrões"), em torno das quais se desenvolvem contradições e divisões (designadamente ao nível da representação sindical e profissional) de que as entidades patronais, amiúde, procuram tirar partido.

A análise dos complexos mecanismos de diferenciação social interna ao nível dos intelectuais envolve, também, o estudo tanto de processos de natureza objectiva - como o da dimensão individual e da dimensão colectiva do trabalho intelectual, do grau de especialização, da desvalorização (relativa) das licenciaturas face a percursos formativos mais longos necessários para certas profissões, etc. - como a consideração das circunstâncias políticas e de classe que fazem prevalecer alguns interesses contra



EDGAR CORREIA
Membro
da Comissão Política

O reconhecimento da heterogeneidade social e classista dos intelectuais impõe examinar o problema de um outro ângulo: o estudo das estratificações existentes no seio das várias profissões intelectuais.

outros ao nível do domínio de conhecimentos com maior "valor" e do correspondente "nível" profissional.

O que são / como intervêm

O aprofundamento da compreensão (na linha do que a Resolução Política do XIV Congresso já atrás citada aponta) das profundas alterações que têm vindo a verificar-se em Portugal ao nível dos intelectuais e quadros técnicos e científicos é um trabalho que exige um esforço de pesquisa e a concorrência de estudos de base e reflexões que em grande parte não existem e cuja realização, por isso, importa promover e estimular, seja ao nível do Partido seja (também) num plano mais alargado.

É evidente que a dinamização de linhas de intervenção concreta e a promoção de iniciativas do Partido em torno de questões sectoriais específicas constituirá também um apoio muito importante.

Mas não menos importante, pensamos, são os elementos que a própria análise da prática social, cultural e política destes sectores nos podem ajudar a carrear para a resposta que procuramos.

E é nesta perspectiva que a análise da intervenção, hoje, dos intelectuais em Portugal ganha um particular interesse.



Realizadas já mais de 200 iniciativas Elevado número de adesões à JCP marca preparação do 4º Congresso



Afirmado a necessidade de prosseguir e desenvolver a luta estudantil para pôr cobro à actual política de ensino, a JCP considera que as declarações de Couto dos Santos sobre a impossibilidade de ingressarem na função pública os estudantes que não paguem propinas traduzem a desorientação e aflição do Governo; sendo de duvidosa constitucionalidade, tais intenções revelam as injustiças da lei e da própria política de educação, bem como a incapacidade do executivo laranja para encetar uma reforma global do Ensino Superior.

A Juventude Comunista Portuguesa vê com preocupação a insistência do ministro da Educação na proposta de integração dos Serviços Sociais nas universidades, sem estas terem garantido o correspondente reforço orçamental, e considera que é fundamental a responsabilização do Estado no financiamento de todo o sistema educativo.

Num comentário a recentes declarações do ministro Fernando Nogueira - que deu o dito por não dito e veio constatar publicamente aquilo para que os estudos militares conhecidos já apontavam, a inviabilidade de um serviço militar obrigatório de 4 meses - a JCP classifica-as como um espectáculo triste. Acusando o Governo de ter mentido aos jovens portugueses por razões puramente eleitoralistas, a JCP considera exigível que o executivo

assuma agora a responsabilidade do que prometeu. A Juventude Comunista Portuguesa reafirma a sua defesa de um serviço militar obrigatório diferente, que corresponda às necessidades do País e que respeite os direitos dos jovens, valorize a sua participação e garanta melhores condições de prestação (nomeadamente, a elevação do valor do *pré* para 70 por cento do salário mínimo nacional, o direito a transportes gratuitos, a instituição de mecanismos que garantam a transparência na instrução).

O nível alarmante que atingiram os problemas da toxicod dependência e do narcotráfico, afectando particularmente os jovens, exige a adopção de medidas enérgicas para a prevenção, o tratamento e a reinserção dos toxicod dependentes e para o combate ao tráfico de droga, afirma o Executivo da DN, recordando que o PCP e a JCP já adiantaram propostas sobre esta matéria no projecto de lei apresentado na Assembleia da República.

É da máxima importância, para a JCP, o substancial reforço da capacidade dos serviços públicos dedicados ao tratamento e à reinserção social de toxicod dependentes.

Estes serviços não ultrapassam as 50 camas, o que deixa dezenas de milhar de toxicod dependentes sem alternativa de tratamento ou sujeitos muitas vezes ao negociadismo sem escrúpulos.

As mais de duas centenas de iniciativas já realizadas no âmbito da preparação do 4º Congresso revelam um envolvimento crescente da organização, quer na discussão dos documentos, quer na eleição de delegados, quer na promoção e divulgação da reunião magna marcada para 3 e 4 de Abril, no Barreiro.

Esta apreciação foi feita na semana passada pelo Executivo da Direcção Nacional da JCP, que regista o interesse particular que tem merecido, na discussão dos documentos, a base programática «Agir para transformar».

Numa nota divulgada à comunicação social após a reunião, o Executivo da DN regista ainda o elevado número de adesões à JCP que neste período se tem verificado e que demonstra a actualidade dos ideais e das propostas dos comunistas portugueses.

Na reunião de dia 9 de Março foram ainda abordados alguns aspectos actuais da situação da juventude e da política do Governo PSD.

O pacote da habitação

Lamentando o quadro em que esta acção é desenvolvida, à boa maneira dos Governos PSD - ou seja, sem uma participação alargada dos agentes interessados na elaboração das medidas, sem definição de um programa claro de ataque ao problema da habitação nas suas várias vertentes, e procurando, antes de mais e sempre, as declarações bombásticas e o impacte eleitoral - a JCP considera positivo que o Governo tenha, finalmente, dado resposta a uma parte das suas responsabilidades em matéria de habitação, libertando verbas que as autarquias há anos reclamam.

Na nota sobre a reunião de dia 9 do Executivo da DN, a JCP começa por responsabilizar o PSD, há anos no poder, pelo actual quadro dramático da habitação em Portugal: por um lado, o PSD é o primeiro responsável pela degradação da situação

económica e social de milhares de famílias e, por outro lado, teve sempre uma política de habitação demagógica e ineficaz, onde o pouco que foi feito nunca demonstrou uma capacidade e vontade de dar resposta ao problema.

Assim, afirma a JCP, o pacote de medidas anunciadas por Cavaco Silva no dia 9 de Março é novamente uma resposta pontual a uma situação específica e não vem resolver o problema do acesso à habitação por parte dos jovens; uma vez que não intervém na área do arrendamento nem procede à urgente revisão do regime de crédito jovem.

A JCP alerta para o facto de haver questões ainda por regulamentar que poderão, em muitos casos, levantar obstáculos intransponíveis às autarquias para o acesso a este programa.

É pró menino e prá menina!

Aproveitar o envolvimento e a motivação da organização para ir mais longe no global das questões abordadas e na profundidade ou amplitude das mesmas, debater, analisar e interrogar questões através dos documentos colocados na discussão, é uma, entre outras, das formas de participar e contribuir para enriquecer o debate a propósito da realização do nosso IV Congresso!

O tema escolhido, jovens mulheres ou raparigas, pela primeira vez em documentos preparatórios de um Congresso da JCP tratado na especificidade, até por isso mesmo e pela complexidade da matéria, tem suscitado debate interessante e motivador.

Questões como o direito ao ensino, ao trabalho, a igualdade de oportunidades, o direito ao amor, o papel na sociedade, a participação na vida política, na vida associativa, entre outras, de uma perspectiva juvenil, podem ser tratadas e apreciadas globalmente; no entanto, se tratarmos em duas vertentes, rapazes e raparigas, constatamos que as especificidades têm relevo e merecem atenção e tratamento adequados.

Ideias, concepções e padrões têm sido defendidos e propagados durante anos sobre o papel da rapariga e a sua postura; aqui é de sublinhar a responsabilidade da igreja pela sua actuação em defesa de padrões conservadores, que levaram à existência de diferentes padrões de comportamento normal para o rapaz e para a rapariga, assumindo diferentes expressões, dependendo do desenvolvimento cultural, ou da zona onde vive (interior ou grande centro urbano).

O direito ao trabalho é tratado na Lei Máxima do País como comum a qualquer cidadão. Na prática, verifica-se o desemprego crescente, o trabalho infantil, o trabalho precário e, também por via disso, da concepção da mulher como capaz apenas para determinadas tarefas, o que cria dificuldades acrescidas à entrada da mulher no mundo do trabalho, bem como à manutenção do posto de trabalho, por via dos contratos a prazo e outros vínculos precários. Tal situação é de tal forma complexa que permite perpetuarem-se situações de tentativa de assédio sexual em troca de estabilidade de emprego; naturalmente, pela situação criada, pelas dificuldades materiais e pelo desenvolvimento cultural e ético dos envolvidos, esta situação pode-

rá ser suscitada por ambas as partes, entidade empregadora e empregado!

No plano da sexualidade e da relação amorosa entre os jovens, muitos tabus foram ultrapassados, subsistindo no entanto traços de dificuldade de aceitação relativamente a algumas matérias sobre o papel que cabe a cada um dos jovens, que são sem dúvida marcados pela influência da sua formação na infância e adolescência. Hoje é normal que a iniciativa de propor uma relação mais afectiva ou mesmo uma simples curtição ou mesmo uma relação mais intensa sem compromissos posteriores possa partir da rapariga e essa situação (especialmente nos centros urbanos) é aceite, melhor seria que fosse natural; mas enfim, se falarmos numa rapariga que tem uma relação amorosa com vários rapazes (situação que seria normal para um rapaz), aí a aceitação já é menor e a compreensão mais reduzida.

Seria inoportuno não registar que o grosso do problema é do sistema, deste capitalismo «desenvolvido» em que vivemos, numa formação e desenvolvimento cultural a que não temos acesso (o grosso dos indivíduos), de uma formação escolar marcada pelas diferenças entre indivíduos de sexo oposto, numa sociedade engolida pela imagem, onde as imagens do homem ou da mulher são utilizadas como utensílios propagandísticos, onde as capacidades do indivíduo se medem tantas vezes pela sua apresentação, pela sua forma de vestir ou falar, numa sociedade que continua a relegar a mulher para um papel secundário, sem aproveitar as suas capacidades e potencialidades procurando sempre justificar com as suas debilidades naturais.

Na JCP, pela dinâmica da sua actuação, essas diferenças têm diminuído e exemplo concreto e positivo disso é a forma igual como na preparação da Festa do «Avante!» (na implantação) jovens de ambos os sexos assumem as suas responsabilidades, compartilham tarefas, convivem e divertem-se sem complexos e preconceitos, consolidando uma postura correcta e agradável!

Por isso, também por isso... somos jovens comunistas.

Agimos para transformar!

■ **Joaquim Tavares**
Membro do Secretariado da DN da JCP

Plenário em Vila Franca de Xira

Em Vila Franca de Xira, no centro de trabalho do PCP, reuniu no dia 6 de Março o plenário concelhio anual da JCP.

Cerca de três dezenas de participantes, como se refere numa nota de imprensa que chegou à nossa Redacção, fizeram o balanço da actividade e perspectivaram as grandes linhas de acção para o próximo ano, destacando-se no imediato a participação no 4º Congresso e a dinamização da Juventude CDU. Por unanimidade, foi eleito o novo executivo concelhio da JCP.

Após o plenário, em que participou João Frazão, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP, foram entregues os cartões de 1993-94 aos camaradas presentes.

A um jantar de confraternização seguiu-se um animado convívio, que durou até às tantas e contou com a presença de muitas dezenas de jovens.

O dia 6 de Março foi assinalado cantando os parabéns ao PCP e apagando as velas do indispensável bolo de aniversário.



Mulheres

Uma situação desigual

■ **Manuela Bernardino**
Membro do Comité Central

Nos tempos que correm, conturbados pela proliferação de conflitos étnicos, pela generalização da degradação de importantes aspectos da vida social, pela extensão e profundidade da crise económica, pelo reformismo que perpassa o movimento operário e algumas forças da esquerda - é grande o impacto desta situação nos problemas, preocupações, anseios e aspirações das mulheres nos mais diversos países e regiões do mundo.

Mesmo a partir de elementos dispersos, terá, por certo, interesse trazer aqui, ainda que de forma sucinta e parcelar, elementos que contribuam para a reflexão sobre a interligação entre o processo de libertação das mulheres e os avanços e recuos na evolução da situação mundial.

No longo e sinuoso percurso da luta emancipadora das mulheres, talvez nunca se tenham conjugado tantos factores negativos que estão a conduzir a perdas de regalias e conquistas que, em muitos países, libertaram em grande parte a mulher de jugos ancestrais, permitindo-lhe o acesso a áreas do trabalho e formação profissional que anteriormente lhe eram vedadas, ao ensino e à cultura, à assunção de responsabilidades a todos os níveis do poder político, a um novo estatuto na família.

Vítimas da crise

Na Europa dos 12 e na fila dos países desejosos de a ela aderir, bem como na generalidade dos países capitalistas desenvolvidos, a profunda e já prolongada crise do capitalismo reflecte-se em todos os aspectos do quotidiano mas é, contudo, mais evidente onde as políticas neoliberais se arvoraram em "salvadoras". Incidindo em maior ou menor grau, em diversas classes e camadas sociais, atinge particularmente não apenas em número, mas também em aspectos específicos, a situação das mulheres. De facto, são elas quem mais sofre com o crescimento do desemprego e da miséria, com a degradação do serviço público da saúde e do ensino, com a restrição na segurança social, com a queda dos salários reais.

No plano da protecção materno-infantil, o Conselho da CE trouxe para a ribalta concepções que todos julgavam ultrapassadas - a gravidez considerada como doença, em termos de reembolso da baixa, a par de procurar uniformizar por baixo esta regalia/conquista das mulheres e do movimento operário, com o alongamento do período de licença de parto que apenas beneficiaria 2 Estados. É o não cumprimento da legislação relativa à Interrupção Voluntária da Gravidez, são as limitações ao planeamento familiar, importantes conquistas que marcaram um período do movimento feminino. Estes ataques assumiram a forma de intensa campanha em todo o mundo durante o ano de 1992. Em França, com legislação sobre a matéria desde 1967, grupos extremistas destroem centros de planeamento familiar, o governo tenta retirar a comparticipação no custo das pílulas; na Polónia gera-se significativa mobilização contra uma legislação que, com o apoio da Igreja, pretende criminalizar o aborto, conduzindo a divisões parlamentares no seio dos partidos que apoiam Walesa; na Irlanda manifestações pró e contra, bem como nos EUA, em que aparece como importante tema da campanha eleitoral.

Em numerosos países da África, Ásia e América Latina, a dependência imposta pelos países industrializados e desenvolvidos, explorando as suas riquezas e a mão-de-obra, reflecte-se particularmente na vida das mulheres.

As gritantes desigualdades que se acentuam, entre os países capitalistas desenvolvidos e o chamado 3º Mundo, podem ser ilustradas pela comparação de índices respeitantes a aspectos da vida das mulheres. O analfabetismo feminino em África é de 63%, enquanto na Europa rondará os 20%; a frequência de mulheres no ensino secundário na Austrália é de 88%, enquanto no Afeganistão é de 4%; a esperança de vida cresce na Europa e a natalidade é controlada (na Alemanha cada mulher, em média, não chega a ter 2 filhos, enquanto, por exemplo, no Ghana as mulheres têm em média mais de 6 filhos); na Grã-Bretanha 77% das mulheres usam anticoncepcionais, no Quênia apenas 8% e 1% em Angola; relativamente à morte de parturientes, registam-se na Noruega 8 casos por cada 100 mil partos e 106 na Jamaica; no conjunto de África, em cada 19 mulheres uma morre durante o período de gravidez, enquanto no Sul da Europa uma em cada 10 mil.

Passos à retaguarda

A derrocada do socialismo nos países do centro e leste da Europa constituiu um enorme retrocesso no processo

de emancipação das mulheres, não apenas naqueles países como também afectou as perspectivas da sua luta emancipadora à escala mundial.

O emprego, garantia fundamental para a emancipação das mulheres, passou a ser elemento de discriminação no processo de transição para o capitalismo dos países da Europa do Leste. Na grande massa dos desempregados que hoje existe nesses países, a maioria são mulheres - 80% na cidade de Moscovo, o dobro dos desempregados masculinos na ex-RDA. E o que aqui se passa contraria qualquer tese dum processo de unificação, sobressaindo antes o carácter da anexação forçada, do domínio e da exploração, bem visíveis em situações e aspectos que atingem não apenas conquistas trazidas pelo socialismo às mulheres, mas a sua própria dignidade. Numerosas empresas passaram a exigir como garantia de acesso das mulheres a um posto de trabalho que não se tornassem mães. Tais imposições, associadas à dificuldade



do recurso ao planeamento familiar, pela inacessibilidade dos seus custos, têm levado à prática da esterilização (predominantemente de mulheres, ainda sem filhos, na casa dos 20-30 anos), ilustrada pelos números da cidade de Magdburgo - de 8 casos em 89 passou para 1200 em 91. Em causa está a impossibilidade de recorrer ao avanço de conhecimentos e técnicas que, no socialismo, foram amplamente colocados ao dispor das mulheres, para ultrapassar constrangimentos biológicos e que, a par de estruturas sociais, permitiam ao casal e à mulher determinar a conjugação da actividade profissional com a vida familiar.

Se é certo que, nas experiências vividas da construção do socialismo, e nas que hoje prosseguem, a igualdade plena mulher/homem não foi alcançada, importa referir que, no essencial, esse facto não resulta de discriminações ou de lhe estarem vedadas áreas de intervenção. O peso de hábitos e tradições determinou a ocupação, de forma quase exclusiva pela mulher, dum espaço que não se abriu em igualdade ao homem - o das tarefas da casa, incluindo o acompanhamento dos filhos.

No Congresso Mundial das Mulheres, realizado em Moscovo em Junho de 1987, Gorbachov afirmava que "a condição da mulher era um "barómetro" da democracia de qualquer Estado" e o "seu grau de emancipação o índice natural da emancipação da sociedade" mas, pouco depois emergem tendências retrógradas que preconizam o regresso das mulheres às tarefas da casa, como único factor da coesão da família, enaltecendo o seu papel como educadora "privilegiada" e o seu contributo para travar a delinquência juvenil. Esta teorização, virada para

a grande massa feminina, contribuiu para desarmar no plano ideológico o povo soviético para o necessário processo de renovação do socialismo.

A história recente, no plano mundial, põe em evidência como a construção de uma nova sociedade, apesar dos desvios e erros cometidos, trouxe para as mulheres importantes avanços na luta pela igualdade. Em países como a China, secularmente atrasada a meio do nosso século, a construção do socialismo tem permitido que, nestas quatro décadas, importantes avanços tivessem sido concretizados no caminho da emancipação da mulher, e que em Cuba, o Estado socialista tenha encontrado formas, perante o carácter impiedoso do bloqueio, de não pôr em causa aspectos essenciais da vida das mulheres, como o seu afastamento dos locais de trabalho e da intervenção na sociedade.

Entretanto, a evolução recente da situação mundial também evidencia que o capitalismo, na busca de ultrapassar as suas crises e contradições insanáveis, acentua as discriminações relativamente às mulheres.

É necessário lutar por uma solução

As disparidades de situações dão lugar, naturalmente, a conteúdos diferentes quanto às preocupações e anseios das mulheres. Enquanto nos países industrializados, o movimento operário e as organizações femininas lutam contra as discriminações no emprego e nos salários, pela defesa da legislação que consagra conquistas e direitos específicos, se debate o trabalho nocturno, a utilização do tempo no quotidiano e no ciclo da vida, a ocupação dos tempos livres, a idade da reforma, etc., em África, o problema fundamental que se coloca às mulheres é o da sobrevivência, vivida nas longas caminhadas para o transporte de lenha, para cozinhar os poucos alimentos que se cultivam numa terra de que se desconhecem as características e onde os conhecimentos não chegam para a tornar mais produtiva; em que a procura de água é tarefa quotidiana e que, por não ser potável, leva milhões de crianças, em cada ano, a morrer com desintérias, cólera e tifo. Em vários países da América Latina, a plantação generalizada de cocaína e comercializada mundialmente por uns tantos Medellín, empurrou massas humanas para a periferia das grandes cidades, onde se pratica o tráfico de mulheres para prostíbulos da longínqua Ásia, em países como a Birmânia e a Tailândia. Neste submundo do nosso mundo, o conteúdo da luta de emancipação das mulheres é bem diferente - a própria consciência da opressão criar-se-á e desenvolver-se-á num quadro mais amplo da luta emancipadora dos respectivos povos.

É por isso que, em qualquer processo revolucionário, a mulher não só nele se incorpora, como lhe dá corpo, aprofundando as conquistas gerais com as suas próprias, beneficiando-se e fazendo progredir a sociedade. Os movimentos e organizações femininas desenvolvem-se nestas ocasiões, como reflexo das transformações e contributo para vencer preconceitos e limitar discriminações; mas actuam também, e assumem expressão importante, nos períodos de crise porque sobre as mulheres recai com maior peso os recuos e as contradições. No entanto, nestas ocasiões, as mulheres ficam mais permeáveis a concepções ideológicas que visam isolar o seu movimento e/ou contrapô-lo ao movimento operário.

Talvez possamos afirmar que vivemos um destes períodos.

O surgimento de partidos de mulheres, a palavra de ordem "as mulheres nos centros de decisão" traduzida pela reivindicação das "quotas" nas direcções partidárias, aparecendo como concepções e orientações redutoras e exclusivas em alguns movimentos e organizações femininas, introduzem, um carácter mistificador à luta das mulheres pela igualdade.

Lutas e acções de mulheres desenvolvem-se em vários países e regiões. Tanto pela sua diversidade, como pelo seu significado justificariam balanço e valorização que não couberam no espaço destas linhas.

Nós, comunistas portugueses, entendemos que persiste como necessidade objectiva a actualidade de organizações femininas e o desenvolvimento de acções concretas, capazes de dinamizar e ampliar a luta contra a opressão, as discriminações e pela igualdade da mulher, como parte integrante da luta mais geral dos trabalhadores e dos povos pela transformação progressista da sociedade.

SMO

— a "medalha da cambalhota"

Usado e abusado para efeitos de luta político-eleitoral, eis de novo sob as luzes da ribalta o Serviço Militar Obrigatório, denominado agora Serviço Efectivo Normal (SEN).

A Juventuda Socialista anuncia ir promover uma petição exigindo um dia de SMO. A JSD sobe à Tribuna Parlamentar para afirmar "cumpra-se a lei".

Eis como ambas se contorcem e agitam, perante as palavras do ministro Nogueira de que afinal os célebres quatro meses o não vão ser.

O ministro Nogueira sobrepôs os interesses eleitorais do PSD e a promoção da sua imagem, aos estudos então elaborados e aos interesses nacionais, provocando com tal operação de imagem não só legítimas expectativas na juventude — que agora quer defraudar —, como graves problemas de funcionamento nas Forças Armadas.

Mantendo-se fiéis ao oportunismo e com muito jeito para o malabarismo político, eis a JS e a JSD procurando disputar e capitalizar o descontentamento da juventude perante a mentira do ministro Nogueira.

Nesta disputa há desde logo uma curiosidade que é a de as posições se terem invertido. A JSD, que defendia o fim do SMO, exige agora o cumprimento da lei. A JS, que exigia a redução (embora sempre de forma turva, como convém), vem agora dizer "fim ao SMO".

Se a matéria em questão não fosse tão séria, apetecia sugerir ao Ministro Nogueira que criasse a "medalha da cambalhota" e declarasse vencedores *ex aequo*, a JS e a JSD e já agora fizesse a sua entrega no dia 1 de Abril, data conhecida como «o dia das mentiras».

Assumindo uma posição responsável, desde há muito que o PCP e a JCP defendem que o tempo de serviço militar deve ser reduzido. Ao mesmo tempo que afirma a redução, exige a adopção de medidas efectivas visando a dignificação da sua prestação.

Foi com esta coerência que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um conjunto vasto de propostas quando da elaboração da Lei do Serviço Militar. Foi igualmente

com esta coerência que tais propostas foram apresentadas, discutidas e algumas aprovadas nos Encontros Nacionais da Juventude, onde, além de jovens ligados às formações partidárias, participam jovens simplesmente inseridos nas diversas estruturas associativas de juventude.

Mas o que hoje se põem em bicos de pés, procurando a luz dos projectores, inviabilizaram a sua concretização.

Prosseguindo uma linha de serenidade, resultado de quem tem a consciência tranquila, os documentos em discussão para o 4.º Congresso da JCP reafirmam com vigor renovado a adopção de medidas com vista à dignificação material, social, cultural e profissional dos jovens a cumprir serviço efectivo normal (ex-SMO), bem como para os em regime de contrato e voluntariado. Exige medidas que zelem para que não venham a verificar-se discriminações para as jovens do serviço militar feminino. Exige a adopção de medidas concretas que conduzam à redução do tempo do SEN. Exige a alteração da legislação que corta, inconstitucionalmente, os direitos de cidadania.

Aliás, acerca deste último e importante aspecto, o Grupo Parlamentar do PCP já apresentou um projecto de alteração ao Art.º 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.



Sem frenesins eleitorais porque temos trabalho feito. Sem malabarismos demagógico-oportunistas, porque temos princípios e encaramos a acção política com responsabilidade, continuaremos a pugnar pela adopção de medidas que dêem resposta às mais sentidas aspirações da juventude, compatibilizando-as com a necessidade de uma política de Defesa Nacional e Forças Armadas ao serviço de Portugal e dos portugueses, de uma pátria independente e soberana.

■ RF

O «big bang» dos Partidos Socialistas

Enfarte de liberalismo

■ Domingos Lopes

Michel Rocard não é um marxista nem um comunista. E também não é um homem dos partidos da direita clássica francesa. Foi um destacado militante do Partido Socialista Francês. Recentemente anunciou a morte do Partido Socialista Francês. Mais concretamente previu, a explosão do PSF e a sua fragmentação.

Em Itália, de crise em crise nos últimos dois anos, o Partido Socialista Italiano já não aguentou mais tempo o peso insustentável de Craxi. O peso da lama da corrupção atingiu pontos tão altos que o próprio Secretário-Geral do Partido, apesar de contrariado e após ter defendido o posto como um leão, teve de abandonar o cargo que desempenhava. Terá mais tempo para preparar a sua defesa jurídica nos Tribunais.

Em Espanha, o PSOE vê-se confrontado com uma acentuada quebra de popularidade. Os escândalos de corrupção que envolvem destacadas figuras dirigentes do partido quase tapam os grandes escândalos que gente do Partido Popular de Aznar protagoniza.

Os partidos social-democratas e socialistas estão em crise. Nem sequer tiveram tempo de acabar os festejos da derrota do socialismo na URSS e noutros países e já se dão conta que não têm muito para festejar.

Os socialistas no governo, ou na oposição, que se têm identificado com o capitalismo, inclusive na sua versão mais liberal e que fizeram das derrotas dos comunistas no Leste e no Centro da Europa o seu ideário e programa, estão agora a começar a pagar a factura das suas opções.

A pergunta por que tanto sofrem hoje os socialistas, a resposta só pode ser: **por terem realizado a política que realizaram.** E qual foi? A de se terem virado para a direita, para os programas político-económicos liberais mais ou menos na esteira dos que nos anos 80 foram aplicados nos EUA e na Grã-Bretanha pelos conservadores.

Por se terem oposto com unhas e dentes a qualquer colaboração com os partidos comunistas, de quem todos os dias se cansam de andar a assinar certidões de óbito, aliás ilegítimas porque **só aos povos é dado esse direito.**

Os social-democratas e os socialistas estão muito doentes. A doença é complicada de se tratar. Trata-se de um vírus que, não sendo novo, foi transmitido no excessivo contacto dos dirigentes socialistas com os homens de direita. Diz-se que desse contacto estreito e por vezes perverso sucedeu a transmissão do vírus que os levou a um

enfarte de liberalismo, a nova doença que bate à porta dos socialistas.

No poder na Espanha, na Itália, na França, esse contacto levou-os à realização de uma política de direita, em vez da política de esquerda que tantas vezes prometeram. A doença foi-se instalando no corpo das ideias dos socialistas e hoje é o que se vê. Assim sendo, a cura não está no prosseguimento dessa perversão contranatura que os

Nada nem ninguém pode explicar os monumentais trambolhões dos partidos socialistas por terem realizado uma política de esquerda. **A responsabilização pelas derrotas que enfrentam derivam da política de direita que realizaram e realizam.**

O PS de cá ainda continua na pré-história da política. Guterres, seguindo Constâncio e agravando a política de Sampaio para com os comunistas, parte do pressuposto

que arranjando um tal Daniel Beça para dizer aos dirigentes portugueses que o PS é quase igual aos PSD, e repetindo que os comunistas não têm futuro, ganha as eleições e o posto de Primeiro-Ministro.

Europeísta como é, devia tirar as lições dos seus congéneres socialistas europeus. Também ele está ameaçado de **enfarte liberal**, salvo na bela cidade de Lisboa onde o contacto com a esquerda, dá força e vigor à esquerda: socialista e comunista e outras.

A morte bate sempre à porta de todos quanto a vida acaba. Onde vão os socialistas buscar as suas energias

vitais? À direita ou ao povo de esquerda? Ora não é possível ganhar o povo apresentando o mesmo programa que o PSD. Quando se precisa de uma lupa para reconhecer a diferença é porque o **tal vírus liberal** se transmitiu ao PS.

Os socialistas são forças indispensáveis a uma alternativa às políticas liberais, mas quando são eles que protagonizam essas políticas não são alternativa, são o "status quo". Cabe-lhes decidir: se confirmam o «big bang» ou se mudam de orientação e escapam.

-Dis-moi, jolie droite, pourquoi as-tu de si grandes dents?



levou à infecção pelo vírus do liberalismo, mas uma guinada de sentido inverso.

Em abono desta tese existe em Lisboa um bom exemplo de uma vida política por parte dos socialistas que as populações apoiam e renovam o seu apoio.

Ao contrário do que todos os contaminados por esse vírus proclamaram, a coligação do PS com o PCP em Lisboa não levou ao isolamento dos socialistas, nem à derrota da coligação, mas antes à afirmação da sua pujança e ao confirmado apoio popular para vencer de novo, caso se mantenha a Coligação Por Lisboa.

EM FOCO

E a desinformação continua...

■ Francisco Costa

A estratégia informativa que, nos últimos tempos, tem vindo a ser desenvolvida pelos vários operadores de televisão apresenta alguns aspectos essenciais cujos verdadeiros contornos e reflexos, embora merecedores de estudo mais atento, desde já importa não desfocar ou subestimar. Por um lado, como aqui já temos visto, regista-se a visível «necessidade» de evitar aprofundar o escandaloso desfasamento da matéria noticiosa em relação às flagrantes e dramáticas modificações actuais na realidade social e económica do país - sendo que, quanto a este ponto, o surgimento da *concorrência* no panorama televisivo impôs, como condicionante conjuntural, a *aparência* de uma outra postura, por parte do serviço público, face ao «país real». Por outro lado, persiste na generalidade dos canais uma política de informação que, quer na sua forma, quer no seu conteúdo (independentemente dos maiores ou menores rasgos, que são o «sal» da competição), no fundamental aponta para a manutenção de um **único e idêntico dispositivo informativo** que, no plano da actividade política, não só caminha à revelia do mais elementar pluralismo, como se revela **fortemente sectário** e inequivocamente **portador de ideologia** - o que só seria de espantar se não soubéssemos muito bem que o apreçoado «fim das ideologias» não é mais do que uma balela que, a par de outras, se destina a adormecer o respeitável público.

«Fim da ideologia?»
- Que ideia!

Talvez sem surpresas para os mais cépticos na matéria (entre os quais nos encontramos), a «filosofia» da TVI - a chamada *Quatro* - continua a pautar-se,

na generalidade da programação, por uma penosa falta de consistência, mas aparentemente procurando recusar, no campo noticioso, aquela que é a «forma de estar» apanágio dos outros canais - a **informação-espectáculo** -, para circunscrever a sua principal vocação a um tímido debruçar sobre o insondável «país profundo».

Já os casos do Canal 1 ou da SIC - deixando, por agora, de fora a TV 2 - fiam mais fino.

Em relação ao «primeiro» (passe a publicidade...), é fora de dúvida que, sentindo-se o **Governo do PSD** num autêntico beco sem saída, começam a regressar em força ao *écran* as «oportunas» entrevistas aos Ministros, nos *Jornais de fim-de-semana*, ou as indisfarçáveis operações de propaganda das iniciativas governamentais destes últimos dias - que também se destinam, não o ignoremos, à desesperada **recuperação mediática** daquele.

Quanto à SIC, embora passando também por lá alguns ministros, procura-se prosseguir, frequentemente com impate e oportunidade, o contraponto à «governamentalização» do vizinho. E, de facto, as coisas parecem passar-se como se aparentemente ali tivesse acolhimento a voz da Oposição. Mas é precisamente aqui que as coisas se tornam, infelizmente, mais obscuras. É que, afinal, a SIC persegue os mesmos «critérios jornalísticos» de exclusão

que, na sua operação promocional pré-inaugural, dizia criticar aos outros. E, de entre a Oposição, entende pelos vistos privilegiar uma única área política - a do PS - ou personalidades, comentadores e analistas próximos dela; compõe apropriadamente o ramalhete oposicionista com o seguimento quotidiano dos *périplos* de Manuel Monteiro pelo «mundo rural» e outros mundos; mas, como que por ocasional amnésia, olvida e omite a esmagadora maioria das iniciativas do PCP.

Neste campo - entre tantos outros exemplos - é fora de dúvida flagrante o não-tratamento dado à recente Conferência de Imprensa do PCP em que se deu resposta e comentário ao anúncio governamental das «medidas sobre habitação» e se apresentaram ao país «17 medidas para enfrentar os problemas económicos e sociais mais urgentes»; como já tinha sido intolerável o anterior silenciamento do «Plano de Emergência para a Agricultura Portuguesa», apresentado na Assembleia da República; ou como foi tratada, num dos últimos «Jornais da Noite» (11.03.93), a interpelação do PCP ao Governo sobre política de Educação, sub-repticiamente apresentada no *headline* como «**interpelação dos partidos da oposição**» (no plural!) e cujo texto *off* da reportagem assim terminava: «**Entre o caos da Oposição e o tudo do Governo, o Diabo que escolha!**»

Informação sectária? Absurda desqualificação dos políticos? Irresponsável jogo de palavras, para ensaio imberbe de «exercícios de estilo»? Sem dúvida! Mas, também, a prova provada de que, na SIC como no Canal 1, aquilo que transparece (e voltamos ao início) é a re-produção e acumulação dos postulados da «ideologia dominante», da **ideologia burguesa**, apareça ela, num caso, tintada de laranja carregado ou, noutra caso, desmaiada de rosa pálido.

Um Congresso visto por canudos

Mas tudo ficaria, definitivamente, mais claro ao seguir-se o trabalho de cobertura que, sem excepção, manchou a credibilidade informativa do Canal 1, da SIC ou, mesmo, da *Quatro*. Por ali passaram os lugares-comuns e os *clichés* que a classe dominante impõe aos seus aparelhos ideológicos. E, estando o PCP, como vimos, frequentemente ausente da restante matéria noticiosa, ele acabou desta vez por estar em primeiro plano, porque interessava atingi-lo pela calúnia e pela falsidade, através de uma visão maniqueísta sem paralelo - pelos vistos, a única forma pela qual os superiores interesses da burguesia autorizam que ele seja tratado nas televisões portuguesas.

Aquilo que, na preparação e debate dos documentos programáticos do Congresso e na elaboração e eleição da lista para os órgãos dirigentes da CGTP, foi o espelho complexo, mas normal, da discussão democrática de trabalhadores, de sindicalistas, naturalmente provenientes de várias sensibilidades políticas, num confronto de ideias e de projectos geradores de diversas correntes de opinião sobre a actividade sindical, a luta e as posições de classe da maior organização social portuguesa - e cujo contexto e resultado final, eminentemente democrático, tem a sua expressão na transparente formação de maiorias e minorias, apostadas na convergência para a unidade e os consensos necessários - tudo isto foi apresentado como (e reduzido a) maquiavélicas maquinações de um único partido!

Muito se falou, em todas as televisões, de **ingerências exteriores** da Socio Pereira Gomes na vida interna da Central, de reuniões de sindicalistas comunistas na sua sede, pretendendo ignorar-se que certamente sindicalistas socialistas e membros de outros partidos porventura frequentaram as suas sedes e nelas reuniram ou, mesmo, que os meios eclesiásticos certamente não estiveram distantes de um Congresso de tal importância e impacte na vida social portuguesa.

O problema é que, se nas vésperas e durante a realização do Congresso ingerências e pressões externas houve - e essas, sim, inqualificáveis -, elas manifestaram-se por parte da generalidade da comunicação social, com a «espectacular» cobertura de conferências de imprensa paralelas, que o procuravam denegrir e dele desviar as atenções, e a artificial criação de factos noticiosos que desesperadamente tentavam em cima da hora tornar reversíveis consensos anteriormente acordados e assegurados. Para a história e o registo do verdadeiro sentido dessas múltiplas ingerências, e da firme reposição da verdade que a muito custo emergiu da avalanche - de umas e de outras se dá, em *caixa*, uma muito pálida ideia nesta página (ver *Registos Magnéticos*).

O que mais uma vez se lamenta é que, de novo, a opinião pública tenha sido submetida a mais esta, generalizada, subversão das mais elementares regras deontológicas de informar e a mais um atentado ao legítimo direito de ser bem informada - não através de câmaras equipadas com *canudos* mas servidas por *objectivas*. Definitivamente bem focadas.

Registos
MagnéticosVai um tirinho
(de partida)?

«Sobre o futuro do movimento sindical, o raciocínio de Judas é claro: o de que a luta dos trabalhadores é anterior ao sindicalismo e que não está escrito em lado nenhum da História que o movimento sindical tem de continuar a existir. É que as condições económicas e sociais que estiveram na base da sua formação já foram superadas, e também elas estão em crise.»
(Repórter Raquel Alexandre - «Jornal da Noite», SIC, 3.03.93)

Vai uma forcinha?

«A SIC sabe que a CES não deverá vir ao Congresso da Intersindical. (...) Este será o preço mais elevado a pagar pelos desaires internos na CGTP. Uma notícia que não vai deixar indiferente a ala socialista.»

(«Pivot» José Alberto Carvalho - «Jornal da Noite», SIC, 2.03.93)

«Uma notícia que poderá acelerar uma posição final dos socialistas da Inter: a SIC apurou que António Guterres reuniu ontem com a ala socialista da CGTP para apurarem posições.»

(Repórter Raquel Alexandre - «Jornal da Noite», SIC, 2.03.93)

«O «caso Judas» gerou uma discussão acesa, com a tendência socialista a hesitar na decisão de integrar o Conselho Nacional.»

(«Pivot» Manuela Moura Guedes - «Telejornal», Canal 1, 4.03.93)

«Um Congresso em que muita coisa pode ainda acontecer: é que os socialistas vão esperar até amanhã, às três da tarde, pelas respostas da Direcção às propostas que ontem fizeram no Conselho Nacional. Eles fazem depender dessas propostas a sua manutenção na Direcção da Intersindical.»

(Repórter Raquel Alexandre - «Jornal da Noite», SIC, 4.03.93)

Os factos

«A CGTP é, inquestionavelmente, a maior organização social deste país. E, sem este suporte social, sem esta capacidade reivindicativa, sem esta intervenção, não há movimento sindical activo e, portanto, não há base social para construir alternati-

vas neste país. E, isto, há muita gente que sente. Isso é um facto. E, também, em termos de movimento sindical europeu, mal estará ele quando não quiser que a organização dos trabalhadores portugueses seja interveniente e activa.»

(Carvalho da Silva, Coordenador da CGTP-IN - «Jornal da Noite», SIC, 6.03.93)

«(...) foi-se criando, no Congresso, um espírito de convergir que nos levou, na parte final, a ter aquela surpresa excepcional de, pela primeira vez na história da CGTP-Intersindical Nacional, um «Programa de Acção» ser ratificado por unanimidade.»

(Carvalho da Silva - «Jornal de Sábado», Canal 1, 6.03.93)

Os pontos nos ii

«Todos os consensos estavam assumidos ontem, continuam assumidos. (...) Respeitámos a opção que o Judas tomou e a Central está aqui em força, mesmo com muita força, a apresentar um Congresso cheio de dinamismo, que dá confiança aos trabalhadores. (...) Fica claro que a posição assumida pela direcção da Central, por todas as sensibilidades, foi uma posição de defesa da autonomia da CGTP e da afirmação da CGTP para o futuro, precisamente evitando que ficassem aqui factores políticos de perturbação.»

(Carvalho da Silva - «Telejornal», Canal 1, 4.03.93)

«Nós não temos nenhum afastamento por razões exteriores ao comportamento sindical.»

(Carvalho da Silva - «Telejornal», Canal 1, 5.03.93)

«O Congresso reforça a CGTP. Em termos qualitativos, a sua Direcção - este colectivo eleito - é uma excelente Direcção. Todas as sensibilidades reconheceram que reforçaram a sua intervenção dentro da CGTP e, quanto às outras considerações, julgo que o Congresso deu respostas inquestionáveis, designadamente na forma como recebeu as intervenções que eu fiz em nome do colectivo.»

(Carvalho da Silva - «Jornal de Sábado», Canal 1, 6.03.93)

Afinal...

«Em Lisboa, prossegue o Congresso da CGTP. Hoje, comunistas e não comunistas

deram as mãos. Já há lista para o Conselho Nacional e um novo equilíbrio de forças favorece as minorias. Uma solução oportuna para a CGTP.»

(«Pivot» Paula Magalhães - «Informação», *Quatro*, 5.03.93)

«É caso para dizer que tudo acaba em bem. A UDP é pelo fortalecimento da Central. Católicos e independentes estão mais optimistas. O PSR tem um representante no Conselho. Quanto aos socialistas, das ameaças à cooperação, houve apenas um lapso de tempo.»

(Repórter António Lázaro - «Telejornal», Canal 1, 5.03.93)

«Nem todos se vêem nesses acordos. Mas o que é importante é que todos se revejam na maior parte dos pontos desse acordo.»

(Fernando Loureiro, tendência socialista - «Telejornal», Canal 1, 5.03.93)

«A acreditar no que se ouve e vê neste Congresso, todos ganham e ninguém perde. Para já, o compromisso entre comunistas e minoritários é para valer. (...) A lista para o Conselho Nacional foi apresentada, há pouco, aos jornalistas. Conselheiros passam de 99 para 127. Correntes da UDP, trotskistas, independentes e, sobretudo, os socialistas reforçam posições e não avançam para a ruptura.»

(Repórter António Melo Matos - «Informação», *Quatro*, 5.03.93)

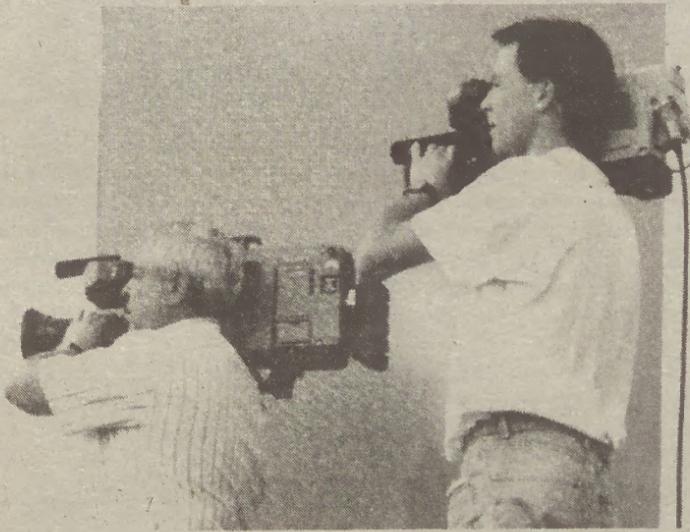
«Esperemos, realmente, que este Congresso permita dar passos positivos nesse sentido (um movimento sindical forte e unido) e, desde já, a próxima Jornada Europeia de 2 de Abril vai ser um primeiro teste.»

(João Prouença, UGT - «Jornal de Sábado», Canal 1, 6.03.93)

Outra vez?!

«As duas centrais sindicais chegaram hoje a acordo para fazerem a primeira manifestação conjunta da sua história. Está marcada para 2 de Abril, integrada na «Jornada Europeia de Luta Pelo Emprego e a Europa Social». As duas centrais vão concentrar-se no Largo Camões em Lisboa. Aprovam uma moção conjunta e partem para a residência oficial do primeiro-ministro. Torres Couto e Carvalho da Silva entregam a moção e, depois, cada um deverá ir à sua vida. (sic)»

(«Pivot» José Alberto Carvalho - «Jornal da Noite», SIC, 12.03.93)



EM FOCO

Um
livro
por
quinzena

■ **Pedro Ramos de Almeida**

O imperialismo é a guerra: é a América Latina que o diz

Nestes dias de absorvente crescimento monopolista; de concorrência e de crises gerais e cíclicas multifacetadas; de marginais e de tecnocratas com linguagem potenciada por "desafios" omnipresentes; quando o mercado capitalista e as suas leis falíveis estão por detrás de todos os projectos que tilintam écus e dos sonhos e salários a prazo — o socialismo e o comunismo tornaram-se os vilões de todas as fitas da opressão. Honra lhes seja: críticas imperialistas só engrandecem as novas formações económico-sociais.

Neste quadro mundial tão evidentemente desencontrado e desencantado, saguão que só tem fresta para o pátio do desemprego e da fome, talvez seja saudável lembrar, relembrar e voltar a lembrar o que era a vida neste mundo um século antes da revolução socialista de 1917: reconhecer o passado e as suas lutas é também uma forma de perscrutar o futuro.

Em 1980, o Guia do Terceiro Mundo, suplemento anual da Tricontinental Editora e dos Cadernos do Terceiro Mundo, publicava uma "cronologia imperial" das "intervenção estrangeiras" na América Latina, nos dois últimos séculos. O conjunto de dados coligidos é impressionante, apesar de se referir mais à América Central e arredores do que ao conjunto da América Latina.

Creio que é interessante de destacar



alguns elementos da sintetizados, referentes ao século XIX e aos vinte primeiros anos do século XX. Sempre é uma ajuda à nossa memória histórica.

1776 — Em 4.VII, treze colónias inglesas da América do Norte, após sangrenta guerra contra a coroa britânica, constituem-se politicamente em Estados Unidos da América (EUA).

1800 — Tratado entre Carlos IV da Espanha e Napoleão Bonaparte: a Luisiana, na posse espanhola desde 1762, é trespassada para a França.

1803 — O Presidente americano Jefferson adquire a Napoleão a Luisiana (2 142 830 km²), por 60 milhões de francos.

1819 — Andrew Jackson, futuro presidente dos EUA, recebe do governo espanhol a Florida Oriental.

1823 — A 2.X, declaração do Presidente dos EUA, conhecida como Doutrina Monroe ("A América para os americanos").

1824 — Os EUA opõem-se a que Bolívar liberte Cuba e Porto Rico do domínio espanhol.

1829 — Escreve Bolívar: "Os EUA parecem destinados pela Providência a infestar a América de misérias em nome da liberdade".

1831 — Os EUA bombardeiam e desmantelam as defesas das Ilhas Malvinas.

1832 — Os EUA protegem a invasão britânica das Ilhas Malvinas, que se encontram sob soberania argentina. É o início da apropriação inglesa daquelas ilhas.

1835 — A Grã-Bretanha ocupa a costa norte das Honduras.

1836 — Os ingleses ampliam igualmente o seu território em Belize (Guatemala).

1838 — A França bombardeia Vera

Cruz, no México e intervém na Argentina.

1840 — A Grã-Bretanha declara oficialmente que Belize é sua propriedade. Com territórios das Honduras, Nicarágua e Costa Rica é criado o Reino Britânico dos Índios Mosquitos.

— O Texas declara-se independente do México e é reconhecido pela França e os EUA.

1841 — A Grã-Bretanha apodera-se das ilhas Roatán, Útila, Guanaja, Elena, Barbeta e Morat, pertencentes às Honduras.

1843 — Os britânicos e franceses operam militarmente no Rio da Prata, intervenção que se prolonga até 1850.

1845 — Os EUA anexam o Texas e a Califórnia, cujos territórios eram pertença do México.

1846 — Congressistas dos EUA advogam a conquista do México e da América Central.

1847 — Os EUA invadem o México, que defende a criação de uma União hispano-americana. Reúnem-se representantes do Chile, Bolívia, Equador, Nova Granada e Peru, para apreciar a situação criada pela intervenção americana.

1848 — Os EUA despojam o México dos extensos estados do Colorado, Arizona e Novo México e exigem a entrega do istmo de Tehuantepec.

1849 — A Grã-Bretanha, que crescentemente concorre com os EUA na América Central, apodera-se da Ilha do Tigre, no Golfo de Fonseca (Honduras).

1850 — Os EUA e a Grã-Bretanha negociam um tratado que regulamentaria, por mais de 50 anos, a ocupação da América Central.

1852 — Nova invasão das ilhas das Honduras pela Grã-Bretanha.

1853 — Os EUA invocam junto da Espanha alegados direitos sobre a ilha de Cuba e impõem ao México a venda de mais algumas das suas regiões.

1854 — Os americanos, que prosseguem a organização de expedições contra a Nicarágua, defrontam os ingleses em Puntarenas, naquele país.

1855 — Aventureiros norte-americanos apoderam-se da Nicarágua. Prosseguem os conflitos com tropas britânicas.

1856 — Tratado anglo-americano pelo qual os EUA aceitam que os ingleses ocupem Belize (Guatemala).

— W. Walker, aventureiro americano, proclama-se Presidente da Nicarágua, Salvador e Honduras. É reimplantada a escravatura, que fora abolida em 1823.

— Os escravagistas do Sul dos EUA atacam os abolicionistas do Norte, acusando-os de estarem "ligados ao socialismo e ao comunismo".

1857 — O Peru denuncia a agressão dos EUA à América Central, e assina um Tratado defensivo com o Chile e o Equador, sobretudo contra invasões chefiadas por W. Walker. Este é expulso em Maio, pela acção conjugada das cinco repúblicas. E convertido nos EUA em herói nacional, e volta a invadir as Honduras.

1858 — O presidente dos EUA, Buchanan, declara que a "América Central cairá, por gravitação natural das coisas, num dia não longínquo, sob a jurisdição dos EUA".

1860 — Os EUA intervêm nas Honduras. W. Walker é capturado pelos ingleses, que o entregam aos hondurenhos. É fuzilado.

1861 — A Espanha reanexa a República Dominicana.

— Inicia-se a Guerra da Secessão nos EUA. É o começo de um quinquénio de alívio para a América Latina.

— Tratado de Londres, em que a Inglaterra, a Espanha e a França assentam uma acção conjunta no México... e na exigência de satisfações por injúrias.

1862 — A Costa Rica propõe um convénio antiagressivo e antianexionista que limite a cobiça norte-americana.

1863 — Insurreição e guerra de S. Domingos, que põe termo ao domínio espanhol.

— Os ingleses apoderam-se da ilha Dominica, nas Antilhas.

— Os franceses ocupam militarmente o México.

1864 — O Arquiduque Maximiliano da Áustria aceita a coroa imperial do México.

— Uma esquadra espanhola ocupa as ilhas Chinchas.

1865 — Capitulação do General Lee. Fim da guerra civil nos Estados Unidos.

1866 — Estala a guerra que opõe a Espanha ao Chile, Bolívia e Peru.

— Os EUA compram à Rússia, por 7

milhões de dólares, o território do Alaska. Não foi caro...

1869 — Haiti invadido pela França.

1871 — Haiti invadido pela Espanha.

1877 — Haiti invadido pela Grã-Bretanha.

1878 — A Alemanha — mal acabada de se unificar como Estado (1871) — ameaça com uma força naval o porto de Corinto (Nicarágua).

1881 — Início da construção do canal interoceânico no Panamá (Companhia francesa dirigida por Ferdinand de Lesseps). O presidente Hayes reafirma que um canal na América Central deve ser fiscalizado pelos Estados Unidos.

1889 — É liquidada judicialmente a Companhia do Panamá; Lesseps é condenado a cinco anos de prisão que só não cumpre devido à sua avançada idade.

1895 — O Secretário de Estado, Richard Olney, afirma que os EUA são soberanos no Continente, e que os seus desejos são ordens...

1896 — Conflito entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por causa da Guiana Venezuelana.

1897 — William Mac-Kinley, presidente dos Estados Unidos, anuncia as suas intenções de "libertar" Cuba do domínio espanhol.

1898 — W. Mac-Kinley, referindo-se ao Canal do Panamá: "A segurança nacional dos EUA exige que esta obra seja dominada por nós".

— 20.IV — Declaração de guerra entre a Espanha e os EUA.

— 10.XII — Tratado de Paris, que põe termo à guerra entre Espanha e os EUA. A Espanha reconhece a independência de Cuba e cede aos norte-americanos Porto Rico, Guam e as Filipinas.

— É estabelecido em Cuba um governo militar, presidido pelo general Wood.

— Os EUA anexam as ilhas Hawaii.

1899 — Os EUA anexam parte do arquipélago de Samoa.

1901 — 25.VII — Os EUA impõem a Cuba a Emenda Platt como apêndice da Constituição cubana: Cuba concede aos EUA a base de Guantanamo e autoriza a sua intervenção no território cubano sempre que seja julgado oportuno.

1902 — A Grã-Bretanha, a Alemanha e a Itália intervêm militarmente na Venezuela: por não pagamentos de dívidas.

1903 — Os Estados Unidos intervêm em S. Domingos.

— 22.V — Tratado que proíbe Cuba de celebrar acordos internacionais.

— A província do Panamá separa-se da Colômbia e o francês Banau-Varilla assina com o Secretário de Estado norte-americano um tratado pelo qual o Panamá cede aos Estados Unidos uma zona de dez milhas de cada lado do futuro canal.

— Intervenção contra-revolucionária anglo-germano-americana na Venezuela.

1904 — O presidente T. Roosevelt admite que a doutrina Monroe pode forçar os EUA a "exercer a política de polícia internacional".

— Desembarque americano em vários portos da Colômbia para "proteger interesses norte-americanos", durante o curso da revolução de Morales.

— Os "marines" americanos desembarcam no Panamá para abortar a revolução popular. Com intermitências, essa ocupação prolongar-se-á até 1914.

1905 — O ditador Morales, da República Dominicana, cede aos americanos a fiscalização das alfândegas do país, dos quais se apoderarão de 55% dos seus montantes.

1906 — Escreve o presidente T. Roosevelt: "Precisamente agora, neste momento instantâneo, estou tão furioso com essa pequena e infernal República de Cuba, que gostaria de apagar o seu povo da face da Terra".

— 14.IX — Os "marines" norte-americanos desembarcam em Havana.

— 29.IX — William H. Taft torna-se governador de Cuba. A segunda intervenção armada dos EUA vai prolongar-se por dois anos e quatro meses.

1907 — Tratado entre a República Dominicana e os EUA que autoriza antecipadamente qualquer intervenção americana.

— Os "marines" americanos avançam nas Honduras. Até 1925 repetirão sete vezes as incursões militares.

1908 — O General Vicente Gómez, que permanece no poder até 1935, entrega o petróleo venezuelano a americanos e ingleses.

1909 — Insurreição na Nicarágua, orga-

nizada pelos EUA. Zelaya retira-se do poder, mas será substituído por José Madriz, que também não é reconhecido pelos EUA.

1910 — Nova ofensiva militar norte-americana na Nicarágua, forçando a renúncia de Madriz.

— Os "marines" invadem igualmente as Honduras, opondo-se a um movimento patriótico.

— O presidente Taft, seguindo o exemplo de T. Roosevelt, impõe o controlo das alfândegas da República Dominicana.

1911 — Desembarque americano na Nicarágua, para... "obter informações das condições reinantes"...

1912 — Regresso militar ianque às Honduras: para proteger o caminho-de-ferro...

— Luís Mena, general conservador, revolta-se na Nicarágua contra o presidente Adolfo Díaz. É apoiado por oito barcos de guerra americanos.

1913 — Rebelião do Gen. Mondragon na capital mexicana. A embaixada dos EUA é convertida pelos americanos num activo centro de conspiração. Taft envia três couraçados para Vera Cruz.

— A traição, negociada com o embaixador pelo gen. Huerta, a quem o presidente Madero confiara o comando das suas forças, provocará a derrota do governo mexicano; nesta luta, em que também se destacará Zapata, serão mortos mais de 3000 patriotas. São igualmente assassinados o presidente Madero e o vice-presidente Pino Suarez.

1914 — Os norte-americanos desembarcam várias vezes em Port-au-Prince, Haiti, para esmagarem movimentos insurreccionais.

— De Abril a Julho, os EUA atacam por várias vezes o México, que sujeitam a diferentes ultimatos. Em 15.VII, o próprio Huerta é forçado a exilar-se.

1915 — Ataque em massa dos "marines" e soldados americanos, a partir de Port-au-Prince e de outros portos de Haiti; os norte-americanos permanecerão durante vários lustros. O Parlamento do Haiti é coagido a eleger como presidente Sudri Dartiguenave, que assina um tratado, colocando o Haiti sob protectorado americano. As forças militares dos EUA permanecerão até 1934.

1916 — Ataque de Pancho Villa à povoação fronteiriça de Columbus, Novo México. O presidente Wilson autoriza o general John Pershing a atravessar a fronteira do México, em expedição punitiva e busca do "bandoleiro Villa".

— Sem permissão do presidente Carranza, 12 000 soldados norte-americanos penetram sucessivamente em território mexicano com esse objectivo. Durante semanas prosseguirão os combates entre a coluna invasora dos EUA e guarnições mexicanas.

— Novo alargamento territorial dos EUA: adquirem por 25 milhões de dólares as Ilhas Virgens, ou Antilhas Dinamarquesas, no Caribe.

— Invasão maciça da República Dominicana por "marines" e reimplantação do protectorado.

1917 — Insurreição militar em Cuba, em oposição a uma burla eleitoral; a violação do solo cubano por norte-americanos da base militar de Guantanamo vem a ser decisiva na evolução antidemocrática da situação.

— A expedição punitiva de Pershing abandona o México: está iminente a entrada dos EUA na I Guerra Mundial.

— Golpe de Estado na Costa Rica, apoiado pela Oil Corporation.

— Novos choques entre forças norte-americanas e mexicanas.

1918 — Desembarque e intervenções políticas locais de "marines" em Colombo, Panamá e Chiriqui; permanecem até 1920.

1919 — Seis expedições punitivas norte-americanas contra o México.

— O grosso das forças militares dos EUA retiram-se de Cuba. Permanecem, entretanto, até 1922, duas companhias na província de Camaguey.

1920 — Incursão militar norte-americana na Guatemala.

E o século continuará, na América Latina e no mundo, a partir de agora já marcado, no contexto da acção popular e operária, pela luta directa do socialismo contra o capitalismo. E pela existência da democracia e do socialismo em Cuba, a 140 km dos Estados Unidos. A distância que separa, para o melhor e para o pior, Leiria de Lisboa...

"Comunismo com memória"

O último parágrafo do anterior "Livro da Quinzena" publicado na edição de 4 de Março, saiu truncado de um não, que altera significativamente o sentido da frase. Corrigido é assim: "A consciência dos povos não guarda intacta a experiência histórica de cada geração. Essa acumulação exige novas práticas e velhas e modernas organizações de acção. Mas sem memória não há aprendizagem nem renovação."

A África do Sul antes da viragem (2)

Que país poderá nascer na terra de Mandela?

■ Miguel Urbano Rodrigues

Nos próximos meses, entrará em fase decisiva o processo de negociações entre as forças políticas que discutem o futuro da África do Sul.

O consenso de mais de duas dúzias de partidos e movimentos que participam do debate é uma impossibilidade prática. Mas os dois grandes interlocutores — o ANC e o governo — já chegaram a acordo quanto a aspectos fundamentais da fase de transição. As contradições, porém, são tais e tão explosivas que o desenvolvimento da situação geral é imprevisível.

Entretanto, a violência prossegue e a crise económica agrava-se. A África do Sul continua em recessão e a minoria branca apercebe-se, finalmente, de que o seu país faz parte do Terceiro Mundo e não do Ocidente industrializado.

Representantes das principais forças políticas e de um enxame de pequenos partidos retomaram nos dias 5 e 6 de Março, em Kempton Park, o debate iniciado na CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática).

A difícil negociação, viabilizada pelo Acordo Nacional de Paz, de Setembro de 1991, fora interrompida em Maio do ano passado, quando o ANC dela se retirou após responsabilizar o governo pela onda de violência que alastrava pelo país. O ANC foi muito directo: acusou as Forças Armadas (SADF) e a Polícia de cumplicidade com o Inkatha Freedom Party nos distúrbios, crimes e actos de vandalismo praticados por elementos ligados ao partido do chefe Mangosuthu Buthelezi que pretende expressar a vontade da população zulu.

A reunião de Kempton Park não tomou grandes decisões. Mas ficou a assinalar um avanço no processo negociado. Em volta da mesa, ampliou-se o número de interlocutores. É importante que tenham comparecido o Partido Conservador, que defende uma Confederação alicerçada na *apartheid*; os radicais do Pan African Congress-PAC, partido nascido em 1959 de uma dissidência do ANC; e sobretudo o Inkatha, que se opõe frontalmente ao projecto elaborado pelo ANC.

É importante porque, não obstante a hostilidade da extrema direita e do chefe zulu, esse projecto emerge já como trave mestra das futuras instituições. O seu conteúdo facilita a compreensão do que está a acontecer na África do Sul e da complexa relação de forças existente no país.

O núcleo básico do esquema de transição para a democracia (ver quadro) elaborado pelo ANC já recebeu no fundamental a concordância do Partido do governo da minoria branca, apesar de subsistirem divergências significativas, sobretudo no tocante à sua interpretação e aplicação e a questões constitucionais de fundo.

Em primeiro lugar, o ANC pretende que, estabelecido o consenso indispensável, sejam criados e instalados: o Conselho Executivo de Transição — TEC, que deverá preparar eleições «livres e justas» para a Constituinte; a Comissão Eleitoral, que promoverá e fiscalizará o processo; e a Comissão incumbida de garantir a actuação independente dos meios de comunicação social.

A Constituição actual terá de ser emendada; provavelmente antes de Setembro será aprovada a «Constituição da transição».

O projecto do ANC

Metade dos deputados à Assembleia Constituinte será eleita em listas nacionais, a outra metade em listas regionais. Eleita a Assembleia por sufrágio universal (uma pessoa, um voto) será constituído o Governo Provisório de Unidade Nacional. A sua composição traduzirá os resultados da votação. A escolha do presidente será feita por maioria simples. Cada um dos partidos com mais de 5% dos lugares da Constituinte terá direito, no Gabinete, a representação proporcional ao número de mandatos obtidos.

Aprovada e promulgada a Constituição, o governo interino permanecerá como Governo Provisório de Unidade Nacional e Reconstrução. A Assembleia continuará em funcionamento, cumprindo funções legislativas.

Antes de transcorridos cinco anos sobre a instalação da Constituinte, o povo será convocado para eleger uma nova Assembleia, da qual sairá um governo de maioria nos termos previstos na Constituição. Difícilmente as eleições para a Constituinte se realizarão antes de Março de 1994. O recrudescimento da violência está a adensar a atmosfera de tensão.

Numa reunião da sua Comissão Executiva Nacional, realizada no Soweto, nas vésperas da Conferência de Solidariedade Internacional, o ANC clarificou aspectos importantes da sua posição no processo negociado em curso.

Em primeiro lugar, rejeitou a proposta que traduzia o conceito de partilha do poder no período de transição, tal como o entendia o Partido Nacional. Segundo o PN, o Presidente (chefe do Executivo) deveria ser rotativo, esquema que permitiria a cada partido representado no governo assumir alternadamente a sua chefia. O conceito de *sharing power* (partilha do poder) do PN implicava decisões tomadas por consenso, o que na prática equivalia à atribuição do direito de veto à minoria branca. Em termos constitucionais, todos os partidos ficariam colocados em igualdade no Governo. Isso envolveria desrespeito pela vontade do eleitorado. A fórmula do PN não é obviamente democrática.

Encontrava-me em Joanesburgo quando o ANC tornou pública a sua rejeição do conceito de partilha do poder do PN. A atitude foi oportuna porque os principais *media* estavam a sugerir que nas negociações bilaterais os representantes do ANC tinham concordado com a partilha do poder tal como a concebia o PN. Era uma inverdade.

O ANC é coerente, mas não inflexível. No tocante a determinadas matérias, aceita que as decisões venham a ser tomadas na futura Assembleia Constituinte por maioria de dois terços. Mas são obviamente muitas e profundas as discordâncias entre o que o Partido Nacional propõe e o que o ANC pretende ou está disposto a aceitar. As divergências não se limitam naturalmente a interpretação do conceito de partilha do poder no período de transição. Incluem também o próprio calendário dos trabalhos na Constituinte. O ANC bate-se para que a futura Lei Fundamental possa entrar em vigor em prazo não muito superior a nove meses após a instalação da Assembleia; o PN é favorável a

exibem um panorama de atraso, miséria e dependência. O poder real nunca deixou de ser exercido pelo Estado sul-africano que controla a sua economia. Alguns dos maiores escândalos que nestas semanas abalam a administração de F. de Klerk têm a sua raiz em negociações e roubalheiras que envolvem governantes dos bantustões e altos funcionários sul-africanos.

O ANC pretende que os quatro Estados fantoches do TBVC (Transkei, Bophutatswana, Venda e Ciskei) e os chamados Territórios Autónomos sejam reintegrados política e administrativamente nas províncias de que faziam parte. No tocante à delimitação futura das províncias, o ANC não tem uma posição rígida, admitindo que da inevitável reforma possam resultar entre dez e dezasseis. Sem excluir a atribuição de poderes legislativos e executivos aos governos regionais, o ANC reivindica, porém, para o governo da República o poder de anular decisões tomadas pelas províncias.

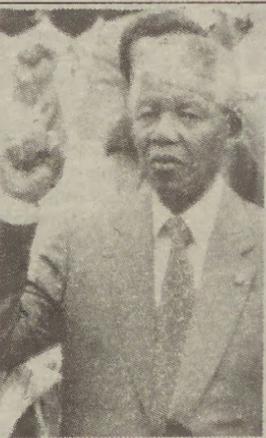
Diferente é a posição do governo de F. de Klerk e do seu partido. O PN defende a criação de cinco a nove províncias, com uma ampla autonomia e grandes poderes garantidos pela Constituição.

O governo do território do Kwazulu não somente se opõe à integração dos bantustões do TBVC como reivindica a sua própria transformação em Estado soberano e independente.

A polémica em torno das questões regionais não é, naturalmente, sentimental. Por um lado, escuros interesses tecidos nos bastidores explicam a resistência que os dirigentes de Estados-fantoches opõem à tese da integração. Simultaneamente, o debate à volta das fronteiras e dos poderes das futuras províncias encobre ambições inconfessadas. Os sectores mais conservadores da minoria branca admitem já nas suas contas que o Partido Nacional possa obter no Cabo, com os votos dos mestiços, uma grande votação, o mesmo acontecendo no Natal se a forte e rica minoria indiana de Durban e os zulus votarem preferencialmente contra o



Mandela dirigente histórico do ANC, é um interviniente fundamental nas transformações em curso



um período bem mais dilatado.

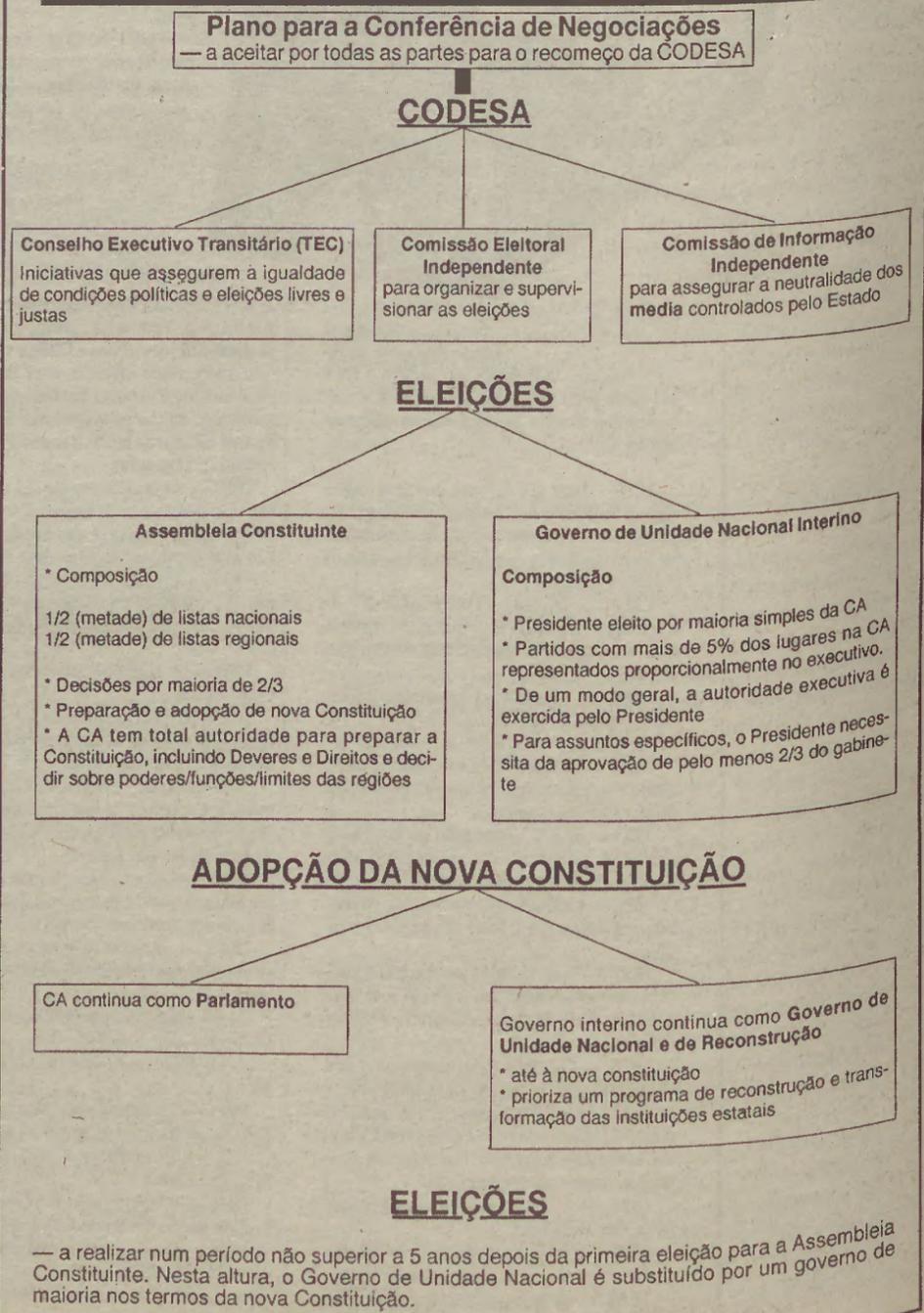
As questões regionais

As divergências manifestam-se em terrenos fundamentais: o dos poderes e estruturas dos futuros governos regionais, o do número de províncias a serem criadas e o do destino dos bantustões e territórios autónomos.

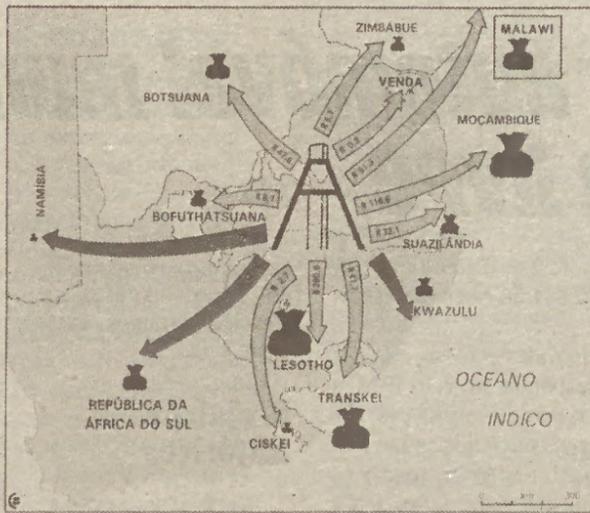
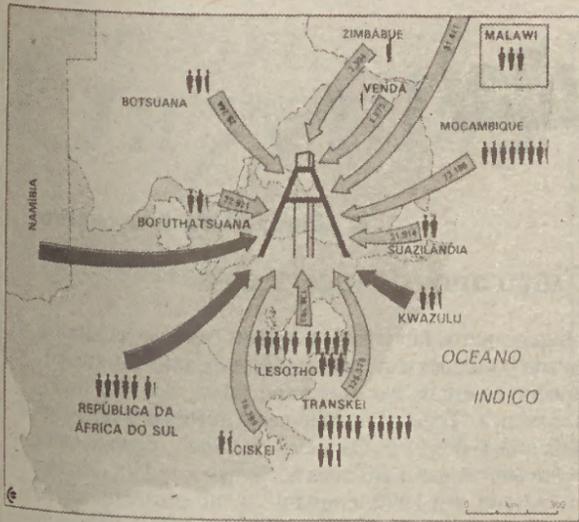
Essas questões assumem uma significação mal avaliada na Europa. Os bantustões, concebidos para serem um alívio do sistema do *apartheid*, foram, em todos os aspectos, um estrondoso malogro.

Os *homelands* do desenvolvimento separado são, na prática, grandes «reservas» que

ANC cenário para a transição para a democracia



EM FOCO



ANC. São cálculos, registo, que devem ser recebidos com muitas reservas. Mas não é por acaso que alguns influentes diários admitem abertamente que os resultados eleitorais podem estimular tendências separatistas em algumas regiões do país. Cito o facto por ser elucidativo da enorme complexidade dos problemas que a negociação multipartidária em curso terá de superar antes de um acordo global que permita a eleição da Assembleia Constituinte e a formação de um Governo Provisório de Unidade Nacional.

Uma certeza: o actual sistema de governo tem os dias contados. A perda de credibilidade do Poder Legislativo é tamanha que os deputados das três Assembleias mudam de partido com frequência chocante. Em breve, o sistema tricameral – a Assembleia dos brancos com 178 lugares, a dos mestiços com 85 e a dos indianos com 45 – será apenas referência histórica de um sistema no qual os negros, seis vezes mais numerosos que os brancos, estavam constitucionalmente (e assim permanecem ainda) impedidos de participar na vida política do seu país. Aliás, como poder real, apenas a *House of Assembly*, branca, conta.

O medo do futuro

Dois factores pesaram decisivamente na mudança da atitude da minoria branca perante o *apartheid*. Ambas desembocam no mesmo sentimento: medo do futuro.

O protesto negro, como expressão de força e organização crescente, convenceu os brancos de que o tempo jogava contra eles. A uma natalidade de 40 por mil entre os negros, os brancos opõem uma natalidade de 16 por mil. O sonhado «país do homem branco» estava, perceberam, condenado a diluir-se cada vez mais num país de esmagadora maioria negra.

Simultaneamente, as sanções internacionais provocaram o isolamento da África do Sul, derrubando o mito da suficiência do país, alimentado pelo *apartheid*. A crise económica fez muita gente abrir os olhos. Pouco a pouco, a minoria branca apercebeu-se de que, afinal, a África do Sul não era a grande potência imaginada, mas um país do Terceiro Mundo com um sector avançado desenvolvido, mas marcado por insuficiências inseparáveis de uma estrutura social e política inviável.

A crise económica, ao bater à porta da própria minoria branca (que já exhibe dezenas de milhares de desempregados), assustou-a. A carência de combustíveis gerou uma situação particularmente difícil. Foi possível obter uma parte do petróleo indispensável – talvez uns 25 mil barris diários – através do aproveitamento do gás de Mossell Bay e da transformação da hulha. Mas a tecnologia exigida encarrega enormemente o produto final. As sanções, somente no tocante ao petróleo, implicaram para a África do Sul prejuízos de dezenas de milhares de milhões de dólares.

A recessão

Sendo um país potencialmente riquíssimo, pela quantidade e diversidade dos seus recursos naturais, a África do Sul dependeu sempre muito do exterior. Os altos padrões de vida de que usufruíam taparam, para muitos brancos, a evidência de que a miséria da maioria da população havia gerado uma economia desequilibrada que distanciava o país do pelotão da frente.

No tocante ao PNB (menos de 100 mil milhões de dólares em 1992), o termo de comparação para a África do Sul é a América Latina e não a Europa ou os EUA. O rendimento *per capita* (cerca de 2300 dólares) é inferior ao do México e sensivelmente igual ao do Brasil e da Argentina e pouco superior a um terço do português (não obstante as grandes manchas de pobreza existentes entre nós).

As conversas que tive a oportunidade de manter com J. Meijer, governador do Banco Central, em Pretória, e com economistas e homens de negócios sul-africanos reforçaram

A África do Sul face ao continente africano

1. Superfície	4%
2. População (88)	6%
3. PNB (85)	17%
4. Rede ferroviária	27%
5. Transporte ferroviário	63%
6. Capacidade de geração eléctrica	44%
7. Produção de energia	54%
8. Produção de aço	66%
9. Cereais	12%
10. Trigo	15%
11. Automóveis	40%
12. Camiões	33%
13. Produção de carne (85)	16%
14. Tractores	37%
15. Produção de cimento	22%
16. Produção de carvão	97%
17. Extracção de cromo	80%

A África do Sul face aos países da África Austral

1. Superfície	20%
2. População (87)	41%
3. PNB (85)	77%
4. Produção de cereais	58%
5. Trigo	86%
6. Produção de carne	69%
7. Tractores	78%
8. Automóveis	78%
9. Estradas asfaltadas	63%
10. Rede ferroviária	56%
11. Geração de electricidade	87%
12. Produção de carvão	97%
13. Produção de aço	88%
14. Produção de cimento	84%
15. Minério de cromo	83%
16. Exportação	75%
17. Importação	68%

a minha convicção de que a África do Sul, gigante no Continente africano (ver quadros), é no contexto mundial um país médio a braços com uma recessão tenaz.

A crise acentuou-se nos últimos quatro anos. Muitas transnacionais (incluindo bancos americanos e britânicos) fecharam as portas e deixaram o país. O investimento caiu. A balança comercial, tradicionalmente excedentária, acusa duramente os efeitos das sanções (as exportações representam 47% do PIB). Sem as vendas de ouro e diamantes, a balança de pagamentos seria hoje fortemente deficitária.

O rand tornou-se uma moeda que não inspira confiança, em permanente desvalorização (em Lisboa é vendido a 48 escudos, mas os bancos só o aceitam por 38 escudos). A inflação constitui um pesadelo para os empresários e sobretudo para os consumidores. O desemprego alastra de maneira preocupante. As estatísticas são fluidas, porque há uma elevada percentagem de pessoas que vivem do trabalho informal. Mas admite-se que entre 50 e 70% da força de trabalho não tenha emprego permanente.

A agricultura é o sector menos atingido pela crise, apesar da persistente falta de chuvas. Para se ter uma ideia das extraordinárias potencialidades do país, é suficiente citar alguns números. Em anos médios, a África do Sul produz mais de 7 milhões de toneladas de milho, 2,3 milhões de toneladas de trigo, quase 2 milhões de toneladas de frutas, 22,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 600 mil toneladas de peixe. O rebanho bovino conta com 8 milhões de cabeças e o ovino com 27 milhões.

A distribuição da riqueza produzida, essa traz-me à memória, a cada passo, nas grandes cidades, imagens e situações que conheci na América Latina.

As sanções foram justíssimas. Pesaram muitíssimo na adopção da política que levou o *apartheid* à agonia. Até a hierarquia da Igreja Reformada Holandesa pediu aos seus fiéis desculpa pela sua cumplicidade com o messianismo racial...

Muitas incógnitas

Até às eleições, o povo da África do Sul, dividido por rancores cujas raízes mergulham na História, e sentimentos de medo e desconfiança, terá de percorrer um caminho incerto, semeado de espinhosos obstáculos. Depois, terá de encontrar respostas para os grandes desafios criados pela necessidade de conter a violência (o maior índice de criminalidade do mundo) e de atender à grande vaga de esperança que um governo de maioria negra suscitará entre as massas das *townships*. Ambas as tarefas são difíceis.

A minoria branca, em crise de confiança, teme o futuro imediato. A negociação com o ANC aparece à maioria dos antigos senhores do país como fatalidade necessária do que como o resultado da tomada de consciência de que o sistema do *apartheid* era uma monstruosidade social.

O Partido Nacional defende hoje uma política mais avançada do que a assumida há meia dúzia de anos pelo Partido Democrático. Mas age assim por realismo. Muitos dos dirigentes resignam-se ao inelutável, mas deixam com frequência transparecer no paternalismo do seu discurso e no conteúdo das propostas o saudosismo que os domina. O jogo político assume por isso mesmo, hoje, na África do Sul, uma subtilidade incomum. Uma grande distância separa as palavras dos objectivos reais.

A aceitação de Nelson Mandela como provável futuro presidente não significa que alavancas decisivas do Estado

– como as Forças Armadas, a Polícia e os mecanismos de controlo da economia – acompanhem a transferência das insígnias do poder político para o ANC quando chegar a altura. Pode-se dizer que na duração da história uma ou duas décadas contam pouco e que um passo fundamental será dado. Esse argumento não impressiona, porém, a geração que será o sujeito da grande mudança em preparação.

A corrupção alastra

Entretanto, o Partido Nacional, como porta-voz dos sectores mais lúcidos da minoria que detém o poder, encontra-se numa situação muito incómoda. O prestígio do presidente Frederik de Klerk continua a cair. Tão rapidamente que o fenómeno gera apreensões. De Klerk é acusado de falta de firmeza na condução do processo negocial, de falta de imaginação, de ausência de um desígnio que traduza as aspirações da sua própria gente. No momento, responsabilizam-no sobretudo pela sua passividade perante a onda de corrupção que alastra pelo país. Escândalos em cadeia envolvem altos escalões da administração. Os jornais, quase todos sensacionalistas (e maus tecnicamente) noticiam em manchetes que alguns deputados do PN receberam subsídios milionários a que não tinham direito (por dupla residência em Cape Town, sede do Legislativo). Fraudes colossais no Fundo de Desemprego e abusos relacionados com esbanjamentos e negociatas nos bantustões levantam uma tempestade de críticas vindas de múltiplos quadrantes. De Klerk vai ter de pagar a factura. A extrema-direita identifica nela «um traidor» em ruptura com o passado conservador (quando jovem defendeu tenazmente o *apartheid*). Outros consideram-no um oportunista. Ninguém o defende. Não é fácil formar uma opinião isenta sobre o homem. De Klerk cumpriu um papel importante na criação de condições para a viragem sul-africana, independentemente das suas motivações reais. Hoje, muitos dos seus companheiros do PN querem fazer dele um bode expiatório. Só a ausência de uma alternativa tem funcionado como factor de sustentação de um líder cujo prestígio desceu para um nível perigosamente baixo. Contrariamente ao que alguns órgãos de comunicação têm sugerido, Pik Botha não tem hipóteses de suceder a F. de Klerk. O ministro dos Negócios Estrangeiros não inspira confiança pessoal aos quadros dirigentes do PN. Não são apenas as suas impulsividade e truculência que lhe embaciam a imagem. As relações que mantém com *lobbies* envolvidos na conspiração contra o governo de José Eduardo dos Santos e o papel que desempenhou as eleições angolanas fazem de Pik Botha um político inaceitável para o diálogo com o ANC.

Trágico e fascinante

No ANC não existem problemas similares. O movimento conta com uma geração jovem, formada na luta, e que tem prestígio entre as massas das *townships* pela sua combatividade, saber e fidelidade aos princípios, e também pela confiança que nela despositam os líderes históricos. O actual secretário-geral, Cyril Ramaphosa, vindo da frente sindical do COSATU, destaca-se como o eventual continuador de Nelson Mandela. Tem sido ele o coordenador da estratégia do ANC no processo negocial em curso. Os objectivos sociais, políticos e económicos do ANC estão há muito, no fundamental, definidos. Inserem-se numa perspectiva humanista de transformação da sociedade sul-africana. As decisões tomadas na Conferência Nacional de Julho de 1991 e na recente reunião de Fevereiro passado são a esse respeito elucidativas. O desígnio é ambicioso e generoso. Por isso mesmo será muito difícil de concretizar. O grande desafio imediato será outro: como cumprir as tarefas próximas, como alcançar as primeiras metas da transição? O ANC não é um partido, mas um vasto movimento, criado para resistir ao *apartheid*, com características de frente ampla. A sua força e também a sua vulnerabilidade são indissociáveis dessa estrutura frentista que lhe permitiu alcançar vitórias que foram olhadas com espanto por toda a humanidade democrática. A aliança com o Partido Comunista Sul-Africano e com o COSATU (Congress of South African Trade Unions) contribuiu muito para os êxitos sucessivos que o ANC vem acumulando no processo de negociações com os representantes do governo da minoria branca. Daí as insistentes tentativas para introduzir fissuras nessa coligação.

Voltarei ao tema no último artigo desta série em que apresentarei uma síntese de impressões pessoais acumuladas em quinze dias de contactos mantidos com personalidades de todos os azimutes políticos. A assimilação, lenta, da torrente de opiniões ouvidas, díspares e por vezes antagónicas, coincidiu com o choque emocional provocado por um processo ainda mais enriquecedor: o espectáculo da vida quotidiana captado nas ruas das quatro maiores cidades do país.

A África do Sul é um país simultaneamente trágico e fascinante. Ao caminhar pelo centro opressivo de Joanesburgo, entre o povo negro, e pelas pacatas e belíssimas avenidas dos bairros brancos da cidade senti com força redobrada a gratuidade de quaisquer previsões sobre o futuro próximo. Já quase o tocamos, sem lhe poder esboçar os contornos, tantas, tão dolorosas e explosivas são as contradições que o presente carrega.

Que país vai nascer da actual África do Sul sobre o rescaldo do *apartheid*? Não me atrevo sequer a imaginar.

Conclui no próximo número.

Indústria automóvel mundial em queda livre

■ Manoel de Lencastre

1. Mais de 14 000 pessoas ficaram sem trabalho, na Grã-Bretanha, durante a última semana de Fevereiro: 4500 na ICI, 2400 na British Gas, 6500 nas forças armadas, 1000 nos conhecidos armazéns British Home Stores. (Não contando, claro, com as que conheceram o despedimento no campo das pequenas e médias empresas que, essas, produzem falências à média de 60 por dia.)

2. Um pequeno drama atingiu a família dos Rotschild. Juerg Heer, um dos filhos dilectos do sector restrito dos banqueiros de Zurique, fora chefe da secção de crédito dos famosos banqueiros à mas causavam estranheza as suas extravagâncias, a sua colecção de objectos de arte e os seus automóveis. Os Rotschild queixaram-se ao tribunal que o grande e rápido Juerg Heer lhes havia feito um "buraco" nas finanças avaliado em 155 milhões de dólares

3. A ICI (Imperial Chemical Industries), a maior empresa industrial britânica, decidiu tomar medidas do máximo efeito após revelar as grandes quebras sofridas nos seus resultados financeiros

referidos a 1992 em que sustentou prejuízos no valor de £384 milhões (85 milhões de contos).

Não desejando cair no fosso temível onde outros se despenharam já (a IBM, a General Motors, por exemplo), a ICI, achando que os seus negócios se haviam expandido demasiadamente, resolveu dividir-se em duas: por um lado, a ICI propriamente dita ficará com os produtos químicos industriais, como os explosivos, com os negócios regionais, com as fibras sintéticas, etc.; por outro, a recentemente criada "Zeneca" ficará com os produtos farmacêuticos, com as tintas, com certos outros negócios e produtos especiais. E cada uma delas irá à sua vida. Mas disse Sir Denys Henderson, o último presidente do conselho de administração da empresa global:

«Éramos um negócio voltado para o império. A "IG Farben", alemã, dominava na Europa. A "du Pont de Nemours" possuía a América. Nós tínhamos o Canadá, a Austrália, a África do Sul e a Índia...»

Ou muito nos enganamos, ou Sir Denys e os seus colegas do conselho de administração da ICI acordaram tarde. Então só agora se aperceberam de que o império se extinguiu?

de dos povos europeus em fazer despesas na aquisição de novos carros é reduzida.

Prejuízos históricos

Nos Estados Unidos, os três principais fabricantes — General Motors, Ford Motor, Chrysler — sofreram prejuízos gigantescos nos últimos dois anos o que os levou a, espectacular e inovadoramente, associarem-se nos sectores de estudos, investigação e desenvolvimento com o evidente objectivo de evitarem a triplicação dos custos. Mas a cidade de Detroit, antigamente a alma e o coração da indústria automóvel americana, está transformada num alagado de ruínas e a General Motors, em particular, ao anunciar prejuízos de US23 biliões, em 1992 (as maiores perdas jamais sofridas por qualquer empresa, na História) confirmou, dias após

a revelação desses resultados, o efectivo despedimento de 74 000 trabalhadores e o encerramento de 21 fábricas. Foi o próprio presidente da companhia, Robert Stempel, quem identificou, uma a uma, as fábricas em questão.

Simultaneamente, a Ford tornava públicos prejuízos de um bilião e trezentos milhões de dólares na formação dos quais participaram em larga escala as operações deficitárias na Grã-Bretanha e a estagnação da "Jaguar" que, como se sabe, a Ford adquiriu há cerca de quatro anos. A Chrysler foi a que apresentou melhores resultados (lucros: 356 milhões de dólares) e isto, na ocasião importante em que Robert Eaton, anteriormente presidente da GM Europa, assumia o cargo de "chairman" da companhia em substituição do exuberante Lee Iacocca. Não se perca de vista, entretanto, que a Chrysler é a mais vulnerável das três grandes empresas americanas do automóvel e que a sua "recuperação" financeira continua apenas a ser possível porque a questão da contabilização dos valores das pensões e reformas do pessoal (alguns biliões de dólares) não está resolvida. Este assunto levantou sérias dúvidas aos Bancos que estiveram envolvidos na reestruturação das dívidas da empresa.

«Cinco anos de incertezas»

Alguns outros fabricantes mundiais bem conhecidos no mercado português têm publicado interessantes informações quanto ao estado das suas actividades e das suas finanças. Assim, a "Toyota" anunciou uma quebra nas suas vendas da ordem dos 22%. Os lucros da "Fiat", segundo carta de Giovanni Agnelli aos seus accionistas, teriam descido para metade, em 1992, enquanto o ano presente, ainda segundo Agnelli, se apresenta crítico. No Japão, a "Nissan Motor" anunciou perdas de 29 biliões de Yen (36,5 milhões de contos) e, para reduzir os custos, decidiu fechar uma das suas cinco principais fábricas, despedindo o correspondente pessoal, como se torna evidente. Os prejuízos da "Saab" (fabricante sueco) foram de 343 milhões de dólares.

«Os fabricantes alemães têm na sua frente pelo menos cinco anos de incertezas», disse o novo presidente da "Opel", David Herman. Com efeito, a confiança do mercado consumidor germânico evaporou-se e o moral da população nunca foi tão baixo nos últimos 40 anos. No geral, a produção de automóveis na Alemanha diminuiu em 27% durante o mês de Janeiro e o "output" de viaturas comerciais perdeu 57% em relação aos valores verificados em 1992. Segundo o presidente da "Opel", a actual recessão mostra características que não são usuais. «Uma recessão normal», disse, «costumava durar um ou dois anos, apenas, e fazia-se seguir por um razoável período de vivo crescimento económico. Desta vez, porém, não vejo possibilidades de recuperação».

Operários mexicanos! Salvem a "Mercedes"!

Mas a "Mercedes-Benz", extremamente cautelosa quanto ao futuro, divulgou planos de reestruturação de toda a sua actividade que trarão consequências drásticas para quase toda a indústria germanica. Edzard Reuter, presidente da importante companhia, declarou que a "Mercedes" entrará, proximamente, no mercado dos carros pequenos para a cidade, assim como no dos veículos "multi-purpose" racionalizando os métodos de direcção e transferindo operações de montagem para Espanha, para a Coreia do Sul e para o México.

Apoiada pelo seu accionista dominante, o Deutsche Bank, a "Mercedes-Benz", cujas vendas se apresentam em perfeita e alegre queda livre, chegou à conclusão que os custos de mão-de-obra na Alemanha se tornaram incomportáveis começando, consequentemente, a comprometer o futuro da grande marca e o da própria empresa-mãe, a "Daimler-Benz". Naturalmente que os operários mexicanos com salários de 4 dólares por dia (cerca de 500 escudos) contribuirão decisivamente para os melhores dias em que a "Mercedes", a "Daimler-Benz" e o Deutsche Bank confiam.

A "BMW", numa comunicação aos respectivos accionistas, fez saber que as suas vendas, em 1993, estavam a diminuir substancialmente.

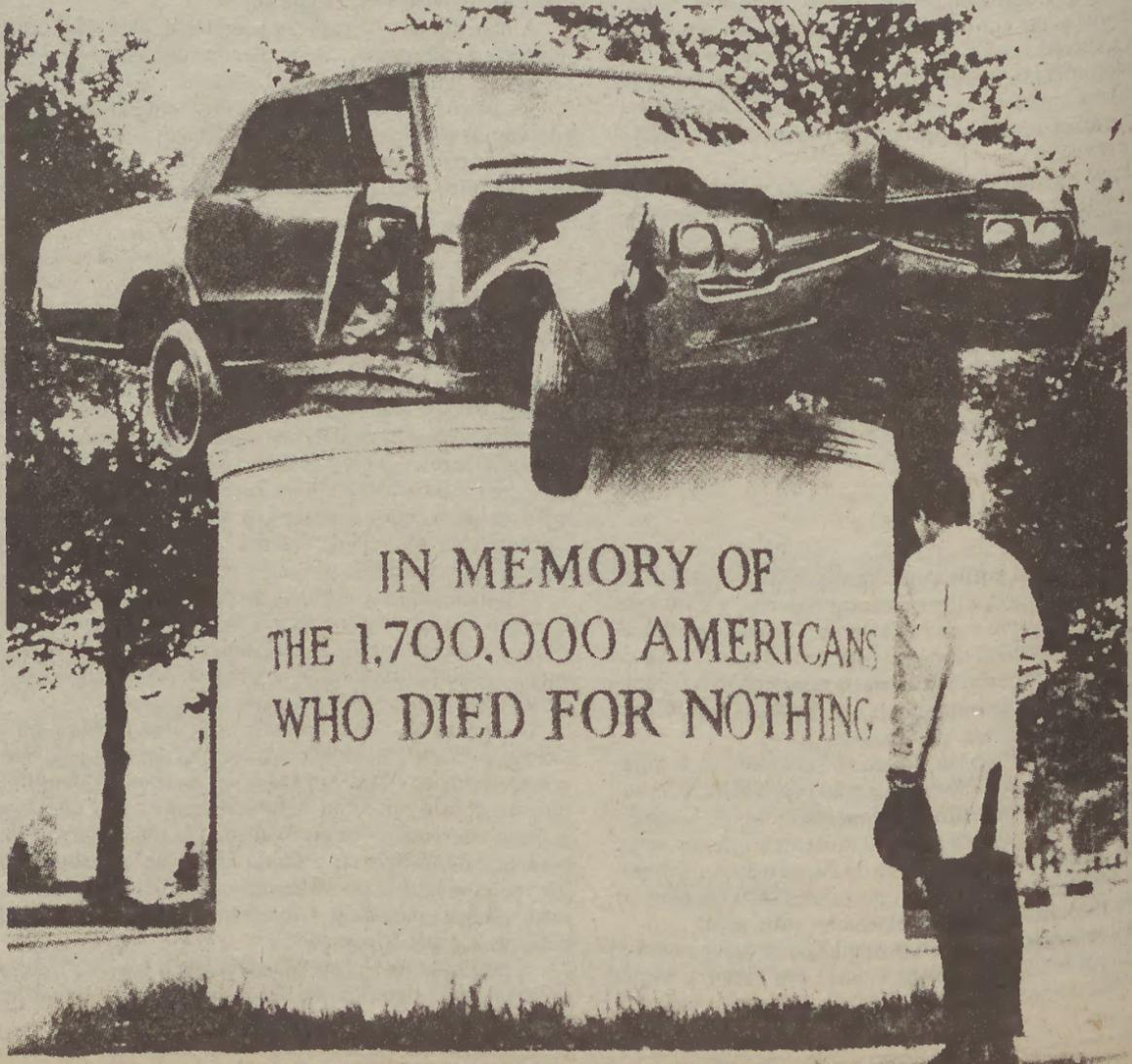
O automóvel na vida moderna

Um homem e o seu carro. Uma senhora e o seu automóvel. Aspectos da vida dos nossos dias. Engarrafamentos monumentais nos grandes centros. As vezes, os automóveis, em vez de conforto, rapidez e eficiência, só nos dão trabalho. Certas cidades, como Lisboa, não dispõem de infra-estruturas apropriadas ao trânsito que nelas circula. Não existem parques de estacionamento às portas da capital portuguesa. E toda a gente pretende tirar partido do impossível: levar o carro até ao próprio local de trabalho. Contraditoriamente, muitos milhares de outras viaturas apodrecem e jazem paradas nos passeios. O espectáculo não é dos melhores.

Mas o automóvel é uma necessidade do cidadão moderno. Imprescindível para muitos. Pode ser a base do ganho. É uma característica da nossa civilização. Para outros, é uma forma de estatuto social. Cada vez existem mais automóveis e os fabricantes lançam constantemente os seus intermináveis últimos modelos no mercado. Muito boa gente, é verdade, costuma cair vítima da tentação de ser visto ao volante do melhor, do mais moderno, veloz e completo automóvel à última palavra. O negócio de compra e venda de viaturas costumava prosperar e às vezes tornava-se febril, tal como o das hipotecas. Das modalidades de pagamento que se inventaram não desejamos falar. Mas a verdade é que as grandes fábricas precisam de aumentar as vendas. A concorrência entre elas é simplesmente de vida ou de morte. Muitas das mais famosas marcas desapareceram do mercado e dizem-nos que no próximo futuro a indústria automóvel mundial, para ter viabilidade, irá contrair-se mais ainda — duas ou três marcas na América e outras tantas na Europa sendo irrelevante o nome dos respectivos fabricantes. Porquê? Não terá o motor que faz trabalhar a indústria automóvel aquecido em demasia?

Não há trabalho

Nos principais mercados (Europa, Estados Unidos, Japão) a procura caiu espectacularmente e os especialistas dizem não ver quaisquer sinais de rápida recuperação. A situação apresenta-se com extrema gravidade visto que a indústria de fabricação de automóveis emprega centenas de milhares de operários em muitos países. Neste momento, a produção vai-se processando em função de previsões de venda que a realidade não confirma e até desmente. Os seis maiores fabricantes europeus, antecipando uma reanimação do mercado que está longe de verificar-se, prepararam capacidade adicional em diversos países, mas fizeram-no no pior momento possível. As novas fábricas, em Portugal, na ex-RDA, na Polónia, na Hungria, na ex-Checoslováquia, na Grã-Bretanha, na Itália, foram projectadas para um mercado que, simplesmente, não existem. E quatro dos referidos seis fabricantes (Volkswagen, Ford Europa, GM Europa, Renault) julgando que a resposta para a grande crise do sector estava na simples mudança dos quadros superiores de direcção promovendo imaginações novas, foi isso mesmo que fizeram: anunciaram profundas alterações nos respectivos grupos executivos. E tudo ficou na mesma. Ou ainda pior. No actual clima económico-social e político, a vonta-



Gazetilha

Telenovela do CCB

O Centro que era ou ia ser na primavera do prometer muito europeu comunitário e fariseu e monetário o Centro que era ou ia ser Centro (quimera...) bem cultural está a aprender pra vir a ser um Centro mas Comercial...

Ladrão? «Não»...

Facturas, cheques: tudo nesta mão.
— É uma conspiração.

Homessa, as provas todas aqui estão!
— São tudo coisas da oposição.

Há fraude! O Secretário é um ladrão!
— Coitado, apenas teve o seu quinhão...

Mas não vai demitir o charlatão?
— Demiti-lo? Eu? Por que razão?
Fique-se em paz o nobre cidadão.

É um bom europeu com bom cifrão...

Ah, agora percebo!

As casas, muitas são que estão vazias.
Mas por que fantasias?
Cresce na boca a água, só de as ver.
E ficam por vender...

As razões são bem claras
— diz o Ministro, gordo de emoção —
as casas não se vendem porque são
tremendamente caras...

Abro os olhos de espanto. Realmente!
Que bom ter um ministro inteligente...

Soneto

Soneto: para já, o teu serviço
vai ser, em rimas chãs, denunciar
de Cavaco a impostura singular.
Diz o soneto:

— Ó pá, não faças isso!

Vais — torno eu. — Estão a levar sumiço
milhões e mais milhões, coisa vulgar
com os passarões rasteiros, a voar.
Diz o soneto:

— Ó pá, não faças isso!

Faço! Dirás da vida sem grandeza
que aumenta a doença, a fome. E que a pobreza,
mais ferozmente pobre, agora veio.

— Pronto — o soneto diz. — Eu meto o espeto.
Mas sei que vão dizer que já soneto
não sou, mas outra força de bloqueio.

■ IGNOTUS SUN

PONTOS CARDEAIS

Clinton e os pobres

O novel presidente dos EUA, Bill Clinton, prometeu na campanha eleitoral que ia tornar possível o acesso de toda a gente às universidades, coisa, aliás, bem necessária, dado que estudar numa universidade americana pode custar qualquer coisa como 4000 contos/ano. Vai daí, juntou uma escolhida assistência - um grupo de entusiásticos estudantes da universidade Rutgers, de Nova Iorque - e explicou como ia facilitar o acesso dos pobres aos cursos superiores.

A coisa é criativa à brava: os estudantes pobres que estejam interessados em obter um curso superior passam a realizar um ano de serviço cívico, recebendo, em troca, dois anos de curso universitário integralmente custeados pelo governo federal. Segundo a presidencial perspectiva, o método tem a vantagem adicional de envolver a juventude no melhoramento das degradadas condições de vida de numerosas cidades americanas, o que deve dar um resultadão pois, como se sabe, o que os milhões de desempregados norte-americanos precisam, enquanto vagueiam pelas tais cidades degradadas, é de um serviço cívico que lhes anime a vida.

Quando aos candidatos pobres aos cursos superiores, só devem ter um problema: é que após os primeiros dois anos de universidade grátis (ganhos

com um ano de serviço cívico), terão de interromper os estudos durante outro ano, para terem direito a mais dois, e assim sucessivamente. Caso não desistam e vão tendo algum aproveitamento, só se espera que sejam jovens durante muito anos, para que tenham tempo de acabar o curso antes da idade da reforma...

Devaneios I

O Governo prepara-se para pôr na rua 30% dos funcionários do Instituto Nacional de Investigação Agrária (INIA), enquanto o Conselho Científico desta instituição, em documento aprovado por unanimidade, protesta energicamente contra a medida. Entretanto, o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, esclareceu a decisão de reduzir drasticamente a actividade do Instituto com esta frase lapidar: "Portugal não está em condições de financiar devaneios em matéria de investigação agrária".

Ao menos temos um Governo coerente. Dado que anda a destruir meticulosamente a agricultura portuguesa, para que há-de consentir num Instituto de Investigação Agrária? De facto só se for para devaneios...

Devaneios II

Mas o secretário de Estado da Agricultura, Álvaro Amaro, é homem de ideias claras e, sobretudo, abundantes. Numa das suas

prolixas entrevistas (neste caso ao "Diabo"), além de achar que não há corrupção significativa na distribuição dos fundos comunitários e que falar disso "prejudica os interesses portugueses junto de Bruxelas", descobriu igualmente que "a agricultura portuguesa tem vivido ao longo de anos encerrada nas fronteiras do País e agora desponha para o exterior. E por isso tem de correr certos riscos..." Nomeadamente, não o risco, mas o facto já consumado, de ser a produção agrícola exterior que está a "despontar" Portugal dentro. O que está a ser um excelente "devaneio" para os nossos agricultores, com as produções a apodrecer na terra e a miséria à espreita.

Bimbo, ele?!

Numa entrevista ao "Tal e Qual" onde recusa, com um sólido sorriso, o epíteto de "bimbo", o agora candidato PSD à Câmara de Lisboa, Macário Correia, quis demonstrar a dado passo que também se tem divertido na vida, afirmando: "Gosto de sair, de ouvir música, de tomar um copo, de conviver com os amigos e respeito todos os vícios e virtudes de cada qual. Acontece que, por força das funções que tenho ocupado - nas áreas do ambiente e da saúde - a minha postura pública tem estado ligada à defesa da qualidade de vida". Ah, afinal é tudo uma questão de postura... por força das funções!

frases da Semana

"Espero que o companheiro Macário Correia consiga fazer o que eu não consegui nas eleições autárquicas em 1989. Lisboa precisa de alguém menos intelectual."

☞ (Marcelo Rebelo de Sousa, no discurso da candidatura de Macário à Câmara Municipal de Lisboa — «A Capital», 12.03.93)

"Não sou nenhum saloio!"

☞ (Macário Correia ao «Tal & Qual», 12.03.93)

"Devo dizer que admiro muito a posição de Macário Correia por ter aceite. À partida, as probabilidades de ganhar não são grandes..."

☞ (Álvaro Barreto, em entrevista a «O Independente», 12.03.03)

"Hoje, o partido aberto, vivo e, de certa maneira, diverso que era o PSD, está muito virado para um partido com uma grande unicidade e seguidismo."

☞ (Idem)

"As pessoas que têm uma certa independência do Governo podem falar. As outras não. Têm medo."

☞ (Idem)

"Braga de Macedo é um fundamentalista."

☞ (Título da entrevista citada, a «O Independente», frase atribuída a Álvaro Barreto)

"Gostaria que houvesse um pouco mais de ideal, de discussão política no seu sentido próprio, de confronto dos pontos de vista, do princípio do contraditório, enfim, da síntese e da antítese."

☞ (Margarida Marante, em entrevista ao «Jornal de Notícias», Suplemento, 28.02 a 6.03.93)

"Sondagem: Abecasis bate Macário."

☞ (Título do «Semanário», 13.03.03)

"Conheço bem a força e determinação do eng.º Macário Correia para conseguir ultrapassar as dificuldades desse processo de eleição. A fé é a última coisa a perder-se."

☞ (Álvaro Amaro, secretário de Estado da Agricultura a «O Diabo», 16.03.93)



III CONGRESSO JCP

Reuniões e plenários preparatórios do Congresso

Alcobaça

Café-concerto - sábado, dia 20 às 21.30

Almada

Eleição de delegados

Amarante

Colectivo da cidade - domingo, dia 21 às 15.00

Beja

Colectivo da cidade - sábado, dia 20 às 16.00

Chaves

Eleição de delegados - sábado, dia 20 no CT

Coimbra

Plenário da Org. do Ensino Superior - terça-feira, dia 23 às 21.30

Évora

Colectivo da cidade - sábado, dia 20 às 10.00

Lisboa

Plenário da Org. do Ensino Superior - quinta-feira, às 20.30 na sede da JCP
Colectivo da Fac. Ciências - sexta-feira, dia 19 às 20.00 na sede da JCP
Colectivo do ISCTE - sexta-feira, dia 19 às 21.00 na sede da JCP
Plenário da cidade - sexta-feira, dia 19 às 21.00 na sede da JCP
Reunião em Algés - domingo, dia 21 às 15.00, no CT
Colectivo do Ensino Superior Privado - segunda-feira, dia 22 às 20.30 na sede da JCP
Colectivo do IST - segunda-feira, dia 22 às 20.30 na sede da JCP
Colectivo da Fac. de Arquitectura - terça-feira, dia 23 às 21.00 na sede da JCP

Loures

Encontro concelhio - sábado, dia 20 às 10.00 na Casa da Cultura de St.ª. Iria de Azóia

Maia

Colectivo - sábado, dia 20 às 18.00

Marinha Grande

Eleição de delegados. Convívio - Sábado, dia 20 às 15.00 no CT

Matosinhos

Colectivo - sexta-feira, dia 19 às 21.00 no CT

Porto

Acção de rua na Baixa - sexta-feira, dia 19 às 17.00
Ens. Superior: debate sobre Movimentos Estudantis - sexta-feira, dia 19 às 21.00 na sede da JCP
Colectivo das Freguesias da Zona Oriental - sexta-feira, dia 19 às 21.30 na sede da JCP
Colectivo dos Externatos - sábado, dia 20 às 11.00 na sede da JCP
Colectivo do Secundário. Debate sobre Ensino - sábado, dia 20 às 15.30 no CT da Boavista - sexta-feira, dia 19 às 21.00 no CT
Colectivo de Paranhos - sábado, dia 20 às 17.00

Santarém

Organização do Ens. Superior - quinta-feira, dia 18 às 17.00

Santarém

Reunião distrital - sexta-feira, dia 19 às 18.00 no CT do PCP de Torres Novas
Colectivo de Vale Cavalos - sábado, dia 20 às 21.00 no CT de Vale Cavalos
Eleição de delegados - terça-feira, dia 23 às 17.00 no CT de Santarém

Torres Novas

Colectivo da cidade - sexta-feira, dia 19 às 15.00 no CT do PCP

Vila Real

Eleição de delegados - quinta-feira no CT

Agenda

AMADORA

Encontro da CDU para apresentação pública do Cabeça de Lista da CDU à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas. Sexta-feira às 21.00, no Auditório Municipal, com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

AVEIRO

Encontro Regional de Quadros do PCP, com a participação do camarada Carlos Carvalhas: no Salão Cultural da CM da Aveiro, sábado a partir das 15.00. Sessão pública de encerramento às 18.00.

Carlos Carvalhas participa ainda no distrito em duas iniciativas comemorativas do 72º aniversário do PCP: almoço-convívio no restaurante "Pôr do Sol" em Óis da Ribeira/Águeda (sábado às 12.30) e jantar na "Albergaria S. Cristóvão" em Ovar (sábado às 20.00).

BRAGANÇA

Almoço comemorativo do 72º aniversário do PCP: no restaurante "O Arco", domingo, com a participação do camarada António Lopes.

CASCAIS

Reunião de eleitos na Freguesia de S. Domingos de Rana com militantes da organização local de Trajouce: no CT de Tires, sexta-feira às 21.30.

FAMALICÃO

Encontro de eleitos da CDU com activistas e amigos: sábado, às 15.00, no CT do PCP.

LISBOA

Plenário do sector Serviços sobre trabalho sindical, com participação do camarada Rosa Rabiais: no CT da Av. Duque de Loulé, hoje, quinta-feira, às 19.30.

Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP promovido pela Organização da Zona Ocidental de Lisboa na Escola Manuel da Maia, sábado a partir das 12.00. Presença do camarada Álvaro Cunhal.

MONTIJO

Encontro Distrital de Setúbal da CDU: nos Bombeiros Voluntários do Montijo, domingo, das 10.00 às 13.00. Participa o camarada Carlos Carvalhas.

ODEMIRA

Almoço-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP: na Sociedade de S. Luís, sábado às 13.00, com a participação de António Murteira e António João.

PAREDES

Jantar-convívio comemorativo do 72º aniversário do PCP no restaurante "Zangão", em Baltar, com a participação do camarada Ilda Figueiredo. Música Popular com o conjunto "Viva a Música". Sábado às 20.30.

PORTO

Encontro da CDU sobre os problemas dos bairros camarários e do Estado da cidade do Porto: na Junta de Freguesia de Sto. Ildefonso, sábado a partir das 10.00.

Seminário/debate sobre "A política desportiva do País": na Junta de Freguesia de Cedofeita, segunda-feira às 21.30, com a participação de António Filipe e Carlos Rabaçal.

SEIXAL

Paio Pires: "CDU presta contas", com a participação de eleitos na Junta de Freguesia e na Câmara Municipal. Sábado, às 15.00, na sede do Paio Pires Futebol Clube.

SETÚBAL

Debate: "A reforma curricular - uma crise que urge ultrapassar". No Edifício Arrábida, hoje, quinta-feira, às 21.00, com a participação de Manuela Esteves.

SINTRA

Plenário de militantes de Terrugem, com a participação de António Cordeiro. Sábado, às 21.00, no CT.

VIANA DO CASTELO

Darque - Encontro CDU sob o lema "Por Darque com o Futuro", sábado às

15.00, na Sociedade de Instrução e Recreio Darquense, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

Caminha - Encontro de activistas da CDU, sábado, às 21.00, na sede da Candidatura da CDU

(R. Joaquim Rosa, 10), onde na mesma noite serão inauguradas duas exposições: de obras dos artistas plásticos Júlio Capela e Alvaro Queirós e de livros de Manuel da Fonseca. Estará presente o camarada Henrique de Sousa.

Carlos Carvalhas em iniciativas do PCP e da CDU

Amadora

Encontro concelhio da CDU
Sexta-feira às 21h
no Auditório Municipal

*

Aveiro

Encontro Regional de Quadros do PCP
Sábado
Sessão pública de encerramento às 18h

*

72º aniversário do PCP

Sábado:
Almoço em Óis da Ribeira/Águeda
Jantar em Ovar

*

Setúbal

Encontro Distrital da CDU
Domingo
das 10 às 13h
nos Bombeiros Voluntários do Montijo

III CONGRESSO JCP

Debates

Lisboa, na sede da JCP • Questões do ambiente - terça-feira, dia 23 às 21.00 • Associativismo juvenil - quarta-feira, dia 24 às 21.00 • Habitação - quinta-feira, dia 25, às 21.00

Pinhal Novo • Associativismo juvenil - sexta-feira, dia 19

Baixa da Banheira • Problemas dos jovens trabalhadores - domingo, dia 21

Carlos Carvalhas

na TSF
Programa Grande Júri
Sábado
(a seguir ao Noticiário das 12h)

Partido Comunista Português

PCP

Almoço Convívio
Dia 20 Março * às 12H.
Escola Manuel da Maia

*
* Ementa *
* Caldo Verde
* Carne Assada
* Arroz
* Doce ou Salada de Frutas
* Bebidas

participa o camarada
Álvaro Cunhal
Presidente do Conselho Nacional

72º ANIVERSÁRIO

PROGRAMA • PROGRAMA • PROGRAMA •

28 de Março
INSCREVE-TE!

MATANÇA DO PORCO NA ATALAIA - 28 MARÇO

09,00 - MATANÇA DO PORCO
13,00 - ALMOÇO
15,30 - INTERVENÇÃO POLITICA COM O CAMARADA
ÁLVARO CUNHAL
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL
16,30 - MÚSICA POPULAR PORTUGUESA
BAILE
18,00 - MOMENTO DO FADO
1.500\$00

INSCRIÇÕES
BANCARIOS E SEGUROS - C.T. VITÓRIA
CENTRO NORTE E SERVIÇOS - C.T. DUQUE LOULÉ
DATA LIMITE P/INSCRIÇÃO - 20 de MARÇO

PROGRAMA • PROGRAMA • PROGRAMA •

72º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS



Avante!
Agenda
Televisão

Quinta, 18



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 As Diaburas do Pimentinha
11.30 Notas para Si
12.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Perícia e Glória
14.25 Ponto por Ponto
15.25 Bomba, o Filho de Tarzan
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.35 Grande Noite
22.40 Allô, Allô
23.10 Sexualidades
24.00 O Fogo de Gabriel
00.55 24 Horas
01.40 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 Marie Curie
12.30 Os Roberts
13.30 Agora, Escolha!
14.50 Uma Questão de Consciência
15.20 Euroritmias
16.05 Os Arabes
16.05 Chá das 5
17.45 Carrusel
18.30 Acção em Miami

Sexta, 19



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Dança no Campo
11.30 Agora é que São Elas
11.50 Culinária
12.15 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 Faces da Cultura
14.25 Ponto por Ponto
15.10 Contra Todos os Riscos
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.40 Caderno Diário
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 Roda da Sorte
19.15 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Marina, Marina
22.10 Cenas Conjugais
(ver «Filmes na TV»)
23.35 24 Horas
00.25 Remate
00.45 Alex no País das Maravilhas
(ver «Filmes na TV»)
02.30 Gente de Iniciativa
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.25 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
14.00 Agora Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
12.00 Walter e Emily
12.25 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
14.00 Agora Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência

Sábado, 20



08.00 Canal Jovem
12.15 Luta Livre Americana
13.00 Parlamento
13.40 Mercado Único
13.55 Clube Disney
15.30 A Tragédia do Expresso do Sul
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Feira da Música
18.10 Arca de Noé
18.45 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.40 Felicidade
22.30 Parabéns
00.10 Sessão Dupla I
(três filmes em alternativa - ver «Filmes na TV»)
01.40 Sessão Dupla II - «Barracuda»
(ver «Filmes na TV»)



08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.05 O Ouro da Discórdia
(ver «Filmes na TV»)
13.30 Cinzas (Compacto)
16.00 TV2 Desporto
22.00 No Cumprimento do Dever
22.55 Salomé
00.30 Popoff
01.00 Contradições

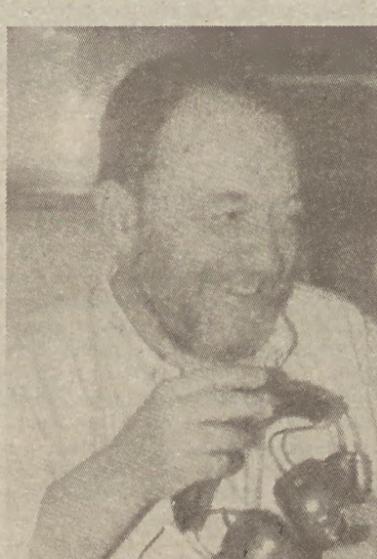


12.00 Quadrilha Selvagem
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino

Domingo, 21



08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
11.30 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.05 Os Melhores Anos
13.30 Top +
14.30 Olha que Dois
15.25 Beverly Hills 90210
16.20 O Tesouro de Matecumbe
(ver «Filmes na TV»)
18.10 Sons do Sol
19.05 Preço Certo
20.00 Jornal de Domingo
20.30 Repórteres
21.05 Felicidade
22.40 Casa Cheia



José Duarte e Outras Músicas - terça ao fim da noite na TV2



MGM, Fábrica de Sonhos - mais um capítulo. Domingo à noite na TV2

Segunda, 22



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Mike e Angelo
11.30 Agora é que São Elas!
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
14.00 Vida Selvagem
14.25 Ponto por Ponto
15.05 Não Há Como a Nossa Casa
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas



MGM, Fábrica de Sonhos - mais um capítulo. Domingo à noite na TV2

Terça, 23



07.30 Bom Dia
10.00 Rua Sésamo
10.30 Loja das Ideias
11.00 Madicken
11.30 Notas para Si
11.50 Culinária
12.05 Mico Preto
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Gerações
13.55 O Mundo da Ciência
14.25 Ponto por Ponto
15.25 O Navio da Esperança
(ver «Filmes na TV»)
16.40 Rua Sésamo
17.10 Brinca Brincando
17.50 Crime, Disse Ela
18.40 A Roda da Sorte
19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Harry, o Detetive em Acção
(ver «Filmes na TV»)
24.00 Murphy Brown
00.30 24 Horas
01.20 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
12.05 Sem Remédio
12.30 Os Roberts
13.05 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Documentário
17.10 Chá das Cinco
18.05 Carrusel
18.55 Acção em Miami
19.50 Magazine Architecture
20.25 As Aventuras da Liberdade
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 A Estrada
(ver «Filmes na TV»)



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
12.05 Sem Remédio
12.30 Os Roberts
13.05 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Documentário
17.10 Chá das Cinco
18.05 Carrusel
18.55 Acção em Miami
19.50 Magazine Architecture
20.25 As Aventuras da Liberdade
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 A Estrada
(ver «Filmes na TV»)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Batalhas Conjugais
22.20 Sexo Forte
23.10 Jogar em Casa
23.45 Último Jornal
00.05 Jornalouco
00.10 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Desejo Final
(ver «Filmes na TV»)
22.15 Olhares
22.45 Desporto Motorizado
23.15 Informação
23.30 Meteorologia



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Príncipe de Bel Air
22.00 Terça à Noite
23.00 Phoenix
23.55 Último Jornal
00.15 Jornalouco
00.20 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Nos Bastidores do Poder
21.35 Filme Português
23.10 Informação
23.25 Meteorologia



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Nos Bastidores do Poder
21.35 Filme Português
23.10 Informação
23.25 Meteorologia

Produção do National Geographic Magazine na TV2 e agora também na SIC - ao domingo.



La Chunga, Vargas Llosa adaptado para TV e encenado em Portugal. Hoje à noite

19.30 Lydia
(ver «Filmes na TV»)
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Maigret
23.50 Teatro: «La Chunga»



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Repórter da Meia-Noite
22.20 Conta Corrente
23.20 Passo a Passo
23.55 Último Jornal
00.15 Jornalouco
00.20 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.35 A Amiga Olga
19.10 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Futebol: Paris St. Germain-Real Madrid
21.50 Farda e Coração
22.40 Informação - «Referendo»
23.10 Informação
23.25 Meteorologia

15.35 Euroritmias
16.20 Odisseia Animal
17.05 Chá das 5
17.55 Carrusel
18.40 Rotações
19.40 Uma Questão de Palavras
20.40 Em Português nos Entendemos
21.30 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 O Par Invisível
(ver «Filmes na TV»)
01.10 Últimas Notas: Lisa Stansfield



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.35 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.05 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.20 12 Indomáveis Patifes
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Último Jornal
00.10 Jornalouco
00.15 Playboy
01.05 Boxe
01.35 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.35 A Amiga Olga
19.10 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Janelas Virtuais
21.05 Desporto
21.35 Agatha Christie
22.35 Desafio à Coragem
(ver «Filmes na TV»)
01.05 Ponto Final
01.10 Meteorologia

13.30 Batman
14.00 Sic Notícias
14.05 As Mais Belas Máquinas
14.30 Portugal Radical
15.00 Fantomas Passa ao Ataque
(ver «Filmes na TV»)
17.10 Justiça Negra
18.00 Internacional SIC
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Benny Hill
21.20 Paixões Secretas
21.50 Crimes
23.15 Último Jornal
23.45 Telefilme: «Licença para Matar»



10.00 A Casa do Tio Carlos
11.30 Punky
11.55 Contra-Ataque
13.10 Lágrimas (compacto)
17.40 Cagney & Lacey
18.35 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Rumores
20.30 Travões Avariados, Carros Usados
(ver «Filmes na TV»)
22.20 O Primeiro Ano do Resto das Nossas Vidas
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Meteorologia

23.25 Grande Área
00.40 Conversa Afiada



08.00 Desenhos Animados
08.10 Os Persuasores
09.00 Uma Família para Joe
09.30 TV2 Desporto
11.00 Regiões
10.30 National Geographic
12.20 Gente da Frente
12.40 Forum Musical
13.40 Realce
14.05 Os Novos Inovadores
15.00 TV2 Desporto
21.45 Palavra Puxa Palavra
22.30 Artes e Letras - «A História da MGM»
23.30 Capitães da Areia
00.15 Voo às Cegas
01.05 Um Anjo à Minha Mesa



12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
13.00 Pássaros de Fogo
13.55 Sic Notícias
14.00 Um Planeta Uma Família
14.30 Fórmula Indy
17.00 Tarzan
17.30 National Geographic Magazine
18.30 Encontros Imediatos
19.00 Benny Hill
19.30 Jornal da Noite
20.05 A Viúva do Enforcado
21.00 Cosby Show
21.30 O Nevoeiro
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Último Jornal
23.45 Segredos
00.35 Deixem Correr o Sangue



10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Colégio Interno
14.00 A Saga dos Wilson
15.00 Documentário
15.50 As Novas Aventuras de Pipi das Meias Altas
(ver «Filmes na TV»)
17.40 O Maluco dos Anúncios
18.10 Heights - A História de um Conjunto
19.00 Telemotor
19.30 Informação Quatro
20.00 Os Bastidores do Espectáculo
20.30 Cartas de Amor
21.30 Tentáculos
23.25 Meteorologia

19.20 Cinzas
20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.40 Cupido Electrónico
22.10 Entre Famílias
23.20 Mulheres de Windsor
00.15 24 Horas
01.10 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
10.55 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
12.40 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.35 Euroritmias
16.25 Terra de Fogo e Sangue
17.15 Chá das Cinco
18.15 Carrusel
18.50 Acção em Miami
19.50 Cinemazine
20.20 Milénio
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 Fogo Cruzado
24.00 Os Carabineiros
(ver «Filmes na TV»)



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Dormindo com o Inimigo
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Tostões e Milhões
00.05 Último Jornal
00.25 Jornalouco
00.30 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.10 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.35 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Telefilme: «A Escolha de Uma Mãe»
22.10 Fado, Fadinho
22.40 Desporto
23.15 Ponto Final
23.30 Meteorologia

20.00 Telejornal
20.35 Pedra sobre Pedra
21.30 Isto Só Video
22.05 Você Decide
23.00 A Marcha do Tempo
00.20 24 Horas
01.10 Remate



09.00 Videotexto
10.30 Grandes Tormentos
11.00 Infantil
11.30 La Florentine
12.30 Os Roberts
13.00 Luas de Mel
13.35 Agora, Escolha!
15.00 Uma Questão de Consciência
15.30 Euroritmias
16.25 Extra Dimensões
17.10 Chá das 5
18.05 Carrusel
18.50 Acção em Miami
19.50 Magazine Ecologia
20.20 As Asas da Tragédia
21.10 Ao Som do Automóvel
21.20 Barriga de Aluguer
22.30 TV2 Jornal
23.00 O Bar da Última Esperança
(ver «Filmes na TV»)
00.40 Outras Músicas



16.30 Sic Notícias
16.35 Laços de Família
17.30 Responder à Letra
18.00 Sic Notícias
18.10 Praça Pública
18.30 Gente Fina
19.30 Jornal da Noite
20.00 De Corpo e Alma
20.50 Placard Electrónico
21.30 Príncipe de Bel Air
22.00 Terça à Noite
23.00 Phoenix
23.55 Último Jornal
00.15 Jornalouco
00.20 MTV



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Nos Bastidores do Poder
21.35 Filme Português
23.10 Informação
23.25 Meteorologia



16.30 A Casa do Tio Carlos
17.05 Já Tocou!
17.35 Lágrimas
18.30 A Amiga Olga
19.05 Rica Saúde
19.30 Informação Quatro
20.00 Telhados de Vidro
20.30 Nos Bastidores do Poder
21.35 Filme Português
23.10 Informação
23.25 Meteorologia

Filmes na TV

QUINTA, 18

Bomba, O Filho de Tarzan

«Bomba, The Jungle Boy» (EUA/1949). Real.: Ford Beebe. Int.: Johnny Sheffield, Peggy Ann Garner, Onslow Stevens. P/B, 68 min. *Aventuras*. (15.25, Canal 1)

Lydia

«Lydia» (EUA/1941). Real.: Julien Duvivier. Int.: Merle Oberon, Joseph Cotten, Alan Marshall, Edna May Oliver. P/B, 95 min. *Ver Destaque*. (19.30, TV 2)

SEXTA, 19

Contra Todos os Riscos

«Classe Tous Risques» (Fr./It./1959). Real.: Claude Sautet. Int.: Lino Ventura, Sandra Milo, Jean-Paul Belmondo, Marcel Dalio. P/B, 103 min. *Ver Destaque*. (14.55, Canal 1)

12 Indomáveis Patifes

«Dirty Dozen» (EUA/1968). Real.: Robert Aldrich. Int.: Lee Marvin, Ernest Borgnine, John Cassavetes, Charles Bronson, Robert Ryan. Cor, 145 minutos. *Ver Destaque*. (21.20, SIC)

Cenas Conjugais

«Scenes From a Mall» (EUA/1990). Real.: Paul Mazursky. Int.: Woody Allen, Bette Midler, Bill Irwin, Daren Firestone, Rebecca Nickels, Paul Mazursky. Cor, 84 min. *Ver Destaque*. (22.10, Canal 1)

Desafio à Coragem

«Bite the Bullet» (EUA/1975). Real.: Richard Brooks. Int.: Gene Hackman, Candice Bergen, James Coburn, Ben Johnson. Cor, 131 min. *Ver Destaque*. (22.30, Quatro)

O Par Invisível

«Topper» (EUA/1937). Real.: Norman Z. McLeod. Int.: Cary Grant, Constance Bennett, Roland Young, Billie Burke. P/B, 93 min. *Ver Destaque*. (23.00, TV 2)

Alex no País das Maravilhas

«Alex in Wonderland» (EUA/1970). Real.: Paul Mazursky. Int.: Donald Sutherland, Ellen Burstyn, Meg Mazursky, Gianna Sergent, Federico Fellini, Jeanne Moreau. Cor, 105 min. *Ver Destaque*. (00.45, Canal 1)

Gente de Iniciativa

«Seniors» (EUA/1987). Real.: Rod Amateau. Int.: Jeffrey Byron, Dennis Quaid, Gary Imhoff, Lou Richards, Priscilla Barnes. Cor, 84 min. *Comédia*. (02.30, Canal 1)

SÁBADO, 20

O Ouro da Discórdia

«Carson City» (EUA/1952). Real.: André de Toth. Int.: Randolph Scott, Lucille Norman, Raymond Massey, Richard Webb. Cor, 84 min. *Ver Destaque*. (12.05, TV 2)

Fantomas Passa ao Ataque

«Fantômas Se Déchaine» (Fr./1965). Real.: André Hunebelle. Int.: Jean Marais, Louis de Funès, Mylène Démongeot. Cor, 94 minutos. *Comédia policial*. (15.00, SIC)

A Tragédia do Expresso do Sul

«Disaster on the Coastliner» (EUA/1979). Real.: Richard Serafin. Int.: Lloyd Bridges, Raymond Burr, Robert Fuller, Pat Hingle. Cor, 92 min. *«Thriller»*. (15.30, Canal 1)

Travões Avariados, Carros Estampados

«Used Cars» (EUA/1980). Real.: Robert Zemeckis. Int.: Kurt Russell, Jack Warden, Gerrit Graham, Frank McRae, Deborah Harmon. Cor, 111 min. *Ver Destaque*. (20.30, Quatro)

O Primeiro Ano do Resto das Nossas Vidas

«St. Elmo's Fire» (EUA/1985). Real.: Joel Schumacher. Int.: Rob Lowe, Emilio Estevez, Demi Moore, Ally Sheedy. Cor, 108 min. *Ver Destaque*. (22.30, Quatro)

Licença para Matar

«Licence To Kill» (EUA/1983). Real.: Jud Taylor. Int.: James Farentino, Penny Fuller, Don Murray, Millie Perkins, Donald Moffat. Cor, 100 min. *Telefilme dramático*. (23.45, SIC)

Néa (Fr./RFA/1976). Real.: Nelly Kaplan. *Erótico*. (Alternativa I). **Alvo Mortal** (EUA/1976). Real.: Elaine May. *Drama*. (Alternativa II). **Entre o Bem e o Mal** (Gr.Br./EUA/

/1990). Real.: David Wickes. *Telefilme de terror*. (Alternativa III). (00.10, Canal 1)

Barracuda - O Terror dos Mares

«Barracuda» (EUA/1978). Real.: Harry Kerwin. Int.: Wayne David Crawford, Jason Evers, Roberta Leighton. Cor, 92 min. *Telefilme de terror*. (01.45, Canal 1)

DOMINGO, 21

As Novas Aventuras da Pippi das Meias Altas

«The New Adventures of Pippi Longstocking» (Gr.Br./1988). Real.: Ken Annakin. Int.: Tami Erin, Eileen Brennan, Dick Van Oatten. Cor, 100 min. *Aventuras - Infantil*. (16.00, Quatro)

O Tesouro de Matecumbe

«Treasure of Matecumbe» (EUA/1976). Real.: Vincent McEvety. Int.: Robert Foxworth, Joan Hackett, Peter Ustinov, Vic Morrow. Cor, 113 min. *Aventuras*. (16.20, Canal 1)

O Nevoeiro

«The Fog» (EUA/1980). Real.: John Carpenter. Int.: Adrienne Barbeau, Jamie Lee Curtis, Janet Leigh, Hal Hallbrook. Cor, 91 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

SEGUNDA, 22

Não Há Como a Nossa Casa

«No Place Like Home» (EUA/1989). Real.: Lee Grant. Int.: Christine Lathi, Jeff Daniels, Scott Marlowe, Kathy Bates. Cor, 90 minutos. *Telefilme dramático*. (15.05, Canal 1)

A Escolha de Uma Mãe

«My Son Johnny» (EUA). Real.: Peter Levin. Int.: Michele Lee, Rick Schroeder, Corin Nemec, Rip Torn. Cor, 93 min. *Telefilme*. (20.30, Quatro)

Dormindo com o Inimigo

«Sleeping With The Enemy» (EUA/1991). Real.: Joseph Ruben. Int.: Julia Roberts, Patrick Bergin. Cor, 99 min. *Ver Destaque*. (21.30, SIC)

Os Carabineiros

«Les Carabiniers» (Fr./It./1963). Real.: Jean-Luis Godard. Int.: Marino Mase, Albert Juross, Geneviève Galéa, Catherino Ribeiro. P/B, 76 min. *Ver Destaque*. (00.00, TV 2)

TERÇA, 23

O Navio da Esperança

«La Nave Bianca» (It./1941). Real.: Roberto Rossellini. Int.: Oficiais e Marinheiros da Armada Italiana e Voluntários da Cruz Vermelha. B/B, 69 minutos. *Ver Destaque*. (15.25, Canal 1)

Filme português - Informação não recebida até à hora de fecho desta edição (21.20, Quatro)

O Bar da Última Esperança

«La Passante du Sans-Souci» (Gr./RFA/1982). Real.: Jacques Rouffio. Int.: Romy Schneider, Michel Piccoli, Helmut Griem, Mathieu Carrière, Maria Schell. Cor, 111 min. *Ver Destaque*. (23.00, TV 2)

QUARTA, 24

O Funeral é Seu

«That's Your Funeral» (Gr.Br.). Real.: John Robins. Int.: Bill Frazer, Raymond Huntley, David Battley, John Ronane, Sue Lloyd. Cor, 80 minutos. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

O Desejo Final

«Rocket Gibraltar» (EUA/1988). Real.: Daniel Petrie. Int.: Burt Lancaster, Suzi Amis, Patricia Clarkson, Frances Conroy. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (20.30, Quatro)

Harry - O Detective em Acção

«Magnum Force» (EUA/1973). Real.: Ted Post. Int.: Clint Eastwood, Hal Halbrook, Mitchell Ryan, David Soul, Felton Perry. Cor, 118 min. *Policial*. (21.55, Canal 1)

A Estrada

«La Strada» (It./1954). Real.: Federico Fellini. Int.: Giulietta Massina, Anthony Quinn, Richard Basehart, Aldo Silvani, Marcella Rovere. P/B, 103 min. *Ver Destaque*. (00.15, TV 2)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Lydia (Quinta, 19.30, TV 2)

O realizador Julien Duvivier já encenara em 1936 um outro filme (*Le Carnet du Bal*) com o mesmo argumento. Agora, cinco anos depois, é convidado por Alexander Korda, o produtor britânico, para realizar nos EUA um *remake* desse filme, desta vez com Merle Oberon e Joseph Cotten nos principais papéis de um *melodrama* centrado sobre as recordações dos antigos amores de uma velha senhora. Mas os intérpretes e a fotografia a preto-e-branco são as mais notórias recomendações para este filme de um dos melhores realizadores clássicos franceses.

Contra Todos os Riscos (Sexta, 14.55, Canal 1)

É caso para louvar a chegada à RTP de um «pacote» de alguns recomendáveis exemplares da cinematografia francesa, num relativo mas bem-vindo contraponto à hegemonia norte-americana. Como é o exemplo deste filme de Claude Sautet, dos mais interessantes da escola francesa do cinema policial, renovada pela *nouvelle vague*, com argumento saído do romance homónimo de Jose Giovanni, um dos melhores autores franceses do «género», e que conta a história de um *gangster* condenado em Itália que foge para França como primeiro trampolim para uma fuga definitiva para a América, a qual nunca chega a consumir-se face à traição de cúmplices de última hora.

12 Indomáveis Patifes (Sexta, 21.20, SIC)

Estamos perante um esquema tornado clássico: o recrutamento de perigosos cadastrados para a constituição de comandos destinados ao cumprimento «suicida» de missões que se destinam ao supremo bem comum. Neste caso, e durante a II Guerra Mundial, um major das FFAA norte-americanas é encarregado de reunir e treinar doze destes «duros» com a missão de actuarem no teatro de guerra europeu, nas vésperas do desembarque aliado, atacando um castelo onde vivem alguns dos mais importantes chefes militares nazis para os liquidar. Como também é clássico, a maioria destes «patifes» sucumbirá durante o heróico acto, mas o espectador ainda terá tempo suficiente (o filme, aliás, é longo) para seguir o seu acidentado percurso e apreciar o trabalho de interpretação a cargo de um excelente naipe de intérpretes - um dos lados positivos mais relevantes deste filme de Robert Aldrich posteriormente objecto de três *sequelas* menores, realizadas para a televisão.

Cenas Conjugais (Sexta, 22.10, Canal 1)

Realizado em 1990 por Paul Mazursky, um cineasta norte-americano inclinado para a comédia intimista, este filme tem a habitá-lo figuras pertencentes à média burguesia: um casal (e os seus problemas) surpreendido durante uma alucinante tarde de compras num centro comercial de Los Angeles. Uma experiência cinematográfica falhada, como algumas outras do realizador, mas em que vem à superfície o talento histriónico de Bette Midler e, sobretudo, de Woody Allen.

Desafio à Coragem (Sexta, 22.30, Quatro)

Mas a preferência, nesta tão recheada sexta-feira, parece dever



«O Par Invisível», uma comédia hilariante I

ir para este filme e para o próximo (pelo que o gravador de vídeo deverá, mais uma vez, entrar em acção). Por agora, estamos perante um grande filme de aventuras à boa maneira clássica, de certo modo um *western* em que a «bravura» vai para o confronto entre uma série de personagens que, a cavalo, fazem uma verdadeira prova de «enduro» ao longo de 600 milhas do deserto norte-americano, uma dessas tantas inenarráveis (e já então mediáticas) provas organizadas naquelas paragens, na realidade, no início do século. E a galeria de figuras que, para além dos próprios destemidos e sacrificados equídeos, aqui se confrontam, perante o talento da câmara de Richard Brooks, vai desde «Mister», um velho *cowboy*, à apaixonada Miss Jones, passando por Luke, um aventureiro, e por Sam Clayton, um outro *cowboy* cavalgando a montada de um concorrente rival - respectiva e brilhantemente interpretados por Ben Johnson, Candice Bergen, James Coburn e Gene Hackman.

O Par Invisível (Sexta, 23.00, TV 2)

Também este filme foi objecto de continuções para o cinema e a televisão. Mas, exceptuando talvez a segunda - *O Regresso de Topper* - nenhuma se igualaria ao «original», realizado por Norman Z. McLeod na linha das grandes e divertidas comédias do cinema clás-



Julia Roberts, a intérprete principal de «Dormindo com o Inimigo»

sico, embora sem a subtilidade de tantas delas. Aqui, um casal de «fantasmas» da alta sociedade, emergindo dos corpos das vítimas de um acidente de viação, vem alterar por completo o desinteresse da vida de um banqueiro amigo - a única pessoa que os consegue «ver» -, já que têm de cometer uma «boa acção» para conseguir entrar para o Paraíso. Os «fantasmas» são nada menos do que Cary Grant e Constance Bennett e o banqueiro é um eterno secundário, Robert Young.

Alex no País das Maravilhas

(Sexta, 00.45, Canal 1)

A simples coincidência (ou a falta de imaginação da RTP) faz com que, na mesma noite, o mesmo canal transmita dois filmes do mesmo realizador! De facto, se *Cenas Conjugais*, datado de 1991, é um dos últimos filmes de Paul Mazursky, este *Alex no País das Maravilhas* é o segundo que ele realizou (em 1970). Diga-se, desde já, que as referências também são pouco entusiásticas acerca desta história sarcástica situada na passagem dos anos 60 para os anos 70 e girando à volta das atribulações de um realizador de Hollywood. Mas uma das curiosidades vai para a participação de Federico Fellini no elenco do filme, o que não admira já que estamos, diz-se, perante uma imitação menor do cinema deste realizador italiano.

O Ouro da Discórdia

(Sábado, 12.05, TV 2)

De novo, um dos temas clássicos que fizeram os «géneros»: desta vez, o *western* e a chegada do comboio que traz o progresso, mas também a confrontação. Frente a frente estão Randolph Scott, na pele do bom construtor da linha férrea, e Raymond Massey, o «mau da fita». Não é do que de melhor o «género» nos trouxe, mas de qualquer modo André de Toth, o realizador, é um especialista do *western*, em que se destacam os filmes que rodou, precisamente com Randolph Scott.

O Primeiro Ano do Resto das Nossas Vidas

(Sábado, 22.30, Quatro)

Mais um exemplar do ciclo «o sonho americano», de que já vimos, na *Quatro*, algumas notáveis nuances nas semanas anteriores. Mas agora estamos nos anos 80 e seis jovens colegas, acabados os estudos, vão enfrentar a vida real para a qual, pelos vistos, não estão preparados. A escrita, a política, a música, são algumas das suas ambições, mas a realidade é mais dura do que eles imaginavam. Um filme sobre a amizade e a sua importância na sociedade de da concorrência desenfreada, com excelentes interpretações de alguns dos «jovens turcos» do actual cinema americano.

O Nevoeiro (Domingo, 21.30, SIC)

John Carpenter é, seguramente, um dos novos realizadores de «série B» mais talentosos do cinema americano e, na sua já considerável cinematografia, encontramos uma forma peculiar de glosar os vários temas do domínio do cinema «fantástico», de «terror», de «anticipação científica». Mas, para além da extraordinária eficácia e brilhantismo com que maneja e manipula os dispositivos da encenação e da montagem, não há dúvida de que em muitos dos seus filmes encontramos razões que estão na base das, por vezes, contundentes reservas da crítica, como é justamente o caso da ambiguidade política desta história povoada de *espectros* que vêm das profundezas do fundo do mar e do passado para se vingarem da morte dos seus antepassados nas pessoas dos habitantes de uma cidade costeira da Califórnia.

Dormindo com o Inimigo (Segunda, 21.30, SIC)

Julia Roberts e Patrick Bergin são duas das mais famosas vedetas do cinema americano dos anos 90. E, neste filme, realizado

já em 1991 por Joseph Ruben (um realizador atraído pelas personagens de criminosos psicopatas), a actriz foi substituída por Kim Basinger, a quem estava inicialmente destinado o papel de «procurar fugir do domínio de um marido paranóico». Cem minutos de suspense insuportável, que acabam num final inesperado.

Os Carabineiros

(Segunda, 00.00, TV 2)

Considerado pela imprensa e pelo público, na altura da estreia, como um filme «porco e idiota», o crítico Claude Bouniq-Mercier dá ironicamente razão aos fundamentos de tais críticas, mas contra-argumentando que todas as guerras (como a que envolve as personagens do filme) são, elas sim, «porcas e idiotas». São do próprio Jean-Luc Godard as seguintes palavras: «A acção e os acontecimentos descritos neste



Giulietta Massina e Anthony Quinn, em «A Estrada», de Fellini

filme podem muito bem situar-se não importa onde, à esquerda, à direita, em frente, um pouco por toda a parte e em lado nenhum. (...) Em resumo, tudo, *décor*, personagens, aventuras, diálogos, tudo não é mais do que ideias e, como tal, filmado o mais simplesmente possível.». Adivinha-se, assim, que estamos face a uma das obras mais provocatórias de um realizador polémico mas decisivo na viragem do cinema francês dos anos 60. A recordar.

O Navio da Esperança (Terça, 15.25, Canal 1)

Este filme, semidocumental, interpretado por amadores, descreve a vida a bordo de um navio-hospital da Marinha Italiana durante a II Guerra Mundial e a forma como ali são tratados numerosos feridos de guerra. Mas atente-se na origem e ano de produção deste filme: Itália, 1941. E, ainda, na circunstância de ter ele sido produzido (leia-se, encomendado) pelo Centro de Produção do Ministério da Marinha italiano. Para já não falar do galardão que alcançou no Festival de Veneza desse mesmo ano: a «Taça do Partido Fascista». George Sadoul, no seu «Dicionário dos Cineastas», refere com brandura que a «objetividade documental» invocada por Rossellini, era, «sob o fascismo, em plena guerra, uma utopia». De facto, para os mais desprevenidos, a surpresa residirá no facto de se tratar do primeiro filme realizado por Roberto Rossellini, o mesmo cineasta que, quatro anos mais tarde, influenciado pela luta da resistência, realizaria *Roma Cidade Aberta*, considerado como o primeiro exemplo do cinema neo-realista. Mas o facto é que esta primeira longa-metragem de Rossellini inauguraria uma trilogia que, com *Um Piloto Regressa* e, sobretudo, *O Homem da Cruz*, ficaria a constituir uma lamentável peça de propaganda do regime fascista. Este início de carreira do realizador e as evoluções inesperadas que ela veio a conhecer - de que não podem esquecer-se obras maiores como *Alemanha - Ano Zero*, *Stromboli*, *Viagem em Itália*, *O General Della Rovere* ou *A Tomada do Poder por Luís XIV* (este, para a televisão), bem como os episódios inevitavelmente públicos da sua vida privada - fizeram desde grande cineasta, que influenciou e apaixonou tantos outros cineastas, um dos casos mais discutidos da História do Cinema. Por todas estas razões - e porque, segundo julgamos, *O Navio da Esperança* porventura só é conhecido entre nós no circuito cinéfilo - é de uma insensibilidade atroz que o filme tenha sido programado para uma «sessão da tarde» de um dia de semana!

O Bar da Última Esperança (Terça, 23.00, TV 2)

Com o interesse destes sete dias de programação cinematográfica televisiva a estar concentrado na sua segunda metade - ao contrário do que tem acontecido nas últimas semanas - as atenções viram-se para mais um filme europeu (!), desta vez de produção franco-alemã e datado de 1982. O seu realizador é Jacques Rouffio e o argumento baseia-se num romance de Joseph Kessel, contando, através do relato da sua principal personagem, a história de um homem, presidente de um Movimento de Solidariedade Internacional, que mata o embaixador do Paraguai em França, ao reconhecer nele a face sinistra de um ex-conselheiro da Embaixada da Alemanha nazi, em Paris, em 1933. Segundo as referências, o interesse do filme reside também no facto de, ao contrário da história original, os seus autores terem nela inserido episódios localizados no presente, o que constituiria uma alusão ao lado «totalitário» das sociedades dos nossos dias. Seria este o último filme de Romy Schneider que, ao lado de Michel Piccoli, desempenha brilhantemente dois papéis.

O Desejo Final (Quarta, 20.30, Quatro)

Um velho «patriarca», poeta, professor, homem do mar (Burt Lancaster) festeja o 77.º aniversário rodeado pela numerosa família na sua velha casa de Long Island. Mas os seus filhos, preocupados com as suas próprias vidas, não conseguem compreender os problemas deste final de vida do velho pai. São os netos, e de entre eles, um dos mais pequenos (o espantoso Macaulay-Sozinho-em-Casa-Culkin), que acabam por coroar este dia da melhor maneira, consubstanciando num presente ao avô o seu último desejo. Um filme dramático, realizado com sensibilidade por Daniel Petrie, um experimentado encenador de teatro e realizador de televisão, com alguns belos filmes para o cinema.

A Estrada (Quarta, 00.15, TV 2)

«O neo-realismo tivera um impulso enorme, uma indicação verdadeiramente sagrada e santa para todo o Mundo. Mas em breve surge a confusão. Se a sua humildade perante a vida continuasse também perante a câmara, então deixava de haver necessidade de realizadores» - dizia, em 1960, Federico Fellini. E sem dúvida que, a seguir a *Luci del Varietà*, *O Sheik Branco*, *Os Inúteis* e o terceiro episódio de *O Amor na Cidade* (há pouco tempo transmitido pela RTP), o filme *A Estrada*, ao mesmo tempo que chama as primeiras atenções internacionais para um dos mais geniais e polémicos cineastas da História do Cinema, constitui já uma primeira ruptura do realizador com a corrente neo-realista, embora ainda trate de histórias e de personagens que, como todos os que povoam este cinema, encontramos entre os explorados, os humildes, os pequenos marginais. Duas excelentes interpretações de Giulietta Massina e Anthony Quinn, contribuíram também para dar corpo a esta obra-prima que naturalmente importa rever e que, à época, foi galardoada com o Oscar Para o Melhor Filme Estrangeiro.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Drácula de Bram Stoker	★★★★	-	-
B Maridos e Mulheres	★★★★	-	★★★★
C Memórias de Um Homem Invisível	★★★★	-	-
D Perfume de Mulher	★★	-	★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A** - Real. Francis Ford Coppola - *Alfa 1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/6* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Condes* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Las Vegas* (15.00, 17.30, 21.30); *Quarteto/4* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *S. Jorge/1* (15.15, 18.15, 21.15) - Lisboa.
- B** - Real. Woody Allen - *Londres* (14.00, 16.30, 19.00); *Quarteto/1* (14.45, 17.00, 19.15, 21.45, 24.00) - Lisboa.
- C** - Real. John Carpenter - *Cine 222* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/1* (14.15, 17.00, 19.15, 21.45) - Lisboa.
- D** - Real. Martin Brest - *Alfa/3* (14.00, 17.30, 21.00, 00.20); *Amoreiras/1* (14.00, 16.45, 21.30, 00.20); *Mundial/1* (14.00, 16.45, 21.30); *Quarteto/3* (15.00, 18.30, 22.00); *S. Jorge/3* (15.00, 18.00, 21.00) - Lisboa.

Teatro

ESTRELA 60

Lisboa, Rua de Sto. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **AMANHÃ**, de Almada Negreiros, encenação de João Brites, pelo Grupo O Bando.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas, pelo Grupo de Teatro Intervalo.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. De 3ª a sáb. as 21.30, dom. às 16.00. **A ÓPERA DE 3 VINTENS**, de Bertolt Brecht e Kurt Weill, versão de João Lourenço e Vera San Payo de Lemos, coreografia de Olga Roriz, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores e músicos convidados.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **PRIMAVERA NEGRA**, textos de Raul Brandão, adaptação de Eduarda Dionísio, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO DO CALVÁRIO

Lisboa, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. Tel. 3639974. **O SOLDADINHO DE CHUMBO**, adaptação do conto de Hans Christian Andersen, encenação de Fernando Gomes, pelo TIL- Teatro Infantil de Lisboa.

TEATRO CIRCO

Braga, Av. Liberdade. Tel. 27167. 3ª a dom. às 21.30. **DÁMABRIGO**, de Barrie Keefe, encenação de José Wallenstein, pela Companhia de Teatro de Braga.

TEATRO DA GRAÇA

Lisboa, Trav. de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **VASSA GELEZ-NOVA**, de Maximo Gorki, encenação de Elisa Lisboa.

TEATRO DA MALAPOSTA

Loures, Rua de Angola - Olival Basto. Tel. 9373299. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DESCENDENTES DE KENNEDY**, de Robert Patrick, encenação de Rui Mendes, pelo Teatro da Malaposta.

TEATRO MUNICIPAL MIRITA CASIMIRO

Estoril. Tel. 4670302. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **HAROLD E MAUDE**, de Collin Higgins, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO NACIONAL S. JOÃO

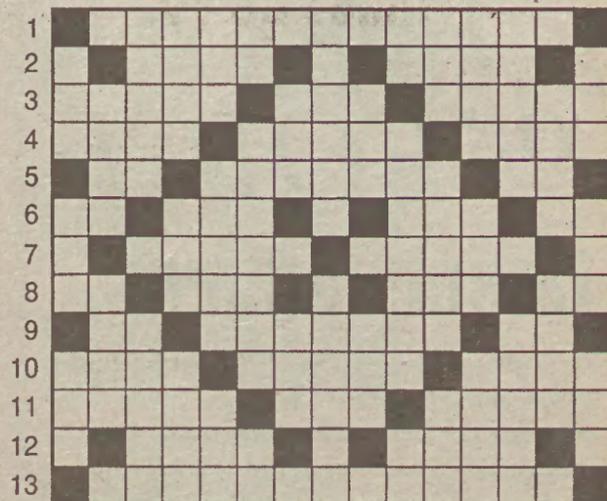
Porto, Praça da Batalha. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Fera.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, Largo da Trindade, 7-A. Tel. 3423200. De 3ª a sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **OS HOMENS**, de Miguel Esteves Cardoso, encenação de Graça Lobo.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Horizontais: 1 — Atormentariam; 2 — do rei; transigi; 3 — sou portador; base aérea; curam; 4 — ópera de Verdi; prevenção; Satanás; 5 — Gálio (simb.); urdira; alternativa; 6 — cânhamo da Índia; mostre-se alegre; antiga possessão portuguesa na Índia; pedra de amolar; 7 — privado do sentido do ouvido; assédio; 8 — Sódio (simb.); cruel; prefixo significando novo; nota musical; 9 — outra nota musical; irritarias; porco; 10 — rio da Rússia; anuí; ruela; 11 — detesto; amarro; sugar o leite; 12 — planta de aplicação culinária; susti; 13 — matariam traiçoeiramente.

Verticais: 1 — Um dos Estados da América do Norte; ilha do mar da Irlanda; hora canónica; 2 — capital da Letónia; acolá; 3 — capela fora do povoado; expedias; 4 — humedece; aguardente de melação; licor de erva-doce; 5 — de tal maneira; sacai; capa de confraria; 6 — dentro da vila; terra arada; art.; 7 — ovário de peixes; mau cheiro; 8 — familiar; alugai; 9 — membro das aves; passado; 10 — Actínio (simb.); mandai; presenteia; 11 — rente; serra do distrito de Portalegre; úmero sem pontas; 12 — saídas; vazio; venci; 13 — andorinha; receava; 14 — peixe abundante nos mares dos Açores; bovina (pop.); 15 — certa; reza; agora.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

Horizontais: 1 — Miseráveis; traz; 2 — omitira; Sena; me; 3 — fogaça; Faro; dor; 4 — itá; ceaz; pi; 5 — nó; ao; cãs; ou; 6 — amarra; Sul; ré; 7 — Traviata; ditar; 8 — areada; pão; Na; 9 — em; só; aló; dó; 10 — Noa; sova; de; 11 — delira; sina; uso; 12 — elevara; Otão; os; 13 — samaritano; sobe.

Verticais: 1 — Mofina Mendes; 2 — imoto; moela; 3 — siga; ara; além; 4 — ETA; amaro; iva; 5 — rico; avé; orar; 6 — ara; árias; ari; 7 — vá; corados; At.; 8 — fé; ata; os; 9 — Isaac; avion; 10 — serras; planto; 11 — no; Sudão; aa; 12 — tá; lio; Os.; 13 — Dio; deu; 14 — amo; Urano; sob; 15 — zero; era; pose.

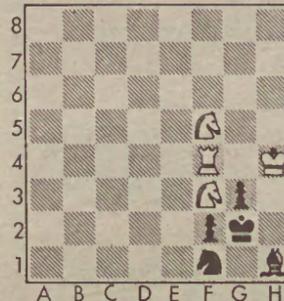
XADREZ

CDII - 18 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993X021

Por: N. A. BAKKE
Olimpíade de Nice 1974

Pr: [5]: Ps.f2, g3-Cf1-Bh1-Rg2
Br: [4]: Cs. f3, f5-Tf4-Rb4

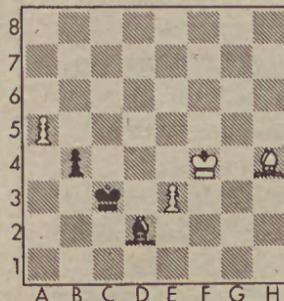


Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1992X022

Por: Vasilchikov, URSS
«Concurso ucraniano», 1952

Pr: [3]: Pb4-Bd2-Rc3
Br: [4]: Ps.a5, e3 - Bh4-Rf4



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDII

N.º 1993X021 [N.A.B]: 1. Rg5,Rh3; 2. Th4+, Rg2; 3. Rf4, C-; 4. Cc3+; 1. C-; 2. Cc3+, Rh3; 3. Th4+.
N.º 1993X022 [V.]: 1. aa6, Rd3; Bf2, b3; 3. a7, B: e3+; 4. B: e3, b2; 5. a8-B1, b1=D; 6. Bc4+, R-; 7. B: D5. 5. a8-D7, b1=D; 6. Dc4+, R2; 7. b1-

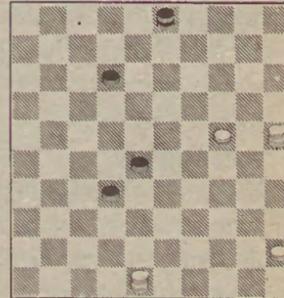
DAMAS

CDII - 18 de Março de 1993

PROPOSIÇÃO N.º 1993D021

Por: Jack Birman
USA, 1972

Pr: [4]: (3)-12-28-32
Br: [7]: 24-(25)-45-(48)

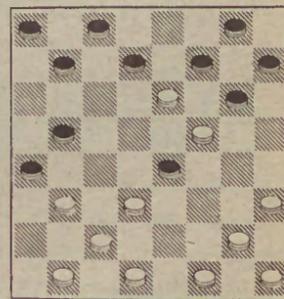


Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D022

Golpe N.º 10/93
Por: Cesare Mancini
Il Giuoco della Dama a luso italiano
— Firenze, 1830

1. 10-13, 22-19; 2. 13-18, 21-14; 3. 11-18, 19-14; 4. 12-15, 23-20; 5. 6-11, 26-11; 6. 8-12, 20-16; 7. 15-19, 24-20; 8. 19-22, 30-26 DIAGRAMA:



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDII

N.º 1993D021 [J.B.]: 1. 48-30!, (28-23); 2. 30-29!!; (33x44); 3. 45-40, (44x35); 4. 24-19!, (3-8); 5. 25-3, (8x24/30); 6. 3x15/25+
SE: 1. (32-27); 2. 24-19...+
SE: 1. (12-18); 2. 24-20!, (3-26); 3. 30-8, (26x3); 4. 20-14 e 5. 25x38!
N.º 1993D022 [C.M.]: 9. 9-13, 26-19; 10. 11-15, 20-11; 11. 5-10, 10-5; 12. 7-30-D+

A. de M. M.

A. de M. M.

Tempo



Aumento de nebulosidade com possibilidade de aguaceiros no litoral. Pequena descida de temperatura.

a talhe de FOICE

Observadores

Os OVNI's podem continuar a ser misteriosos à vontade e a Esfinge a arrémelgar-nos enigmas, que jamais atingirão a inquietante transcendência dos «observadores». O leitor conhece-os, embora nunca os tenha visto. Não têm sexo nem idade — o que não fez deles anjos —, andam sempre em grupo (nunca se ouviu referir um «observador» isolado), sabem sempre tudo e mais aquilo que ninguém conhece, não têm pátria nem geografia e só comunicam com alguns jornalistas.

O facto de comunicarem com alguns jornalistas não é de somenos, pois tornou-se evidente que os tais «observadores» não se deixam abordar por qualquer profissional da Comunicação Social. Há apenas uma nata, diria melhor, uma elite do jornalismo que é tocada por uma espécie de graça franqueadora do acesso às míticas criaturas. O Fino das hecatombes vermelhas, perdão, encarnadas, é um exemplo superior desse privilégio. A multidão de «observadores» que aquele homem conhece em Moscovo já dava para encher a Praça Vermelha, ao cabo destes anos todos de aplicada reportagem. Aliás, são tantos a dizer-lhe tanta coisa que já se tem a impressão que o Carlos Fino não anda na Rússia para ver o que se passa, mas para ouvir o que os «observadores» lhe dizem.

É, aliás, na televisão que os misteriosos «observadores» geralmente encontram os seus melhores confidentes. Ainda anteontem, a Maria Elisa, ao entrevistar o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, para o Canal 1 da RTP, tentava animadamente contrariar o que o dirigente angolano lhe dizia, com toda a clareza, a ela e a nós, com o que infundáveis «observadores» haviam dito, anonimamente, apenas a ela. E é devastador, o conhecimento que esses «observadores» manifestam da vida e das pessoas através desses não menos prodigiosos medium, chamem-se eles Finos ou Elisás, Monizes ou Albarrãs. Quando surge a fórmula «segundo alguns observadores...» é certo e sabido que o entrevistado, que está ali, supostamente, para falar do que sabe, vai ter de ouvir o que não sabe e, se se descuidar, ainda ser acusado de coisas que não fez, não disse, não pensou, nem sonhou, mas que, obviamente, é do conhecimento de «alguns observadores».

«Observadores» que também têm opinião, normalmente definitiva, seja sobre que assunto for e com a particularidade de não necessitar de qualquer fundamentação a sustentá-la. Basta o jornalista salvaguardar a coisa sob a mágica fórmula do «segundo alguns observadores...» para que todas as bojardas sejam admissíveis, todas as provocações tenham guarida, todas as mentiras possam passear-se perante os visados e o País inteiro. A criatividade humana não tem limites e, certamente, algum dia há-de ser resolvido este pesado mistério dos «observadores» que ninguém conhece, que ninguém sabe onde observam ou quem os qualificou para tal. Basta que se faça compreender aos valorosos jornalistas, que há tantos anos com eles privam, de que não devem sonegar ao público, que servem, o conhecimento de tão magníficas criaturas.

■ AF

ÚLTIMAS

FESTA 1993

Avante!

COMPRE JÁ A SUA
EP ENTRADA
PERMANENTE
A venda
nas Sedes do PCP
Não deixe para amanhã
o que pode fazer hoje



3. 4. 5 SETEMBRO ■ ATALAIA-AMORA-SEIXAL

Avante com a Festa!

Está em marcha a preparação da Festa do «Avante!», marcada para os dias 3, 4 e 5 de Setembro. Ao contrário do que os que estão mais afastados destas lides poderiam julgar, o trabalho que já se está a fazer não se limita a projectos e papéis.

Festa do Avante!

A força do Ideal
A confiança no Projecto
A vontade de Transformar
A alegria de Viver

POR UMA EP
3 DIAS DE FRATERNADE
CULTURA E ESPECTÁCULO.



Festa dos Comunistas,
Festa da Juventude,
Festa de Todos.



No próximo domingo, Dia da Árvore, arranca a segunda fase do plano de arborização da Atalaia. Com a participação de pioneiros, elementos da direcção da Festa e gestores da quinta, vão ser plantadas dezenas de árvores na Alameda dos Ciprestes e na zona do Polidesportivo.

Para 27 de Março (sábado da próxima semana) está marcado um encontro, a partir das 15 horas, no terreno da Festa. Esta iniciativa (a que se seguirá um lanche-convívio) tem por objectivo a informação, o debate e a recolha de sugestões e opiniões sobre a Festa.

Já está à venda, entretanto, a Entrada Permanente. Por apenas 1500 escudos, a EP dá acesso ao mundo de convívio, debate, cultura, espectáculo e fraternidade que durante três dias vai ganhar corpo na Quinta da Atalaia. Comprar antecipadamente a EP é um importante gesto de solidariedade e um contributo material necessário para a construção da Festa.

Estudantes também marcham contra política de Educação

O encontro nacional de direcções associativas (ENDA) do Ensino Superior decidiu apoiar a «marcha pela educação» anunciada pelas estruturas sindicais dos professores para sexta-feira da próxima semana, em Lisboa, e aberta à participação de outros sectores.

A decisão de apoiar a mar-

cha de dia 26, como refere a agência Lusa, consta de uma moção aprovada por dirigentes de 44 associações, entre um total de 58 que estiveram representadas no ENDA este fim-de-semana. À cabeça das reivindicações estudantis surge a revogação da lei que determina o aumento das propinas, mas a contes-

tação abrange toda a política de Educação do Governo PSD.

No documento é pedida a demissão do ministro da Educação pela incapacidade demonstrada de levar a cabo a reforma global do Ensino Superior. A substituição de Couto dos Santos é o principal objectivo de outra mani-

festação que o ENDA convocou para 28 de Abril e na qual os dirigentes associativos pretendem ver envolvidos todos os agentes ligados ao Ensino Superior.

No encontro foram eleitos os representantes das associações de estudantes no Conselho Nacional de Educação e no Conselho Consultivo da Juventude.

Morreu Natália Correia

Faleceu, na passada terça-feira, a poetisa Natália Correia, uma das figuras mais destacadas da cultura portuguesa contemporânea.

Nascida nos Açores, na ilha de S. Miguel, em 13 de Setembro de 1923, Natália Correia manteve sempre uma profunda ligação à sua terra natal, aspecto que é salientado em comunicado do Secretariado da DORAA do PCP em que, após assinalar que «o inesperado falecimento de Natália Correia cria no panorama cultural português actual um enorme e profundo vazio», se afirma:

«Natural dos Açores, Natália Correia sempre dedicou a esta Região uma profunda atenção, contribuindo com grande assiduidade, independência intelectual e recusa a qualquer tipo de submissão para o desenvolvimento do debate cultural e de ideias que se acentuou nos Açores no último decénio.

«Personalidade multifacetada, portadora de uma imensa cultura, defensora do modelo Constitucional da Autonomia, Natália Correia contribuiu em larga medida para a afirmação de que a ideia de que a Autonomia

Regional tem uma dimensão cultural que a afirma como factor de reforço e unidade da Nação Portuguesa a que todos pertencemos.»

Após expressar o profundo pesar pelo falecimento, a DORAA do PCP assinala ainda que «se é certo que a sua obra e forma de estar ficam, também é certo que se tornará necessário promover nos Açores um conjunto de acções que perpetuem, na sua dimensão autêntica, esta grande figura de portuguesa e açoriana.»

Natália Correia deixa uma vasta obra literária onde avulta a poesia, nomeadamente «Rio de Nuvens», «Cântico do País Emerso», «Mátia», «Poemas a Rebater», «Sonetos Românticos» e «A Pécora». Assinou igualmente os romances «Anoiteceu no Bairro», «A Madona», «A Ilha de Circe», «Onde Está o Menino Jesus», a «Antologia de Poesia Erótica e Satírica» e vasta produção ensaística e de crítica literária dispersa por numerosos jornais e publicações.

Opositora do fascismo, Natália Correia foi uma interventora política constante, firme no que em cada

momento considerou ser o combate coerente com as suas ideias, mas em que sempre perpassou uma constante de defesa dos interesses e aspirações das mulheres, salientada aliás no comunicado da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN que afirma que «Natália Correia constituiu um baluarte na defesa dos direitos de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e a sua participação activa na vida política e social constitui o mais vivo exemplo de capacidade e determinação na continuidade dessa luta». E conclui que «a vida e obra de Natália Correia estarão sempre presentes na luta das mulheres portuguesas, independentemente do quadrante ideológico onde se colocarem».

Após o 25 de Abril, Natália Correia, que se assumia politicamente como uma socialista libertária, foi deputada à Assembleia da República pelo PSD, partido com o qual viria a romper energeticamente, passando em 1987 a deputada independente pelo PRD. Nos últimos meses desenvolvera intensa actividade como dirigente da Frente Nacional para a Defesa da Cultura no

combate à política da SEC dirigida por Pedro Santana Lopes, empenhamento a que fazem referência os Sectores Intelectuais do PCP no telegrama que enviaram aos familiares da poetisa desaparecida e onde «manifestam o seu profundo pesar pelo falecimento da escritora» e prestam «homenagem pela sua obra, pelo seu combate pela Liberdade, pela sua intervenção desassomburada e corajosa na vida política, particularmente contra a política cultural do cavaquismo». Também o director do «Avante!» e membro da Comissão Política do PCP, Carlos Brito, em declarações à Lusa, elogiou o modo como Natália Correia «com outros grandes nomes da nossa cultura» soube «contrariar e combater o autoritarismo, a intolerância e os métodos inquisitoriais que de novo estão a reinar nas instituições oficiais que intervêm na vida cultural».

Igualmente, o Grupo Parlamentar do PCP enviou ao Dr. Dórdio Guimarães, marido da poetisa, um telegrama de condolências, salientando que «o desaparecimento de Natália Correia constitui uma elevada perda para a cultura portuguesa».